

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

Vol. 16 - Nº 2 Ano 2016 Jan / Jun.



Comando Regional II/ 3º Batalhão de Bombeiros Militar
Rondonópolis — MT



POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DE MATO GROSSO



REVISTA HOMENS DO MATO

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Vol. 16 – Nº 2 – Ano 2016

Jan a Jun

EDITORIAL

A produção de conhecimento científico tem muito a contribuir com a Segurança Pública atual na medida em que leituras transversais e interdisciplinares nos possibilitam compreendê-la de outra forma. Esse desiderato é possibilitado quando agentes públicos que integram o sistema público de segurança estatal compartilham suas pesquisas que nos conduzem à reflexão das atividades pertinentes às políticas públicas de segurança.

Assim, nesta edição da RHM os oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso, participantes do Curso Superior de Polícia (CSP) e Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), ofertados pela Polícia Militar de Mato Grosso, por meio da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), são os colaboradores acadêmicos.

E nesse raciocínio, afirmamos que o mecanismo da produção científica é um aliado fiel da otimização e aperfeiçoamento das instituições de Segurança Pública nesse trilhar de um novo paradigma.

A Revista Homens do Mato (RHM) deste primeiro semestre de 2016, foi dividida em duas edições, sendo que nesta segunda edição iniciamos destacando o trabalho de Arboes José Jacob e Vanderlei Bonoto Cante com o artigo científico *“Formação docente: o impacto da formação docente do instrutor militar, como um dos pilares da educação, na redução dos acidentes de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso”* que enfatiza a compreensão do impacto da formação docente dos instrutores militares que lecionam nos cursos de formação inicial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, na redução dos acidentes de trabalho que ocorrem.

Vicente Manoel de Deus Neto e Paulo Correia Rodrigues em sua produção científica *“Acidentes motociclísticos atendidos pelo SAMU”* enfatizam conhecer o perfil predominante nos acidentes motociclísticos atendidos pelo SAMU do município da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, no ano de 2014.

Analisar os planos de ação de contingência para estádios existentes no Estado de Mato Grosso, tendo como foco aquelas construções com capacidade acima de 10.000 pessoas, foi o objeto da pesquisa de *“Análise dos planos de ação de contingência de estádios de MT com capacidade acima de 10.000 pessoas”* de autoria de Sheila Sebalhos Santana.

A necessidade da comunicação científica em segurança pública, primeiramente identificando requisitos para criação e manutenção da comunicação científica, foi escopo do artigo científico intitulado *“Comunicação científica em segurança pública: análise e proposta”*, de autoria de Flávio Glêdson Vieira Bezerra.

Apresentar as ações desenvolvidas pelo Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), unidade operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Mato

Grosso, foi o objetivo do artigo *“Atuação do corpo de bombeiros militar do Mato Grosso na temporada de incêndios florestais 2015”* de autoria de Paulo André da Silva Barroso, Flávio Glêdson Vieira Bezerra e Jean Carlos Pinto de Arruda Oliveira.

Estudar os efeitos dos agentes de risco, para os profissionais do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso, foi o tema da pesquisa desenvolvida por Gustavo Corrêa da Silva Campos, intitulada *“Os efeitos dos agentes de risco e dos acidentes de trabalho aos bombeiros militares do município de Lucas do Rio Verde - MT”*.

Josiel Borges da Silva se inclinou a pesquisar a preparação no que diz respeito principalmente ao acompanhamento e ao preparo específico do Bombeiro Militar para a reserva remunerada, por meio do artigo científico denominado *“Preparação do bombeiro militar do Estado de Mato Grosso para a reserva remunerada”*.

Jusciery Rodrigues Marques Costa, no brinda com a pesquisa acerca de utilização do cão como ferramenta no auxílio às equipes de mergulho durante a realização de buscas a cadáveres, por meio do artigo científico intitulado *“Utilização de cães como ferramenta alternativa para auxiliar nas buscas de cadáver em operações subaquáticas no estado de Mato Grosso”*.

A seção de resenhas conta com a colaboração de Fernanda Leonel Machado que apresenta sua crítica à obra *“O olho da universidade”* de Jacques Derrida.

Por derradeiro, destacamos a entrevista do Coronel BM Giovani Eggers, Diretor da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso, que nos brinda com sua percepção sobre várias questões de importante compreensão dessa instituição ímpar que zela por vidas alheias, as tendo como riqueza a salvar.

Com toda essa riqueza de produção só nos resta desejar ao leitor um boa leitura!!

Cuiabá-MT, Junho de 2016.

Dr. Edson Benedito **Rondon** Filho – Ten Cel PM
Editor Geral da RHM

SUMÁRIO

SEÇÃO DE ARTIGOS

- Formação docente: o impacto da formação docente do instrutor militar, como um dos pilares da educação, na redução dos acidentes de trabalho no corpo de bombeiros militar do estado de mato grosso.** p. 9.
Arboes José Jacob e Vanderlei Bonoto Cante
- Acidentes motociclísticos atendidos pelo SAMU.** p. 27.
Vicente Manoel de Deus Neto e Paulo Correia Rodrigues
- Análise dos planos de ação de contingência de estádios de Mato Grosso (MT) com capacidade acima de 10.000 pessoas.** p. 51.
Sheila Sebalhos Santana
- Comunicação científica em segurança pública: análise e proposta.** p. 78.
Flávio Glêdson Vieira Bezerra
- Atuação do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso na temporada de incêndios florestais 2015.** p. 108.
Paulo André da Silva Barroso, Flávio Glêdson Vieira Bezerra e Jean Carlos Pinto de Arruda Oliveira
- Os efeitos dos agentes de risco e dos acidentes de trabalho aos bombeiros militares do município de Lucas do Rio Verde - MT.** p. 121.
Gustavo Corrêa da Silva Campos
- Preparação do bombeiro militar do estado de Mato Grosso para a reserva remunerada.** p. 133.
Josiel Borges da Silva
- Utilização de cães como ferramenta alternativa para auxiliar nas buscas de cadáver em operações subaquáticas no estado de Mato Grosso.** p. 159.
Juscierly Rodrigues Marques Costa

SEÇÃO DE RESENHA

- O olho da universidade.
(Derrida, Jacques)** p. 187.
Fernanda Leonel Machado

SEÇÃO DE ENTREVISTAS

Giovani Eggers - Cel CBMMT

Anderson Przybyszewski Silva e Enzi Cerqueira de Almeida Junior

p. 201.

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



Artigos

FORMAÇÃO DOCENTE: O IMPACTO DA FORMAÇÃO DOCENTE DO INSTRUTOR MILITAR, COMO UM DOS PILARES DA EDUCAÇÃO, NA REDUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Arboes José Jacob¹
Vanderlei Bonoto Cante²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender o impacto da formação docente dos instrutores militares que lecionam nos cursos de formação inicial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, na redução dos acidentes de trabalho que ocorrem com alguns resultados "morte". Utilizamos como instrumentos de pesquisa o questionário para o levantamento de dados, a análise de documentos e a entrevista semiestruturada, no período de 2009 a 2014. Os resultados da pesquisa apontam que 100% dos instrutores militares não tem uma formação para o exercício da docência, 45% das Unidades Operacionais responderam o questionário aplicado, dessas Unidades Operacionais, 87% responderam evidenciando a ocorrência de acidentes de trabalho e as entrevistas demonstraram que a formação docente dos instrutores militares poderá ser um dos fatores que impactará na redução dos acidentes de trabalho.

Palavras-chave: *Formação docente – formação do instrutor militar – pilares da educação – acidentes de trabalho.*

ABSTRACT

This article aims to understand the impact of teacher training of military instructors who teach in initial training courses of Mato Grosso State Fire Brigade in reducing workplace accidents that occur with some results "death." We used as research tools the questionnaire for data collection, document analysis and semi-structured interview, from 2009 to 2014. The results of the research shows that 100% of military instructors do not have a training for the teaching profession, 45% of operating units responded to the questionnaire, these operating units, 87% responded indicating the occurrence of workplace accidents and interviews showed that teacher training of military instructors may be one of the factors that impact the reduction of occupational accidents.

Keywords: *Teacher training - military training instructor - education abutments - accidents at work.*

¹Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

² Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

A docência transcende ao mero exercício da transmissão de um conhecimento específico, abrange habilidades que o professor deve adquirir, na formação, antes de iniciar a prática da docência nos espaços de formação, que deve ser um local de desenvolvimento de uma prática reflexiva e de transformação das pessoas.

Neste contexto o docente, para alcançar esse nível, necessita de uma formação que apresente uma significativa transformação e adaptação à realidade vivenciada no espaço de formação, neste caso, a formação nos cursos iniciais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

Assim, pretendemos demonstrar que não basta ser voluntário ou indicado para ser instrutor e que também é necessário enfrentar o problema da falta de formação pedagógica para o exercício da docência, em particular o aprender conhecer, um dos pilares da educação.

A pesquisa não procura apontar quem é o “vilão” no processo de formação, a proposta é superar essa discussão limitada e avançar para além desse reducionismo, com o objetivo de demonstrar, através de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva quanto ao objeto, do tipo estudo de caso, com a coleta de dados através do questionário, análise documental e entrevista semiestruturada, que a formação docente poderá ser um dos pilares da educação capaz de reduzir os acidentes de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

Os instrutores militares, por falta de formação pedagógica para o exercício da docência, em particular o aprender conhecer, um dos pilares da educação, acabam levando o discente a não interagir, não executar e não entender as técnicas operacionais na forma prevista nos objetivos dos cursos de formação inicial. Essa falta de formação, está relacionada aos acidentes de trabalho com alguns resultados “morte” que envolvem bombeiros militares durante a execução dessas atividades operacionais.

O instrutor militar com formação para o exercício da docência, poderá impactar junto aos bombeiros militares em formação inicial, para o domínio das

técnicas e procedimentos, a reflexão sobre a própria prática, a ampliação do nível intelectual no sentido de reduzir os riscos de desastres e para o aumento da resiliência ante as ameaças diversas.

Os motivos que nos levaram a ter interesse em investigar o tema proposto estão relacionados com a necessidade que temos de compreender como e porque ocorrem acidentes de trabalho que envolvem bombeiros militares e a relação desses acidentes com a falta de formação pedagógica dos instrutores militares que ministram aulas nos cursos de formação inicial.

Assim, este trabalho busca compreender a formação docente, identificar os acidentes de trabalho nas Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso e discutir como a formação dos instrutores militares poderá ser um dos pilares da educação capaz de impactar na redução dos acidentes de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso. Diante do exposto questionamos: Qual o impacto da formação docente do instrutor militar, como um dos pilares da educação, para a redução dos acidentes de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso?

FORMAÇÃO DOCENTE

Para tratar da formação docente foram utilizados referenciais teóricos como: Balieiro (2003), Delors (1996), Freire (1974), Gatti (2000), Libâneo (2007), Mizukami (2002), Nóvoa (2009), Perrenoud (2008) e Schon (2000), entre outros.

A formação é imprescindível para o profissional que exerce a docência, os professores necessitam dominar e conhecer os conteúdos a serem ministrados. Além disso, precisam estar preparados para trabalhar, na formação, os conteúdos e conhecimentos de forma conectada com a realidade vivenciada pelos discentes.

A docência não pode ser entendida só como uma ação de ministrar aulas, já que há na docência uma amplitude muito maior, como leciona Libâneo (2007), ao afirmar que:

O conceito de docência passa a não se constituir apenas de um ato restrito de ministrar aulas, nesse novo contexto, passa a ser entendido na amplitude do trabalho pedagógico, ou seja, toda atividade educativa desenvolvida em espaços escolares e não-escolares pode-se ter o entendimento de docência (LIBÂNEO, 2007, p.23).

O professor deve ter consciência que exerce uma função social no processo de construção do conhecimento, pois tem a responsabilidade de desenvolver junto aos discentes em formação valores técnico-profissionais, com conhecimentos indispensáveis para o exercício profissional.

Esse profissional precisa ainda, desenvolver habilidades nos discentes que permita posicionar-se de maneira crítica, ética, responsável e construtiva nas diferentes situações, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da qualidade da vida social, institucional e individual.

A formação de professores é demorada e complexa, que exige qualificação do formador para que não ajam deficiências que comprometam a formação do discente, que acaba terminando sua formação já no serviço, como enfatiza Gatti (2000):

[...] como se professor se fabricasse por um passe de mágica ou como se um sistema educacional, que é a base de uma nação, pudesse funcionar sempre através de 'quebra-galhos', 'dá-se um jeitinho'. O resultado está aí: analfabetismo funcional em todos os níveis, formação de várias gerações comprometidas por baixa inserção cultural. Fica-se correndo atrás de 'déficit', seja com programas compensatórios, supletivos, ou de formação em serviço. Esta formação em serviço não existe para aprimorar profissionais nos avanços e nas inovações de suas áreas [...] (GATTI, 2000, p. 5).

Segundo Nóvoa (2009) a formação de professores deve ser construída baseada em combinações de conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos, mas que tem como âncora os próprios professores.

De acordo com Mizukami (2002), o processo de aprender a ensinar e a ser professor é contínuo. Por isso a formação do professor é um importante instrumento a ser explorado, com ensinamentos que tenham conexão com a realidade da sala de aula, nos cursos de formação inicial.

Além da abordagem sobre a formação docente, é necessário ainda, compreender os pilares da educação, que segundo Delors (1996), são definidos como aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Nesta pesquisa em particular, interessa o pilar aprender a conhecer, que vai levar o docente a uma formação adequada ao espaço de formação no Corpo de Bombeiros Militar, que é um dos seus maiores desafios.

Uma educação fundamentada nos quatro pilares da educação sugere procedimentos didáticos que lhe seja condizente, definindo que o ensino-

aprendizagem não seja voltado apenas para a absorção de conhecimento, que seja objeto de preocupação constante de quem ensina, levando o espaço de formação a ser um lugar para se ensinar a pensar, a saber comunicar-se e pesquisar, a ter raciocínio lógico, a fazer sínteses e elaborações teóricas e a ser independente e autônomo.

Delors (1996), traz uma reflexão sobre o mundo, que passa por uma rápida transformação, afirmando que neste mundo o conceito de educação aparece ao longo de toda a vida e será uma das chaves de acesso ao século XXI, ultrapassando a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente. Nesse contexto, a educação vem dar resposta ao desafio de um mundo em rápida transformação, mas não constitui uma conclusão inovadora, uma vez que já anteriores relatórios sobre educação chamaram atenção para esta necessidade de um retorno à escola, a fim de que as pessoas estejam preparadas para acompanhar essa inovação, tanto na vida privada como na vida profissional.

A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS INSTRUTORES MILITARES

Outra abordagem importante está relacionada aos militares que ministram aulas nos cursos de formação inicial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso. Esses militares, em geral, possuem sólida formação relacionada às atividades específicas da profissão, capacitação essa adquirida nos cursos militares nas áreas da formação, aperfeiçoamento e extensão, oferecidos pelas instituições militares. Como ensinam Isaia e Bolzan (2004):

[...] é possível afirmar que o início da trajetória profissional/institucional dos professores é precário, à medida que assumem encargos docentes, respaldados em pendores naturais e ou em modelos de mestres que internalizaram em sua formação inicial, aliados a conhecimentos advindos de determinado campo científico e da prática como profissionais em uma atividade específica que não a do magistério superior (ISAIA; BOLZAN, 2004, p.123).

Assim, os instrutores militares reproduzem comportamentos adquiridos nos cursos de formação. Porém, esse instrutor/professor precisa adquirir habilidades pedagógicas para desenvolver esses conhecimentos específicos, Alves (1998) esclarece que:

Não é possível se aceitar a ideia que a formação docente se dá, exclusivamente, em cursos de formação (ela se dá em múltiplas esferas). Por outro lado, vai se percebendo que ao contrário de serem construídas linear e hierarquicamente, os conhecimentos teóricos e práticos-políticos, epistemológicos, pedagógicos, curriculares, didáticos e outros – necessários ao exercício docente são tecidos em redes (ALVES, 1998, p. 15).

Esse professor, instrutor militar, capacitado com esses conhecimentos específicos, poderá utilizar-se de uma nova abordagem pedagógica para desenvolver o conhecimento com os discentes em formação inicial no Corpo de Bombeiros Militar.

Em síntese, o professor, instrutor militar, capacitado para exercer a docência, com conhecimentos na área profissional específica e pedagógica, poderá ser o suporte teórico através do pilar da educação, aprender a conhecer, preparando os discentes em formação para enfrentar a realidade no exercício profissional após o término do curso de formação inicial.

ACIDENTES DE TRABALHO

É necessário ainda uma abordagem relacionada aos acidentes de trabalho, pois esses acidentes não geram apenas consequências traumáticas, não se limitam ao corpo físico do acidentado, afetam psicologicamente, atingem a família, a Instituição e por consequência, os cofres públicos, Oliveira (2007, p.40) afirma que “(...) o legislador não conseguiu formular um conceito de acidente do trabalho que abrangesse todas as hipóteses em que o exercício da atividade profissional pelo empregado gera incapacidade laborativa”.

Apesar do legislador não formular um conceito que abrangesse todas as hipóteses que poderiam gerar incapacidade laborativa, não há dúvidas de que inúmeras variáveis interferem na saúde do trabalhador. Segundo Barbosa (1989), os acidentes de Trabalho se apresentam como agravos à saúde do trabalhador em decorrência da atividade produtiva, recebendo interferências de variáveis inerentes à própria pessoa, do ponto de vista físico e/ou psíquico, bem como do contexto profissional, social, econômico, político e da própria existência.

A seguir passaremos a abordar os caminhos da pesquisa.

CAMINHOS DA PESQUISA

A pesquisa tomou como referencial os pressupostos teórico-metodológicos com Bogdan e Biklen (1994), Lüdke e André (2007), Richardson (2006) e Szymanski; Almeida e Brandini (2004) e traz como base a investigação qualitativa.

Bogdan e Biklen (1994) definem a investigação qualitativa como sendo:

[...] um termo genérico que agrupa estratégias de investigação que partilham de determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico (BOGDAN;BIKLEN, 1994, p.16).

Para Bogdan e Biklen (1994), o uso da investigação qualitativa nas pesquisas em educação possibilita que o investigador comporte-se mais de acordo com o viajante que não planeja do que com aquele que o faz meticulosamente.

Segundo Richardson (2006), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

Seguindo os ensinamentos de Luke e André (1986), definimos a pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso por que

O estudo de caso tem um campo de trabalho mais específico: é o estudo de um caso, sendo este sempre bem delimitado e de contornos claramente definidos, trata-se, por exemplo, do estudo de uma professora competente de uma escola pública, ou de classes de alfabetização, ou do ensino noturno. O caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo. Pode ser qualitativo ou não: o texto aborda especificamente os estudos de casos qualitativos, ou naturalísticos (LUKE; ANDRÉ, 1986, p. 44).

Assim, fizemos a opção pelo estudo de caso, que se caracteriza pela descrição detalhada da situação investigada e traz a compreensão de que é possível, que segundo André (2005, p.18), tem condições de “revelar a descoberta de novos significados, estender a experiência do leitor ou confirmar o já conhecido”.

Os documentos como fontes de pesquisa são muito importantes porque nos revelam a base de conhecimento utilizada na formação e o que produziram os sujeitos investigados, Lüdke e André (1986), definem que:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não é apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surge num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

Os dados foram categorizados para a análise, Szymanski; Almeida e Brandini (2004) afirmam que:

A categorização concretiza imersão do pesquisador nos dados e a sua forma particular de agrupá-los segundo a sua compreensão. Podemos chamar esse momento de explicitação de significados. Diferentes pesquisadores podem construir diferentes categorias a partir do mesmo conjunto de dados, pois essa construção depende da experiência pessoal, das teorias do seu conhecimento e das suas crenças ou valores (SZYMANSKI; ALMEIDA; BRANDINI, 2004, p.75).

Assim, os dados foram coletados por meio de questionário, análise documental e entrevista semiestruturada junto aos investigados. Esses documentos como fontes de pesquisa foram fundamentais porque nos revelaram as evidências que fundamentaram as afirmações e declarações do pesquisador.

A pesquisa teve como referência o período de 2009 a 2014, onde foram levantados os acidentes de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de MT, os cursos de formação inicial, os instrutores e seus currículos no período de investigação.

Como *locus* da pesquisa utilizamos as Unidades Bombeiros Militar (UBMs) para identificar os acidentes de trabalho e ainda, a Diretoria de Educação e Cultura (DEC) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, para o levantamento documental.

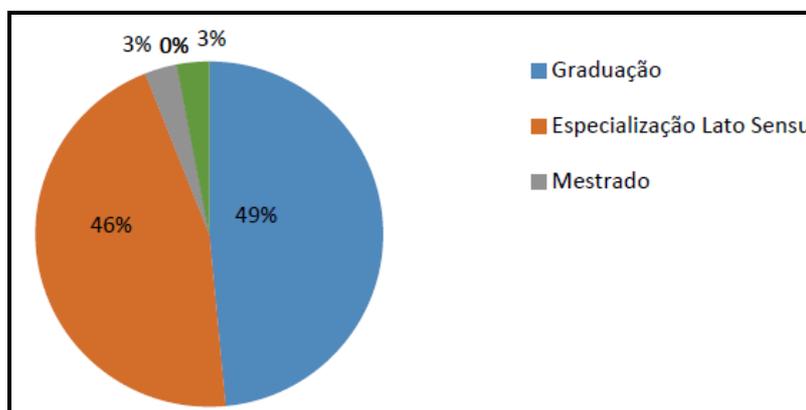
Durante o levantamento documental, ficou comprovado que no período pesquisado foi realizado um curso de formação inicial, o 14º Curso de Formação de Soldados no ano de 2014.

Para a pesquisa em sua totalidade, adotamos três eixos, sendo eles: Formação acadêmica dos instrutores militares do 14º Curso de Formação de Soldados-2014; Acidentes de trabalho nas Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros Militar no período de 2009 a 2014; Entrevista com militares formados no 14º Curso de Formação de Soldados.

Os dados serão analisados conforme os eixos a seguir:

EIXO 1 - Formação acadêmica dos instrutores militares do 14º Curso de Formação de Soldados-2014

Analisando os documentos da Diretoria de Educação e Cultura (DEC) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso ficou demonstrado que, em relação à formação acadêmica dos instrutores militares, 48% possuíam graduação de nível superior, 46% possuíam especialização *Lato sensu*, 3% possuíam mestrado, 3% não possuíam graduação de nível superior, nenhum dos instrutores militares possuía doutorado e nem especialização em metodologia de ensino, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa
Gráfico 1 – Formação acadêmica dos instrutores militares

A formação docente é fundamental para o enfrentamento dos desafios vivenciados na escola. Freire (2001, p. 42), afirma que “a prática docente crítica, implica no pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”. Evidenciando a necessidade de que as instituições invistam na preparação dos educadores para a prática reflexiva, que os deixe aptos a enfrentar os desafios da vida profissional.

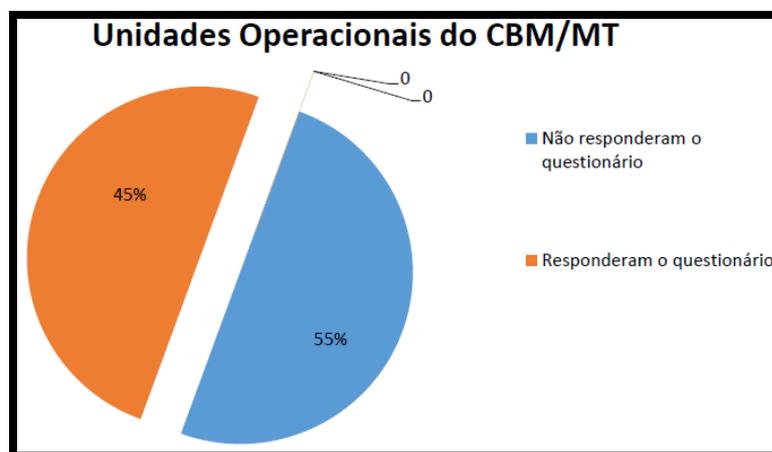
Entendemos então ser necessário investir na formação dos instrutores militares, proporcionando a estes um conhecimento teórico que atenda às necessidades profissionais de forma ampla, dando segurança para as tomadas de decisões de acordo com as realidades encontradas na formação do discente, com respaldo científico.

Com esses conhecimentos adquiridos é possível que os instrutores militares, responsáveis pela formação dos militares que ingressam no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, iniciem uma nova prática pedagógica, chegando ao espaço de formação cientes de suas responsabilidades e proporcionando mais e melhor qualidade na troca de conhecimentos.

No próximo eixo serão abordados os casos de acidentes de trabalho levantados, utilizando a aplicação do questionário às Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

EIXO 2 - Acidentes de trabalho nas Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso no período de 2009 a 2014.

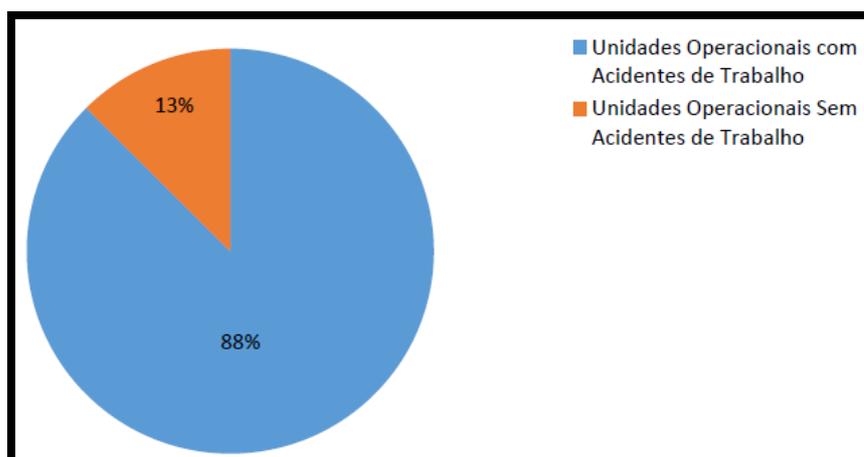
Para levantamento dos dados coletados aplicamos o questionário com perguntas que subsidiasse a pesquisa com informações confiáveis sobre acidentes do trabalho nas Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Gráfico 2 – Amostragem das Unidades operacionais que receberam o questionário.

O questionário foi encaminhado à 100% das Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso e 45% das Unidades Operacionais responderam ao questionário, que teve como objetivo levantar informações sobre os acidentes de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

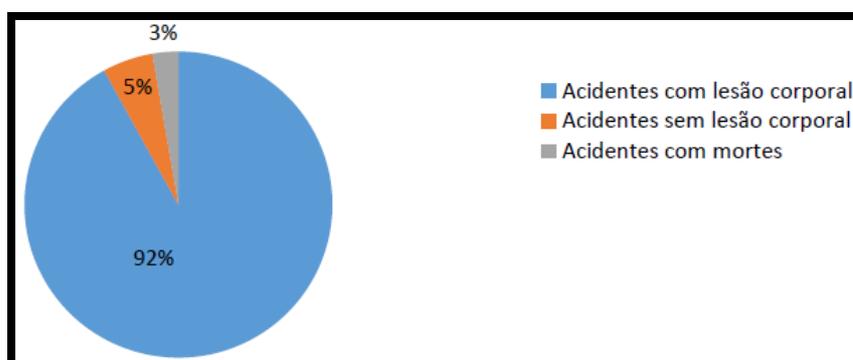


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Gráfico 3 – Amostragem das Unidades operacionais que responderam ao questionário

O questionário foi encaminhado à 100% das Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso, 45% das Unidades Operacionais responderam ao questionário, sendo que dessas Unidades, 13% não registraram acidentes de trabalho no período e 87% registraram acidentes de trabalho (sem lesão corporal, com lesão corporal ou morte).

No próximo gráfico apresentaremos a amostragem dos acidentes nas Unidades Operacionais que responderam ao questionário relatando a ocorrência de acidentes de trabalho.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Gráfico 4 – Amostragem das Unidades operacionais que registram acidentes de trabalho.

Nas Unidades Operacionais que responderam ao questionário e que registraram acidentes de trabalho (87%), foi detectado que os acidentes de trabalho registrados foram qualificados como acidentes de trabalho sem lesão corporal, com lesão corporal ou com morte.

O gráfico acima traz a amostragem evidenciando que dos acidentes de trabalho registrados, 92% foram acidentes com lesão corporal, 5% acidentes sem lesão corporal e 3% de acidentes com resultado morte.

No próximo eixo será apresentada a entrevista com militares formados no 14º Curso de Formação de Soldados.

EIXO 3 - Entrevista com militares formados no 14º Curso de Formação de Soldados

Foram entrevistados dois militares que se formaram no 14º Curso de Formação de Soldados, sendo denominados: M1, um Soldado Bombeiro Militar e M2, um Soldado Bombeiro Militar.

M1- A maioria dos instrutores militares tratava os alunos em uma relação professor-aluno, só que os instrutores agiam de acordo com o pelotão em que estavam dando aulas. No nosso pelotão essa relação era boa, mas com os outros pelotões a relação era mais complicada. Tinha instrutor que no nosso pelotão era bonzinho e com os outros pelotões não era;

M2- De maneira geral, a relação era até tranquila, com exceção de uns instrutores que mantinham os alunos mais tempo que o horário depois que terminava a aula, por exemplo, a aula estava prevista para acabar as 12 horas e o pelotão ficava até as 15 horas sem poder ser liberado para o almoço.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Quadro 1 – Os instrutores militares mantiveram durante as aulas uma relação professor-aluno, aluno-professor ou uma relação superior hierárquico-subordinado?

O professor deve se preocupar nessa relação professor-aluno, inclusive quando está planejando e elaborando seu plano de aula, como afirma Libâneo (1994):

A interação Professor-aluno é um aspecto fundamental da organização da “situação didática”, tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino: a transmissão e a assimilação dos conhecimentos e, hábitos e habilidades. Entretanto, esse não é o único fator determinante da organização do ensino, razão pela qual ele precisa ser estudado em conjunto com outros fatores, principalmente a forma de aula (atividade individual, a

atividade coletiva, atividade em pequenos grupos, atividade fora da classe, etc.) (LIBÂNEO, 1994, p.249).

Sobre a autoridade do professor em sala de aula, Libâneo (1994), afirma que o professor exerce essa autoridade, só que essa autoridade é fruto de qualidades intelectuais, morais e técnicas e que essa autoridade deve fecundar a relação educativa e não cerceá-la.

O instrutor militar, no exercício da docência, deveria desenvolver essa autoridade para que, em sala de aula, os alunos alcançassem os objetivos de assimilação de conhecimentos, desenvolvendo habilidades que seriam fundamentais para o exercício da profissão e para a segurança deles e de terceiros após a formação.

No próximo quadro iremos analisar se a metodologia utilizada possibilitou discussões e reflexões sobre os conteúdos das disciplinas do 14^a Curso de Formação de Soldados.

M1- Muito pouco, a gente discutia mais quando chegava em casa, com os colegas, depois da aula. Na aula, o professor falava e a gente ouvia, mais ou menos uns 10% dos instrutores passaram trabalhos e discutiam os assuntos em sala de aula. A gente tinha receio, muitos tinham medo de expor as ideias, pois dependendo da pergunta o instrutor nem respondia ou até mandava pagar flexões, isso que o nosso pelotão era o pelotão que menos era ralado pelos instrutores;

M2- Tiveram várias formas, uns só passavam slides, outros chegavam em cima da hora porque exerciam outras funções na Instituição, as vezes alguns até faltavam. As vezes os instrutores formavam grupos para discutir temas, isso foi comum nas disciplinas de direitos humanos e serviços técnicos.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Quadro 2 - A metodologia utilizada nas aulas pelos instrutores militares possibilitou discussões, debates e reflexões sobre os conteúdos das disciplinas do curso de formação?

Entendemos então ser necessário investir na formação dos professores, proporcionando a estes um conhecimento teórico que atenda às necessidades profissionais de forma ampla, dando segurança para as tomadas de decisões de acordo com as realidades encontradas nas escolas, com respaldo científico.

Segundo Schön (2000), refletir sobre a prática dinamiza a vivência através de um processo criador, adotando como perspectiva a possibilidade de construção de

um novo saber. Assim é possível afirmar que os saberes devem ser discutidos de forma ampla nos cursos de formação para que haja uma troca de conhecimento.

Essa transmissão de conhecimento, onde a ignorância está sempre no outro, no que “aprende”, Freire (1974) chamou de educação bancária, onde o que “não sabe”, apenas recebe e arquiva o “conhecimento”.

Nesse curso de formação ficou evidenciado pelas entrevistas, que os instrutores não adotaram uma metodologia que permitisse a possibilidade de uma construção de novos saberes no espaço de formação.

O instrutor militar, enquanto professor, deveria estar preparado previamente, na sua formação acadêmica, para o exercício de formação dos novos profissionais da segurança pública, neste caso, os alunos do 14º Curso de Formação de Soldados.

No próximo eixo abordaremos a metodologia utilizada no curso de formação e os conhecimentos adquiridos para o exercício da profissão.

M1- Não, pois na maioria das matérias não tiveram práticas, a maioria das vezes não tinha prática porque era muita gente e o tempo era pouco. A maneira como foram ministradas as instruções ligou muito pouco a teoria com a prática que estou vivendo nesses três primeiros meses de trabalho depois de formada;

M2- Depende, teve muita teoria transmitida de forma rápida, com muita matéria e muita prova. O conhecimento era mais na forma de decoreba para a prova. O conhecimento que ficou foi o básico, na prática diária estou até tranquilo, mas quanto a teoria é que sinto mais deficiência na formação.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Quadro 3 - A metodologia utilizada nas aulas pelos instrutores militares, aliadas ao conhecimento técnico, proporcionaram um aprendizado adequado ao exercício da profissão bombeiro militar?

Nessa abordagem procuramos analisar a relação entre a metodologia utilizada pelos instrutores militares e o aprendizado para o exercício da profissão.

Neste sentido, ao abordar o desenvolvimento de competências, Perrenoud (2008) aponta que a ação por si só, utilizando-se de ajustes sucessivos e por adaptação progressiva de comportamentos, é que se chegam a essas competências.

Assim, no processo de reflexão-na-ação, as competências pedagógicas, assumem características específicas, que se refletem em instrumentos para o desenvolvimento de tais competências.

Como a pesquisa demonstra que os instrutores militares não estavam capacitados para o exercício da docência, não se refletiu nos militares em formação o desenvolvimento de competências apontado por Perrenoud (2008).

As entrevistas apontam ainda uma deficiência na avaliação do processo de ensino-aprendizagem, que apesar de não ser o objeto principal deste trabalho, aparece como um dado que não pode ser ignorado, já que avaliação do processo de ensino-aprendizagem ganhou uma dimensão mais abrangente e também se relaciona com os demais elementos do processo educativo, como leciona Balieiro (2003):

Bem recentemente, a “avaliação” ganha uma dimensão mais abrangente, passando a ser referenciada como “avaliação do processo de ensino-aprendizagem”. Essa dimensão traz em seu bojo uma nova abordagem epistemológica que orienta não apenas uma nova avaliação, como também uma nova forma de relacionar-se com os demais elementos do processo educativo (BALIEIRO, 2003, p. 16).

Após apresentar os instrumentos de pesquisa e as considerações sobre os resultados pesquisados passaremos às reflexões finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que teve início com o objetivo de compreender a formação docente e os pilares da educação, discutir o impacto da formação docente dos instrutores militares na redução dos acidentes de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso e identificar esses acidentes de trabalho, no período de 2009 a 2014, trouxe-nos alguns indícios que relacionam a formação docente dos instrutores militares com a possibilidade de redução dos acidentes de trabalho na Instituição.

Para isso, utilizamos como instrumentos de pesquisa o questionário, a análise documental e a entrevista semiestruturada, através de uma pesquisa do tipo

qualitativa, quando foi possível levantar os dados para o desenvolvimento da pesquisa.

Como primeiros dados, na análise documental levantamos a formação acadêmica dos instrutores militares, o questionário trouxe uma amostragem sobre os números relacionados aos acidentes de trabalho nas Unidades Operacionais da Instituição e finalmente apresentamos na entrevista semiestruturada, a percepção de dois militares formados no 14º Curso de Formação de Soldados de 2014, evidenciando que a formação docente tem impacto nos acidentes de trabalho e que poderá ser um pilar da educação, o aprender conhecer, na redução desses acidentes. Demonstraram ainda que não há na formação inicial, instrutores militares com uma preparação adequada para o exercício da docência.

Um fato relevante e que dá veracidade à pesquisa é que os dados partem dos próprios sujeitos envolvidos no processo de formação, que dessa forma legítima e dá relevância ao que apontam os dados da pesquisa, que precisam ser analisados apontando a necessidade de empreender ações, propostas e metodologias para inserir novos conhecimentos à sua formação, para mudar essa realidade.

Esperamos que esta pesquisa contribua para levantar dados importantes para o dia a dia da profissão docente, afinal trata-se de uma realidade que não mais se pode silenciar e que medidas administrativas devem ser tomadas.

É evidente que a formação inicial dos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso envolve muitos fatores, podemos citar a política de governo, o projeto pedagógico de curso, o currículo e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Assim, não temos o objetivo de afirmar que basta agir na capacitação dos instrutores militares, no que se relaciona a formação docente, para resolver questões relacionadas aos acidentes de trabalho. Também não é possível afirmar que os acidentes de trabalho apresentados na pesquisa ocorreram apenas pela deficiência na formação docente dos instrutores militares.

Mas a pesquisa trouxe evidências, demonstrando que a formação docente dos instrutores militares poderá ser uma das maneiras de impactar na redução de acidentes de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Nilda. **Trajetórias e redes na formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&, 1998;
- BALIEIRO, Almir. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde – MT**. Dissertação de Mestrado em Educação. Instituto de Educação, Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2003;
- BARBOSA, A. **Riscos ocupacionais em hospitais: um desafio aos profissionais da área de saúde ocupacional**. 1989. 126f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Enfermagem)-Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis;
- BOGDAN, R.C; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto Editora, Portugal, 1994;
- DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortezo. p. 89-102, 1996;
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001;
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974;
- GATTI, Bernadete. **Formação de professores e Carreira: problemas e movimentos de renovação**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000;
- ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. BOLZAN, Dóris Pires Vargas. Formação do professor do ensino superior: um processo que se aprende. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 29, n. 2, 2004;
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2007;
- LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986;
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Escola e Aprendizagem da docência: Processos de investigação e formação**. São Carlos: EdUFSCar, 2002;
- NÓVOA, António. **Professores Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009;
- OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2007;

FORMAÇÃO DOCENTE: O IMPACTO DA FORMAÇÃO DOCENTE DO INSTRUTOR MILITAR, COMO UM DOS PILARES DA EDUCAÇÃO, NA REDUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2008;

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. Ver. E amp. São Paulo: Atlas, 2006;

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000;

SZYMANSKI, Heloisa (Org.); ALMEIDA, Laurinda Ramalho; BRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

ACIDENTES MOTOCICLÍSTICOS ATENDIDOS PELO SAMU

Vicente Manoel de Deus Neto¹

Paulo Correia Rodrigues²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo conhecer o perfil predominante nos acidentes motociclísticos atendidos pelo SAMU do município da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, no ano de 2014. A partir desse estudo, será possível verificar se a predominância do gênero masculino é uma realidade e qual a idade predominante dos envolvidos. Serão analisados os principais impactos econômicos e sociais locais e/ou estendidos advindos do problema estão presentes nesses acidentes e como eles tem exigido um esforço conjunto e orientado para minimizar os impactos na sociedade como um todo. A pesquisa foi orientada tomando como base os dados estatísticos existentes no SAMU. A pesquisa foi realizada através de um estudo documental, descritivo, com abordagem quantitativa e quanto ao método a pesquisa foi indutiva.

Palavras-chave: *Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Acidentes Motociclísticos - Gênero - Idade - Impactos Econômicos e Sociais.*

ABSTRACT

This project aims to evaluate the predominant profile in motorcycle accidents attended by the SAMU in the city's metropolitan region of the River Cuiabá, in the year 2014. Based on this study, you can verify that the predominance of the male gender is a reality and what the predominant age of those involved. It will analyze the main economic and social impacts local and / or extended arising from the issue are present in these accidents and how they have required a concerted effort and targeted to minimize the impact on society as a whole. The research was oriented building on existing statistical data on the SAMU. The survey was conducted through a documentary, descriptive study with a quantitative approach and about the research method was inductive.

Keyword: *Mobile Emergency Service - motorcycle accidents - Gender - Age - Economic and Social Impacts.*

¹ Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, graduado em Gestão em Riscos Coletivos pela Universidade do Estado do Pará; Pós Graduado em Gestão Governamental pela Academia do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; Diretor Estadual do SAMU-192 – Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso – Cuiabá (MT), Brasil.

² Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, graduado em Engenharia de Incêndio pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro; Pós Graduado em Gestão Governamental pela Faculdade de Ciências da Administração da Universidade Federal de Pernambuco; Coordenador de Logística e Patrimônio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso – Cuiabá (MT), Brasil.

INTRODUÇÃO

Os acidentes motociclísticos, que na década de 1980 eram praticamente inexistentes, estão aumentando rapidamente em todo País (VASCONCELLOS, 2005), causando prejuízos econômicos anuais na ordem de 28 a 30 bilhões de reais segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, sem contar com a perda de vidas e as sequelas deixadas na sociedade.

Diante da relevância do tema, o presente tem como objetivo contribuir com o enriquecimento teórico/técnico do conhecimento científico, quando se propõe a reconhecer de forma consistente qual é o perfil das vítimas de trauma por acidentes motociclísticos na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá³ - RMVRC, no ano de 2014 e identificar os seus impactos econômicos e sociais. O estudo servirá de subsídio para a elaboração de políticas públicas e a instrumentação de um sistema de gestão capaz de auxiliar o poder público para que possamos desenvolver uma cultura de gestão sustentável, estratégica e empreendedora, nos levando a repensar sobre o nosso comportamento enquanto sociedade, contribuindo assim para que recursos financeiros sejam melhor direcionados e possuam mais eficiência.

Para melhor conhecer as externalidades envolvidas nos acidentes motociclísticos, os apresentamos como sendo: traumáticos e violentos, tendo especial relevância entre as externalidades negativas produzidas, não somente pelos prejuízos econômicos causados, mas, sobretudo, pela dor, sofrimento e perda de qualidade de vida imputada às vítimas, seus familiares e à sociedade como um todo.

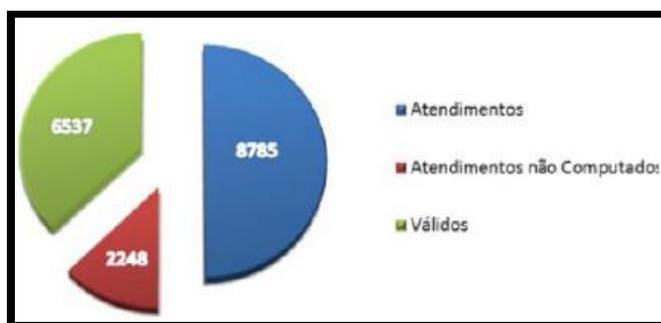
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente será realizado um estudo bibliográfico sobre a caracterização dos acidentes motociclísticos em âmbito nacional, para estabelecer uma base teórica acerca do tema.

Trata-se de um estudo documental, descritivo, com abordagem quantitativa tendo como universo as Fichas de Atendimento a Ocorrência - FAO, disponíveis na Central de Regulação Médica - CRM do Serviço de Atendimento

³ A Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá é composta por 13 municípios, porém para efeitos desse estudo consideraremos apenas as cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger, Jangada e Nossa Senhora do Livramento.

Móvel de Urgência - SAMU, localizada em Cuiabá. Os critérios de inclusão consideraram todas as FAO envolvendo acidentes motociclísticos e o gênero masculino no município de Cuiabá, gerados pelas Unidades de Suporte Básico e Avançado no ano de 2014. Ressalta-se que não fará parte do universo de estudo as ocorrências cujo atendimento foi cancelado pela CRM, seja qual for o motivo, as ocorrências em que a FAO encontrar-se incompleta ou com caligrafia ilegível, e as FAO dos atendimentos a acidentes motociclísticos com vítimas fatais desta feita analisaremos um quantitativo de 6.537 FAO. Foram realizadas análises individuais em 8.785 FAO geradas pelas Unidades de Suporte Básico e Avançado no ano de 2014, conforme gráfico 1.



Fonte: Autores em novembro de 2015.

Gráfico 1: Atendimentos gerais do SAMU em 2014.

Quanto ao Método, a pesquisa será indutiva, com destaque para a predominância de gênero e idade nos acidentes motociclísticos.

Esse trabalho está orientado para identificar o perfil predominante nos acidentes motociclísticos na RMVRC atendidos pelo SAMU em 2014 e estabelecer a relação entre a predominância de gênero e a população em idade ativa desse universo.

Em Cuiabá não há atualmente estudos que caracterizem o perfil dos motociclistas envolvidos em acidentes de trânsito.

Vários são os estudos envolvendo os acidentes motociclísticos no Brasil. Neste trabalho, a pesquisa empregada para elaboração do artigo baseia-se nos estudos mencionados a seguir:

a. **“Acidentes de trânsito com motociclistas: um estudo social e participativo”** elaborado por Sandra Dalvi Quintais de Moraes, da Universidade Federal de Uberlândia em 2013.

b. **“Acidentes motocicleta-carro: um estudo das representações sociais no trânsito em Goiânia”** elaborado por Cíntia Campos Ferreira, da Universidade Católica de Goiás em 2006.

c. **“Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas”** elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2003.

d. **“Serviço de Atendimento Móvel às Urgências Cuiabá: desafios e possibilidades para profissionais de enfermagem”**, elaborado por Damaris Leonel Brito Figueiredo e Aldenan Lima Ribeiro Corrêa da Costa, da ACTA Paulista de Enfermagem em 2008.

e. **“Uma breve revisão do atendimento médico pré-hospitalar”**, elaborado por Sérgio Luiz Brasileiro Lopes e Rosana Joaquim Fernandes, no Simpósio de Medicina em Ribeirão Preto-SP no ano de 1999.

f. **“Os acidentes de trânsito em Porto Velho: uma epidemia que afeta o desenvolvimento regional”**, elaborado por Rosana Maria Matos Silva, Tomás Daniel Menéndez Rodríguez e Wilma Suely Batista Pereira, publicado na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional no ano de 2009.

Os estudos mencionados mostraram que, os perfis do motociclista envolvido nos acidentes de trânsito no âmbito de Brasil são do sexo masculino e membros da População em Idade Ativa (PIA).

A partir do estudo ora proposto será possível verificar se os acidentes motociclistas ocorridos na RMVRC segue o perfil mencionado nos estudos anteriormente publicados.

Após conhecer o perfil dos motociclistas da RMVRC envolvidos em acidente, poderemos potencializar as ações já desempenhadas e/ou estabelecer novas ações que permitirão minimizar esse desastre moderno, impedindo que pessoas da PIA façam parte dessa desastrosa estatística, bem como aprimorar o

sistema de Atendimento Pré-Hospitalar (APH), principalmente no que se refere à minimização do tempo resposta.

O CONTEXTO DOS ACIDENTES MOTOCICLÍSTICOS

Inicialmente suspeita-se que o perfil dos condutores de motocicletas envolvidos em acidentes na RMVRC siga a uma tendência predominante em outras regiões do país, sendo os condutores predominantemente do sexo masculino e integrantes da PIA.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a PIA compreende:

I – População Economicamente Ativa é a população economicamente ativa e a população não economicamente ativa.

População Economicamente Ativa compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas:

a. População ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias).

b. População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

As pessoas ocupadas são classificadas em:

a. Empregados - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em Dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.

b. Conta Própria - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.

c. Empregadores - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.

d. Não Remunerados - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

II) População Não Economicamente Ativa

As pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas. (IBGE, 2002).

O Universo Estatístico dos Acidentes Motociclísticos

Em 2014, o Sistema Único de Saúde – SUS registrou 190.567 internações por acidentes de trânsito o que consumiu R\$ 270 milhões no atendimento às vítimas. Desse total, 132.434 foram decorrentes de motos, o que gerou um custo ao SUS de R\$

184 milhões. O mesmo estudo demonstrou que os custos das internações hospitalares por causas externas representaram cerca de 1% do total de gastos com a saúde pública no Brasil e esse valor não inclui custos com reabilitação, medicação e o impacto em outras áreas da saúde, destarte toda a sociedade e, em particular, os sistemas de saúde arcam com custos elevadíssimos das mortes e incapacidades físicas decorrentes desses acidentes, o que impacta diretamente no Produto Interno Bruto - PIB.

A Organização Mundial de Saúde - OMS estima que no mundo as perdas anuais devido aos acidentes ultrapassem US\$ 500 bilhões. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA estima que os custos totais dos acidentes sejam de 28 a 30 bilhões de reais ao ano, porem a maior parte dos prejuízos refere-se à perda de produção, associada à morte das pessoas ou interrupção de suas atividades, a violência no trânsito brasileiro é responsável por cerca de 3,1% das aposentadorias compulsórias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e ocasionadas por invalidez permanente.

A Frota Veicular

O Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, em dezembro de 2014 o número de motocicletas e motonetas no país era de 22.842.497 unidades, perfazendo 26,34% da frota nacional (DENATRAN, 2014).

Na RMVRC a frota de motocicletas e motonetas em dezembro de 2014 era de 116.931, correspondendo a 23,15% da frota dessas cidades (DETRAN, 2014).

O percentual de motocicletas e motonetas nos municípios da RMVRC é 23,15%, enquanto a nível de Brasil é de 26%.

Os Condutores

A motocicleta caracteriza-se por ser um meio de transporte rápido e de manutenção barata. Desta forma quem escolhe esse meio de transporte o faz considerando principalmente essas duas características, uma vez que a maioria esmagadora ocorre envolvendo motocicletas com no máximo 300 cc.

Segundo a fisiatra Júlia Greve, coordenadora de um estudo sobre os acidentes motociclísticos do Hospital das Clínicas de São Paulo, apenas 23% dos acidentados usam a moto como instrumento de trabalho. Ela afirma que a maior parte dos acidentados com moto usa o veículo como meio de transporte, geralmente para ir e vir do trabalho. A maioria dos acidentados com moto retratados na pesquisa é homem (92%), possuem 30 anos em média e do total 20% tinham ensino superior, sendo que mais da metade (62%) ganha de 1 até 3 salários mínimos. Mais da metade dos entrevistados já havia sofrido acidente antes.

Conforme os dados do DENATRAN, em 2014 existiam no Brasil cerca de 57 milhões de pessoas habilitadas, dos quais aproximadamente 51 milhões faziam parte da PIA. Dos condutores habilitados dos integrantes da PIA, 73% são do sexo masculino e 27% são do sexo feminino.

Segundo dados do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN, em Mato Grosso no ano de 2014 existiam 1.046.117 de condutores, sendo 89% integrantes da PIA, e desses 24% são do sexo feminino e 76% são homens.

Porém essa base de dados não corresponde com a realidade vivida no trânsito, pois milhares de pessoas possuem habilitação para conduzir motocicletas e motonetas e não exercem essa prerrogativa.

Os Acidentes

Na busca por um banco de dados com uma base unificada que contenha informações sobre todos os acidentes envolvendo veículos automotores no Brasil, não foi possível localizar. A Polícia Rodoviária Federal – PRF possui uma base, cada policia rodoviária estadual possui outra base e há ainda os profissionais municipais que geralmente possuem outra base de dados. Temos ainda as informações do DATASUS⁴ e da Seguradora Líder⁵ e do DENATRAN. Há ainda uma série de outras instituições que se propõe a atuar na temática acidentes de trânsito.

⁴ DATASUS é o nome do departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil pertencente à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, que tem a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde.

⁵ Seguradora Líder – Empresa que administra o seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT no Brasil, instituto criado para amparar as vítimas de acidentes com veículos.

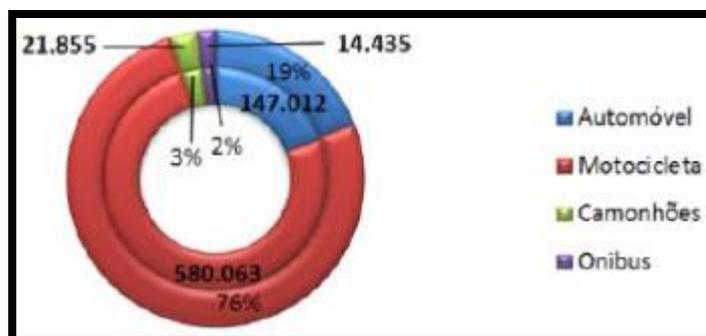
A PRF possui em sua base de dados as informações exclusivamente dos acidentes que tiveram origem nas rodovias federais, as polícias rodoviárias estaduais possuem em cada unidade da federação uma base de dados com os acidentes originados nas vias estaduais.

Há também os serviços municipais de trânsito. Vários municípios brasileiros possuem serviços específicos para atender a necessidade do trânsito no nível do município.

O DENATRAN guia-se nos boletins de ocorrência oriundos da polícia⁶, computando apenas a mortes ocorridas no local do acidente em território brasileiro.

Embora as estatísticas do DATASUS estejam provavelmente mais próximas da realidade do que as do DENATRAN, as informações do Ministério da Saúde contêm um sub-registro de dados, pois frequentemente os acidentados dão entrada em hospitais sem a tabulação de vítima de acidente de trânsito, desta forma não serão aqui considerados.

Em mesma percepção temos outra fonte nacional de dados, qual seja, a base da Seguradora Líder⁷, que consiste em uma tabulação nacional de dados que consideraremos na produção desse conhecimento, nela temos que só no ano de 2014 houveram 763.365 Indenizações Pagas oriundas dos acidentes de trânsito, onde foram consideradas as indenizações por mortes, invalidez temporária e as indenizações oriundas das despesas médicas. Desse universo, 76% correspondem aos Acidentes com Motocicletas, distribuídas conforme o gráfico 2.



Fonte: Seguradora Líder.

Gráfico 2: Representação dos veículos envolvidos nos acidentes de trânsito no ano de 2014.

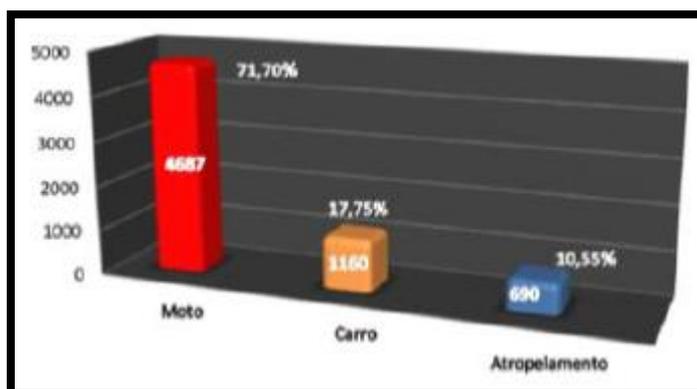
⁶ Entende-se por polícia nesse caso em específico a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal.

⁷ Seguradora Líder – Empresa que administra o seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT no Brasil, instituto criado para amparar as vítimas de acidentes com veículos.

Aparentemente os dados da Seguradora Líder se apresentam de forma mais confiável, toda via como o seguro não é pago automaticamente às famílias das vítimas, não configuram como dados absolutos.

Assim, verifica-se que, no Brasil, as estatísticas oficiais sobre os acidentes de trânsito são subestimados, não sendo precisamente conhecidos, ainda que uma base de dados nacional confiável auxiliaria o estabelecimento de uma política de segurança mais adequada para o enfrentamento do problema.

Na RMVRC temos a base de dados do SAMU, e na Região Metropolitana de Cuiabá, dos 6.537 atendimentos a acidentes envolvendo veículos automotores nas vias terrestres em 2014, e validados na metodologia, 71,70% envolviam diretamente motocicletas, desse universo 95,4% faziam parte da População em Idade Ativa - PIA.



Fonte: Autores em novembro de 2015.

Gráfico 3: Principais tipos de atendimentos realizados pelo SAMU no ano de 2014.

Salienta-se que essa base de dados também é falha, pois inúmeros acidentes envolvendo veículos na RMVRC objeto de estudo, não são atendidos pelo SAMU, pelo fato dos condutores se evadirem do local, ou ainda casos em que as vítimas são conduzidas por terceiros. A comprovação se fundamenta, pois os eventos de solicitação do SAMU em 2014, perfizeram 57.134 pedidos de atendimento e em 16.699 dos casos foi dado QTA⁸ na ocorrência.

⁸ QTA consiste em uma expressão que entre os funcionários do SAMU significa que a ocorrência deve ser abortada e a equipe retornar a base.

O ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR - APH

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso - CBM tem o APH como atribuição constitucional prevista no artigo 82 da Constituição Estadual, registrado a seguir:

Art. 82 - Ao Corpo de Bombeiros Militar, instituição permanente e regular, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, e dirigida pelo Comandante-Geral, compete:

I - realizar serviços de prevenção e extinção de incêndio;

II - executar serviços de proteção, busca e salvamento;

III - planejar, coordenar e executar as atividades de defesa civil, dentro de sua área de competência, no Sistema Estadual de Defesa Civil;

IV - estudar, analisar, exercer e fiscalizar todo o serviço de segurança contra incêndio e pânico no Estado;

V - realizar socorros de urgência;

VI - executar perícia de incêndios relacionada com sua competência;

VII - realizar pesquisa científica no seu campo de ação;

VIII - desempenhar atividades educativas de prevenção de incêndios, pânicos coletivos e de proteção ao meio ambiente. (CE, 1989)

O serviço de resgate em Mato Grosso começou em 1998, realizado exclusivamente pelo CBM através da então denominada Companhia de Urgência e Resgate de Acidentados (CURA). O atendimento era realizado com veículos próprios e, especificamente, projetados para esse fim. Em 2000, houve a regulamentação do Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência - SIATE⁹, tendo como evolução o fato dos atendimentos passaram a ter regulação médica das urgências¹⁰, modelo este que perdurou em Mato Grosso até o ano de 2004.

Atualmente o APH no estado de Mato Grosso é realizado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso e pelo SAMU. Em Cuiabá e Várzea Grande o APH está sob a responsabilidade única do SAMU. Nos municípios de Rondonópolis, Primavera do Leste, Campo Verde e Jaciara o APH é realizado pelas duas instituições por meio de Termos de Cooperação Técnica. Já nos municípios de Cáceres, Pontes e Lacerda, Barra do Garças, Nova Xavantina, Tangará da Serra, Juína, Nova Mutum,

⁹ O SIATE foi regulamentado pelo Decreto nº. 1.183, de 28 de fevereiro de 2000.

¹⁰ A regulação médica das urgências é um sistema que recebe solicitações de ajuda, onde um médico faz a triagem, distribuição e monitoramento para que o socorro seja realizado de forma efetiva, com os recursos apropriados e de acordo com as informações colhidas pelo profissional especializado.

Lucas do Rio Verde, Sinop, Colíder e Alta Floresta o CBM é o único responsável pelo APH.

O SAMU foi idealizado na França, 1986 como *Service d'Aide Médicale d'Urgence*, sendo instituído oficialmente no Brasil no ano de 2004¹¹ pelo Presidente da República.

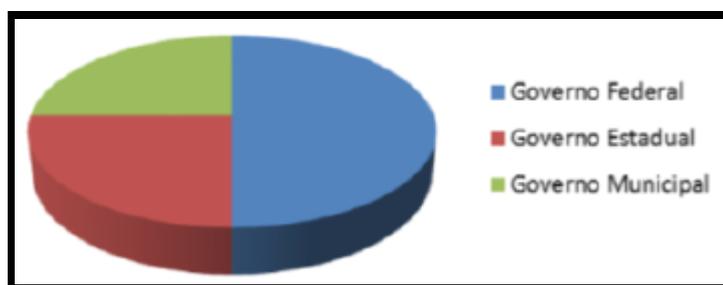
O SAMU possui seu funcionamento dividido em equipes, conforme pontua Lopes e Fernandes (1999):

1) Equipe de Suporte Avançado de Vida: é composta por um médico, um enfermeiro e um motorista, que trabalham sob escala definida, em revezamento, a fim de manter o serviço disponível 24 horas por dia. Esta equipe somente é deslocada para atendimento quando há risco imediato à vida, situação definida pelo médico regulador ou coordenador do SAMU.

2) Equipe de Suporte Básico de Vida: é composta por um auxiliar de enfermagem e um motorista que se revezam sob a mesma regra descrita no tópico anterior. Neste caso, a equipe também é acionada sob liberação do médico regulador ou coordenador, em situações em que não haja risco iminente à vida.

3) Equipe de regulação médica: esta é a equipe responsável por distribuir as demais equipes em atendimento adequado à população. O principal responsável é o médico regulador e em sua ausência, o médico coordenador. Todas as solicitações de atendimento são triadas por técnicos e auxiliares de enfermagem, que na sequência, encaminham para os médicos responsáveis.

O SAMU originalmente consiste em uma cooperação tripartite, onde os recursos financeiros para a implementação e manutenção são distribuídos conforme o gráfico 4.



Fonte: Autores em novembro de 2015.

Gráfico 4: Distribuição do custeio do SAMU.

Na RMVRC o SAMU é administrado pelo Estado, não havendo a participação financeira dos municípios.

¹¹ O SAMU foi instituído pelo Decreto nº. 5.055, de 27 de abril de 2004.

O SAMU consiste em uma Em Mato Grosso o SAMU surge no ano de 2004, quando o APH em Mato Grosso foi reformulado exclusivamente para atender a Política Nacional de Atenção às Urgências, sendo o SIATE dissolvido. A Secretaria Estadual de Saúde – SES, a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP e o CBM celebraram um termo de cooperação técnica para o atendimento das emergências pré-hospitalares em conjunto.

Essa cooperação funcionou de dez/2004 a jul/2007, porém sem a habilitação do Ministério da Saúde – MS.

Durante o funcionamento do SAMU em parceria com o CBM inúmeras tentativas de habilitação junto ao Ministério da Saúde – MS foram frustradas. A cada nova proposta surgiam novos apontamentos. Por fim, a proposta de desvinculação do Corpo de Bombeiros, a mudança para sede própria e a inclusão de civis para desenvolver atividades anteriormente desempenhadas por militares na equipe foi contemplada e homologada pelo MS, sendo o serviço habilitado em 18/09/2007 através da Portaria MS/GM n.º 2300/2007¹²¹³, ficando constituída a seguinte área de abrangência em cinco municípios: Cuiabá, Santo Antônio de Leverger, Jangada, Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento, atendendo uma população de, aproximadamente 800 mil habitantes, atualmente o SAMU expandiu o seu atendimento agregando os municípios de Poconé e Chapada dos Guimarães.

A necessidade de habilitação do SAMU perante o governo Federal tornou-se iminente, uma vez que o Estado não possuía acesso aos incentivos na modalidade de repasse de recurso financeiro para ser utilizado tanto para investimento, quanto para custeio do serviço.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os acidentes motociclísticos configuram como uma das principais causas de óbito na RMVRC, representando um grave problema de saúde pública, não só pela fatalidade e pelas sequelas graves resultantes, como também, pelos seus custos diretos e indiretos, que acarreta um ônus significativo para a sociedade e ainda

¹² O SAMU foi habilitado em Cuiabá através da Portaria MS/GM n.º 2300 de 18 de setembro de 2007.

sobretudo, pela dor, sofrimento e perda de qualidade de vida imputada às vítimas, seus familiares e à sociedade como um todo.

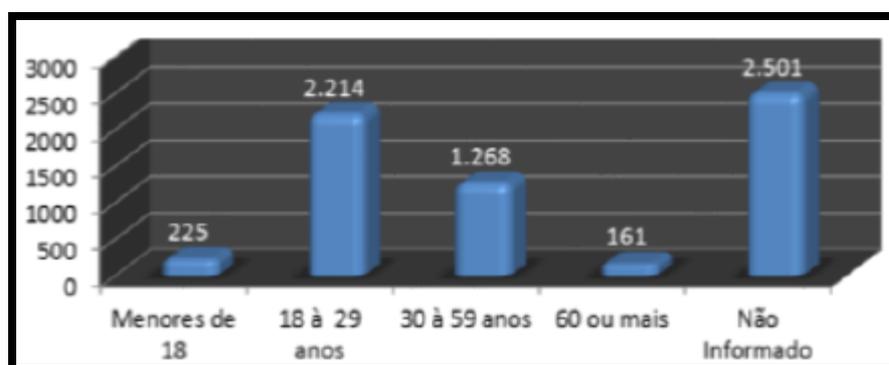
A violência envolvida nos acidentes motociclísticos é resultado da ação conjunta de elementos culturais, econômicos e políticos e de solução complexa. Por esse motivo o número de óbitos por acidentes motociclísticos na RMVRC vem crescendo nas últimas três décadas, principalmente na RMVRC, mesmo quando comparadas a outras cidades com população mais elevada e de frota veicular em maior número.

Dotta (2000 apud FERREIRA, 2006, p. 32) afirma que *as pessoas dirigem como vivem, dirigir é, sobretudo uma questão de educação, bom senso, cortesia e sensibilidade: devo tratar os outros no trânsito [...] da mesma maneira como gostaria de ser tratado.*

A RMVRC possuía em 2014, 949.452 habitantes e naquela ocasião já possuía 129.805 motocicletas e motonetas, o que significa dizer que mais de 10% da população possuía motocicleta/motoneta. Esse índice nos mostra que apesar de o volume de motocicletas não ser expressivo, políticas públicas voltadas para o universo dos motociclistas devem ser planejadas e implementadas, visando minimizar a quantidade de ocorrências de trânsito envolvendo motocicletas.

Dos 6.537 acidentes motociclísticos atendidos pelo SAMU em 2014, 82,4% envolveram homens.

O gráfico 5 mostra a idade dos envolvidos nos acidentes.



Fonte: Autores em novembro de 2015.

Gráfico 5: Condutores de motocicletas envolvidas em acidentes por faixa etária de idade no ano de 2014

Não foram analisados o tempo de recuperação do acidentado e nem os óbitos oriundos dos acidentes motociclísticos onde não houve o atendimento do SAMU, nem tão pouco os decorrentes dos atendidos pelo SAMU no pós-trauma.

Impactos Econômicos dos Acidentes Motociclísticos na RMVRC

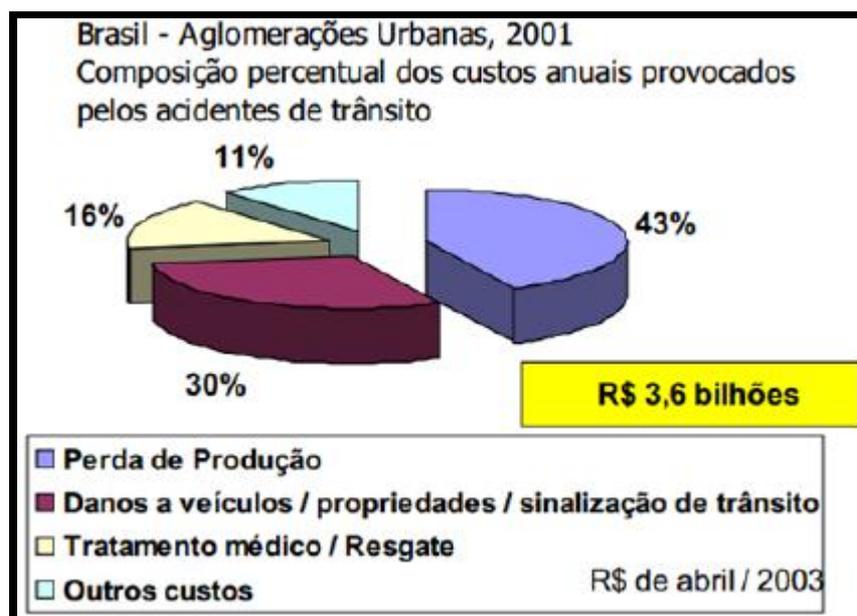
Mensurar com precisão os impactos econômicos nos acidentes de trânsito constitui um desafio até mesmo para os especialistas. Em se tratando dos acidentes motociclísticos essa dificuldade não é diferente. Durante a pesquisa não nos propomos a determinar esses custos na RMVRC, no ano de 2014, desta forma utilizaremos como base as informações fruto de um estudo multidisciplinar conduzido pelo IPEA que considerou os custos a seguir mencionados:

- a) Custo da Perda de Produção - Corresponde às perdas econômicas sofridas pelas pessoas, pela interrupção temporária ou permanente de suas atividades produtivas, em decorrência de envolvimento em acidentes de trânsito. Aplica-se a pessoas inseridas nos mercados formal e informal de trabalho. No caso de um assalariado, a perda equivale ao custo necessário para sua substituição durante o tempo não trabalhado.
- b) Custo dos Danos aos Veículos - Custo de recuperação ou reposição dos veículos danificados em acidentes de trânsito. Custo médico-hospitalar - Soma dos custos dos recursos humanos e materiais do atendimento e tratamento das vítimas de acidentes de trânsito, desde a chegada ao hospital até o momento da alta ou do óbito. Inclui também os custos dos programas de reabilitação, como fisioterapia.
- c) Custo de Processos Judiciais - Custo do funcionamento da estrutura judicial em função de acidentes de trânsito.
- d) Custo de Congestionamento - Soma dos custos relativos ao tempo perdido pelos ocupantes de veículos retidos no tráfego e ao aumento do custo de operação destes veículos, em função de congestionamentos gerados por acidente de trânsito.
- e) Custo Previdenciário - Custo que recai sobre a Previdência Social em função da impossibilidade de trabalhar de vítimas de acidentes de trânsito, temporária ou permanente, sendo sustentadas parcialmente pela Previdência. Esse custo inclui despesas com pensões e benefícios.
- f) Custo do Resgate de Vítimas - Custo do transporte das vítimas de acidentes de trânsito do local do acidente até o hospital ou pronto-socorro. Inclui o custo da utilização de equipamentos especiais e do deslocamento das equipes de resgate, com veículos e profissionais especializados (ambulâncias, médicos, paramédicos).
- g) Custo de Remoção de Veículos - Custo de utilização de guinchos ou outros meios para remover os veículos avariados do local do acidente até uma oficina, pátio ou delegacia. Inclui o aluguel do veículo e o tempo de serviço do técnico responsável.
- h) Custo dos Danos ao Mobiliário Urbano e à Propriedade de Terceiros - Custo de reposição/recuperação de equipamentos urbanos e de propriedades de terceiros danificados ou destruídos em função de acidentes de trânsito. O mobiliário urbano compreende abrigos de ônibus, postes, orelhões, bancas de revistas, caixas de correio e gradis.
- i) Custo de outro Meio de Transporte - Soma das despesas do acidentado com passagens de ônibus, táxi e aluguel de veículo decorrentes de necessidade de locomoção no período posterior ao acidente em que o veículo ficar sem condições de uso.

- j) Custos dos Danos à Sinalização de Trânsito – Custo de reposição ou recuperação da sinalização danificada ou destruída em função de acidentes de trânsito. Consiste em elementos tais como postes de sustentação de sinalização, placas de sinalização, equipamento semafórico.
- k) Custo do Atendimento Policial e dos Agentes de Trânsito – Soma dos custos do tempo dos policiais e/ou agentes de trânsito e da utilização de veículos para atendimento no local do acidente, hospital ou delegacia.
- l) Impacto Familiar – Custo que representa o impacto do acidente no círculo familiar da (s) vítimas(s). É representado, principalmente, pelo tempo gasto por familiares, para sua eventual produção cessante e por adaptações na estrutura familiar (moradia, transporte) por conta do acidente. (IPEA, 2013)

Com uma metodologia complexa a OMS estima que no mundo as perdas econômicas anuais devido aos acidentes ultrapassem os US\$ 500 bilhões.

O IPEA produziu o gráfico que é transcrito na figura 1, que representa os elementos de custo de forma mais agregada, facilitando na identificação da importância relativa dos diferentes itens de custo.



Fonte: IPEA.

Figura 1: Composição dos Demonstrativo dos Custos dos Acidentes de Trânsito nas Aglomerações Urbanas Brasileiras.

Os dados do IPEA mostrados na figura 1 representa os elementos de custo de forma mais agregada, facilitando na identificação da importância relativa dos diferentes itens de custo.

Ainda no mesmo estudo o IPEA mostra os dados a seguir que mostra a participação nos custos dos automóveis, utilitários leves e das motocicletas nos acidentes de trânsito.

Tabela 1

Participação nos custos dos acidentes de trânsito dos automóveis, utilitários leves e motocicletas.

Tipo de Veículo	Custos (1000 R\$, abril 2003)	% Custos
Automóveis	1993	56
Utilitários	48	1
Motocicletas	685	19

Fonte: IPEA.

Os dados do IPEA nos mostram que 19% de todos os custos com os acidentes de trânsito no Brasil em 2003 se referem aos acidentes motociclísticos. Não há um estudo dessa magnitude que mensure esses custos na RMVRC, mas acredita-se que os custos na RMVRC deva seguir o perfil nacional.

Levando em consideração a metodologia que afirma que nos países em desenvolvimento os acidentes de trânsito consomem recursos aproximados na ordem de 5% do Produto Interno Bruto - PIB. Em 2014 com um PIB de R\$5,15 trilhões o Brasil teve um prejuízo na ordem de R\$ 275 bilhões com os acidentes de trânsito e ainda uma despesa de R\$ 52,25 bilhões com os acidentes motociclísticos.

Na RMVRC os prejuízos considerando essa metodologia com os acidentes motociclísticos foram de aproximadamente R\$190 milhões.

Considerando que o Pronto Socorro Municipal de Cuiabá foi inicialmente orçado em R\$76,9 milhões, os prejuízos econômicos causados pelos acidentes motociclísticos no ano de 2014 na RMVRC seriam suficientes para realizar a construção de mais duas unidades hospitalares do mesmo porte a cada ano.

Impactos Sociais dos Acidentes Motociclísticos na RMVRC

Mensurar com precisão os impactos sociais decorrentes dos acidentes motociclísticos é difícil. As alterações psicoemocionais que esse desastre provoca

no grupo social afetado pelos acidentes motociclísticos apesar de conhecidas não são possíveis de se precisar em termos numéricos.

Um acidente motociclísticos não impacta somente o condutor, seus impactos atingem o trabalho, a família, a comunidade do local do acidente e do local onde o acidentado reside. Em alguns casos os impactos psicossociais de um acidente motociclístico se estendem para a comunidade do bairro, da cidade, do estado, do país e em alguns casos ultrapassa essa última fronteira.

Ferreira (2013, p. 101) realizou uma pesquisa onde foi perguntado *O que mudou na sua vida após o acidente que sofreu?* a um grupo de pessoas que se acidentaram com motocicletas e que foram atendidas no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia no ano de 2013:

... Alguns tiveram suas atividades cotidianas interrompidas. Outros ainda fazem acompanhamento ambulatorial ou ficaram com sequelas nos membros atingidos no acidente de trânsito. Alguns ainda fazem uso de medicamentos e outros relataram mudanças de valores, alterações emocionais e físicas, como, também afastamento do trabalho.

Ainda considerando o conhecimento produzido por Ferreira (2013, p.102 e 103) ... *Como as respostas a essa pergunta apresentaram diversos elementos importantes, optou-se por organizar e distribuir os discursos em dois quadros:...* que será transcrito fielmente a seguir:

Quadro 1: Mudanças de caráter físico, decorrentes do acidente de trânsito com motocicleta sofrido pelos entrevistados.

O que mudou na vida da vítima após ter sofrido o acidente com motocicleta	
	<u>Jogar bola, dançar, correr, pular</u>
Atividades interrompidas	<p>“[...] num jogo bola, num corro igual eu corria antes, que eu corria bastante, num pulo... dançar, num danço igual eu dançava antes... gostava de dançar. (Entrevistado 1).</p> <p>“Ah, eu não corro muito”. (Entrevistado 4).</p> <p>“Ah, muita coisa, muita diversão minha, porque eu jogava futebol cinco vez por semana; agora, eu não tô jogando nenhuma; não jogo mais, não dou conta, porque dói, dói muito”. (Entrevistado 6)</p> <p>“[...] eu não corro, eu não consigo correr. Jogar bola, também, eu não consigo jogar bola.” (Entrevistado 8).</p> <p>“Eu gostava de jogar futebol lá na rua, na quadra, futebol de campo. Jogo, mas</p>

	<p>nem me chamam pra disputar campeonato, não. Aí atrapalha agora. Eu não corro igual eu corria antes." (Entrevistado 15).</p>
Acompanhamento ambulatorial	<p><u>Está afastado para perícia médica, faz fisioterapia, hidroterapia, consulta ao neurologista</u></p> <p>"Eu tenho uma perícia em março. Agora eu já não sei se eles vão me liberar, ou se vão me afastar mais, né? (Entrevistado 1).</p> <p>"Muita fisioterapia, muito..., é..., hidroterapia." (Entrevistado 2).</p> <p>Aí depois eu passei a fazer fisioterapia, fiz, fiz, acho que dez seções de fisioterapia. (Entrevistado 11).</p>
Sequelas físicas	<p><u>Dificuldade de locomoção, problemas de postura, problemas no nervo ciático, epilepsia, dores, ardência, limitações nas atividades diárias, deficiência física</u></p> <p>"Mudou muita coisa [...], andar mesmo, que eu ando puxando a perna". (Entrevistado 1).</p> <p>"[...] problemas de postura, eu tive problemas com fraturas no joelho, no fêmur, tive problemas no nervo ciático, que quase se rompeu... que talvez tenha sido o mais grave..., e que me causou dores que eu imaginei que fossem humanamente impossíveis de suportar, que nem morfina na veia resolvia. E essas dores se prolongaram por meses, 24 horas por dia, de maneira estressante." (Entrevistado 2).</p> <p>"[...] agora eu tô com um problema de epilepsia por ter batido a cabeça, eles terem abrido, mexido, assim, na minha cabeça, assim, e aí me deu esse problema de epilepsia. [...] eu tomo remédio, e, graças a Deus, esse mês tá fazendo um ano e um mês que eu não tive nenhuma crise". (Entrevistado 3).</p> <p>"Ah, é muita coisa, né, pra subir na escada, não dá pra subir, arde o pé, aí não vira os movimentos que precisa, é complicado, não vira pro lado mais, só pra frente e pra traz. Muita coisa dói." (Entrevistado 6).</p> <p>"A perna só dá uma entortadinha. A posição de descanso dela já não é mais reta. Ela fica um pouco inclinada, assim. Mas, tirando isso aí tá normal. (Entrevistado 11).</p> <p>"Os movimentos não são completos, os dedos não fecham completamente também, devido aos tendões, né, rompidos. Mas..., sinto umas dores quando fico muito tempo em pé, mas é suportável, né, normal, graças a Deus." (Entrevistado 14).</p> <p>"O tornozelo, eu sinto dor quando eu faço muito esforço. [...] Não é toda vez também não. Ando normal, só não tenho a mesma força e agilidade na perna." (Entrevistado 15).</p>

Fonte: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3356/1/AcidentesTransitoMotociclistas.pdf>.

Quadro 2: Mudanças de caráter psicológico/emocional e comportamental, decorrentes do acidente de trânsito com motocicleta sofrido pelos entrevistados

O que mudou na vida da vítima após ter sofrido o acidente com motocicleta	
<u>Mudança de valores comportamental</u>	<p><u>Prioridades, visão das coisas, responsabilidades, respeito ao próximo, consciência no trânsito</u></p> <p>“Tudo mudou: a visão das coisas, as prioridades..., frustrações aconteceram, e ainda acontecem, porque é inevitável a sensação de você ter sido..., uma parte do seu tempo, uma parte da sua vida foi tomada pra você investir numa coisa que você já tinha, não é? Que é a saúde, a mobilidade, que eu fui obrigado há ficar tantos meses em casa, tantos meses dependendo, tantos meses fraco, né, me passando por três grandes cirurgias, éééé..., e sempre com a preocupação de ficar o mais próximo do normal possível. Mas, muitas vezes, essa normalidade tão esperada, se mostra muito distante, quase impossível. Então, com muita força de vontade minha, e um controle emocional que eu nunca imaginei que pudesse ter, e também, indispensável apoio da família e dos familiares, é que foi decisivo para que a gente vá pra cima.” (Entrevistado 2)</p> <p>Ah, criei mais responsabilidade, não faço mais o que eu fiz, né? (Entrevistado 4).</p> <p>“Então, a consciência, o que importa é sê ter a consciência, e respeito com as outras pessoas também, né? Sê respeitar a vida dos outros também é muito importante, porque, às vezes, antes de você fazer alguma coisa, sê pensa, porque a moto é questão de segundo, um segundo que sê..., sê tomou a decisão errada, sua vida pode mudar. (Entrevistado 7).</p> <p>“Ah, hoje eu presto mais atenção no que eu faço. Se eu estiver dirigindo eu fico mais ligado pra frente, me percebo mais ligado nas coisas pra não acontecer novamente, né?” (Entrevistado 9).</p>
<u>Alterações emocionais</u>	<p><u>Força de vontade, controle emocional, autoconhecimento, estresse, suspeita de depressão, preocupação, isolamento social, sentimentos de: solidão, inércia, exclusão social, bullying</u></p> <p>“Eu tinha acabado de fazer 24 anos, e no auge da juventude, de querer, de querer trabalhar, conquistar seu espaço, e ao mesmo tempo querer se divertir, não. Eu fui, fiquei uma vida mais... Eu não sei se entrei em depressão..., mas uma vida um pouco mais depressiva..., porque eu fiquei em casa, só em casa, isolado. Às vezes eu preferia ficar assim, porque era desagradável, eu via amigos, e eu não tinha novidades pra contar. É um processo muito mais lento do que eu gostaria que fosse. Éééé, as coisas acontecendo, a vida de todo mundo andando normal, e eu me sentindo ali, estacionado, num caminho paralelo. Sei que não era, mas... (Entrevistado 2).</p> <p>“O povo fica me zuando, sabe? É, como é que fala, fazendo bullying, igual eles fala, né? Me chamando de manquinho. (Entrevistado 8).</p>

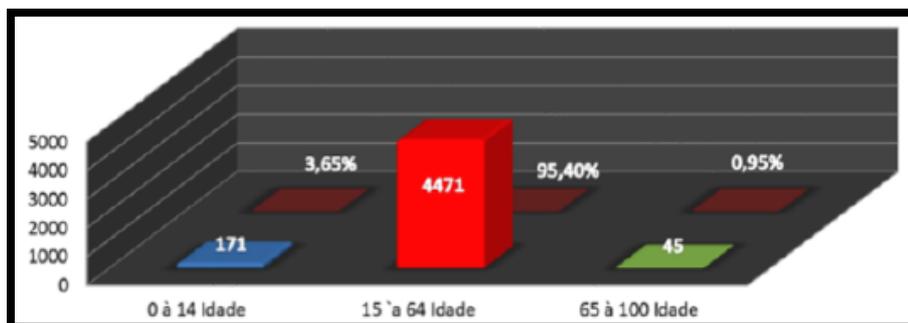
Fonte: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3356/1/AcidentesTransitoMotociclistas.pdf>.

Apesar de não haver estudos focados no público envolvido nos acidentes motociclísticos na RMVRC, os dois quadros anteriormente nos mostram com precisão os impactos sociais dos acidentes motociclísticos de uma maneira geral.

Pode-se perceber claramente que, as consequências advindas desse desastre provocam mudanças nos aspectos físicos significativas, alterando e em muitos casos retirando a mobilidade dos envolvidos. As alterações psicológicas (medo, isolamento social, stress, bullying, entre outras.) e comportamentais com destaque para um maior respeito às regras do trânsito e envolvimento social voltado ao problema.

Os impactos sociais são extremamente abrangentes. Como os dados estatísticos dos acidentes motociclísticos na RMVRC mostrou, 86,8% dos envolvidos nos acidentes motociclísticos no ano de 2014 são do sexo masculino. Esse quadro é preocupante, pois no modelo social atual a mulher participa como coadjuvante na manutenção e sustento da família, sendo o que homem representa a principal fonte de recursos visando o sustento e manutenção do lar. Ao se envolver em um acidente o sustento da família fica altamente comprometido em um momento em que as despesas familiares irão aumentar significativamente em virtude dos gastos com a recuperação do acidentado.

Os acidentes motociclísticos possuem como característica principal apresentar uma taxa de mortalidade alta, e quando isso ocorre os impactos sociais aumentam significativamente. Em processo somatório a gravidade enfrentada, bem como aliada a magnitude do problema social a ser enfrentado é a constatação do percentual de 95,40% da PIA na RMVRC afetada pelos acidentes motociclísticos, conforme gráfico 3.



Fonte: Autores em novembro de 2015.

Gráfico 6: Participação da PIA nos acidentes motociclísticos

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS

O enfrentamento aos desastres ocasionados pelos acidentes motociclísticos na RMVRC deve ser multisetorial, envolvendo todos os seguimentos da sociedade, ações pontuais são importantes, porém quando tomadas em conjunto possuem um impacto muito maior nos resultados.

A seguir apresentamos uma série de sugestões possíveis que em conjunto visam impedir e/ou minimizar os impactos sociais e econômicos decorrentes dos acidentes motociclísticos, promovendo e expandindo a cidadania, a inclusão social, a redução das desigualdades sociais, o fortalecimento da democracia e a valorização da vida, que constituem nos grandes objetivos da política pública:

a. Ações específicas visando a redução dos acidentes motociclísticos devem ser realizadas na RMVRC, por representarem um número significativo de vítimas;

b. A educação para o trânsito voltada para os acidentes motociclísticos devem fazer parte do cotidiano da sociedade. O modo atual se demonstra de forma pontual e esporádico deve ser repensado, trabalhando a mudança de valores, comportamentos e atitudes de forma universal, constante e multisetorial;

c. A mídia tem um papel importantíssimo no auxílio na redução dos desastres ocasionados pelos acidentes motociclísticos. Campanhas publicitárias devem ser uma constante na mídia. Ela deve ser como instrumento importante no auxílio à redução dos acidentes de trânsito, considerado fator importante para modificar o comportamento das pessoas;

d. Os órgãos que possuem responsabilidade direta nos acidentes motociclísticos devem atuar de forma articulada, mostrando as múltiplas dimensões do problema;

e. Ações de apoio e fomento ao conhecimento científico que busca explorar e analisar estatisticamente o problema. Esses estudos contribuirão para o conhecimento aprofundado sobre o tema, permitindo a identificação e o monitoramento constante das variáveis que interferem negativamente nos acidentes

motociclísticos, sendo possível realizar avaliações efetivas das ações implementadas na RMVRC;

f. Implementar medidas que permitam a melhora da qualidade dos dados estatísticos disponíveis, bem como a criação de um banco de dados unificado confiável e nacional;

CONCLUSÕES

Os acidentes de trânsito em especial os envolvendo motocicletas tem ceifado centenas de vidas, deixando sequelas irreversíveis nas vítimas e provocado distúrbios psicossomáticos com efeitos extremamente danosos à qualidade de vida não só da população atingida diretamente, como também da população em geral que sofre com a falta dos investimentos financeiros, que só em 2014 seria o suficiente para a construção de mais duas unidades de atendimento à saúde do porte da atual construção do Pronto Socorro Municipal de Cuiabá, e esses investimentos simplesmente são consumidos no atendimento aos acidentes motociclísticos nas mais variadas fases de assistência.

Após concluir que 82,4% das vítimas dos acidentes motociclísticos envolvem homens e destes 95,4% são membros da PIA. Cientes da importância desse gênero no atual modelo social brasileiro, que o tem como principal mantenedor ao ter esse indivíduo envolvido em um acidente motociclístico a base financeira de sustento da família é impactada de forma tão contundente que provoca um desarranjo social extremamente violento, sendo responsável indiretamente por uma série de outros distúrbios sociais.

Para enfrentar os acidentes motociclísticos a sociedade deve entender que somente um esforço conjunto e orientado pode contribuir com a minimização dos impactos econômicos e sociais advindos do problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRA, Cíntia Campos. **Acidentes motocicleta-carro: um estudo das representações sociais no trânsito em Goiânia**. 2006. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em: < http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=194 >. Acesso em 11 de outubro de 2015.
- DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito). **Frota Nacional (Dezembro de 2014) 01-Frota por Tipo de Veículo**. Brasília: DENATRAN, 2014. Disponível em: < <http://www.denatran.gov.br/frota2014.htm> >. Acesso em 12 de outubro de 2015.
- DETRAN (Departamento Estadual de Transito). **Frota de Veículos de Mato Grosso**. Cuiabá: DETRAN, 2014. Disponível em: < <http://www.detran.mt.gov.br/adm/uploads/downloads/b623dfrotadeveiculosdematogrosso-ano2014-atemaio.pdf> >. Acesso em 12 de outubro de 2015.
- FIGUEIREDO, Damaris Leonel Brito, COSTA, Aldenan Lima Ribeiro Corrêa da. **Serviço de Atendimento Móvel às Urgências Cuiabá: desafios e possibilidades para profissionais de enfermagem**. 2008. 4 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n5/18.pdf> >. Acesso em 17 de novembro de 2008.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Pesquisa Mensal de Emprego**. 2002. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm> >. Acesso em 16 de outubro de 2015.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas**. Relatório Executivo. Brasília: IPEA/DENATRAN/ANTP, 2003. Disponível em: < <http://www.pedestre.org.br/downloads/IpeaSinteseAcidentesTransitoMaio2003.pdf> >. Acesso em 12 de outubro de 2015.
- _____. **Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras**. Relatório Executivo. Brasília: IPEA/DENATRAN/ANTP, 2006. Disponível em: < http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/custos_acidentes_trnsito.pdf >. Acesso em 12 de outubro de 2015.

- LOPES, Sergio Luiz Brasileiro, FERNANDES, Rosana Joaquim. **Uma breve revisão do atendimento médico pré-hospitalar**. Medicina, Ribeirão Preto, v. 32, p. 381-387, out./dez., 1999.
- MATO GROSSO. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Mato Grosso**. Diário Oficial do estado de Mato Grosso, Mato Grosso, 5 out. 1989.
- MORAIS, Sandra Dalvi Quintaes de. **Acidentes de trânsito com motociclistas: um estudo social e participativo**. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3356/1/AcidentesTransitoMotociclistas.pdf>>. Acesso em 11 de outubro de 2015.
- MS (Ministério da Saúde). Informações de Saúde (TABNET) - Epidemiológicas e Morbidade. **Morbidade Hospitalar do SUS por causas externas - por local de internação**. 2015. Brasília. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/fiuf.def>>. Acesso em 02 de novembro de 2015.
- PORTAL AUTO ESPORTE. **Maioria de acidentados com moto não é motoboy, diz estudo do HC-SP**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/carros/noticia/2013/08/maioria-de-acidentados-com-moto-nao-e-motoboy-diz-estudo-do-hc-sp.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2015.
- VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **A cidade, o transporte e o trânsito**. São Paulo: Prolivros. 2005.

ANÁLISE DOS PLANOS DE AÇÃO DE CONTINGÊNCIA DE ESTÁDIOS DE MATO GROSSO (MT) COM CAPACIDADE ACIMA DE 10.000 PESSOAS.

Sheila Sebalhos Santana¹

RESUMO

Analisar os planos de ação de contingência para estádios existentes no Estado de Mato Grosso é o que se pretende abordar nesta pesquisa, tendo como foco aquelas construções com capacidade acima de 10.000 pessoas, levantando a problemática de como esses planos interferem na segurança do público presente nos estádios em dias de jogos. Considerar o cenário mais crítico, que é a ausência desses planos na amostra abrangida, caracteriza-se como a situação hipotética estabelecida na presente pesquisa, uma vez que, passados onze anos da existência do Estatuto de Defesa do Torcedor² (EDT), o qual preconiza que tais planos sejam implementados, é de suma importância a sensibilização das autoridades públicas competentes para a garantia do cumprimento desse dispositivo, já que esse dever é seu em comum com a entidade responsável pela organização da competição, e responde solidariamente aos danos causados a terceiros pela falha na segurança. Para isso, a pesquisa bibliográfica e a abordagem qualitativa das informações foram utilizadas no trabalho, pois permitem diagnosticar a maneira com que esses planos estão sendo implementados na prática, para que os responsáveis possam cumprir essa exigência, de forma a não serem responsabilizados, caso ocorra uma contingência que resulte em um desastre.

Palavras - chaves: *Plano - contingência - torcedor - autoridade - responsabilidade.*

ABSTRACT

Analyze contingency action plans for existing stadiums in the state of Mato Grosso is what we intend to address in this research , focusing on those buildings with a capacity above 10,000 people , raising the issue of how these plans affect the safety of the public present in stadiums on game days . Consider the most critical scenario, which is the absence of such plans in the sample covered , is characterized as a hypothetical situation established in this study , since , after eleven years of existence of the Statute of Defense Fan (EDT), which advocates that such plans are implemented, it is very important to raise awareness of public authorities responsible for ensuring compliance with this provision, since this is common due to the entity responsible for organizing the competition, and jointly and severally liable for damages caused to third parties by security. For this, the literature review and the qualitative approach of information were used in the work, since they allow to diagnose the way these plans are being implemented in practice, so that those responsible can meet this requirement, so as not to be held responsible, if it occurs a contingency that results in a disaster.

Keywords: *Plan - contingency - fan - authority - responsibility.*

¹ Capitã Bombeiro Militar, Bacharel em Riscos Coletivos pela Escola de Formação de Oficiais Bombeiro Militar do Estado do Pará, Oficial-aluna do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

² Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo as mudanças no futebol contribuíram para que se alcançasse o modelo existente nos dias de hoje. Inicialmente, as autoridades envidaram esforços no sentido de transformar o caráter de "guerra" herdado da antiguidade, quando a prática ainda não era "esportificada". Contribuindo com esta evolução, foi a criação da *Football Association*, à qual inseriu regras para que a minimização das práticas violenta entre os participantes.

Uma vez estabelecidas e difundidas as regras para o desenvolvimento da prática como um caráter esportivo, através da preservação da integridade física dos participantes, surge a preocupação e priorização para o tratamento de fatores que garantiriam a "segurança" global do público que assistia às partidas, devido ao grande número de desastres nesses locais. Esses fatores variaram desde a implantação de normas que regessem a prática, a segurança dos elementos construtivos do estádio, comportamento da torcida, dentre outras.

Já no Brasil, o futebol foi implantado após sua consolidação como esporte. Desde então, assim como ocorreu mundialmente, as medidas do poder público com relação à realização pacífica e segura das partidas foram implantadas de maneira reativa e não proativa, após a ocorrência de incidentes que vitimaram muitas pessoas. Os contextos políticos e sociais influenciaram a implantação dessas medidas, por parte do poder público aqui no país.

Bonin (2011) resume de maneira objetiva o apanhado de ferramentas normativas que somaram na construção do cenário, com a preocupação para a figura do torcedor pagante, e por isso, com direitos ao usufruto daquele "bem" de maneira efetiva e segura. A ferramenta implantada para garantir essa concepção, foi o estatuto do torcedor, que trouxe uma visão voltada para a segurança e bem estar do "torcedor" e equiparando-o a um consumidor que compra um produto.

Neste sentido, esse dispositivo impôs uma série de mecanismos para fazer com que os eventos transcorram de forma pacífica e segura para o público presente. Um deles, veio com o artigo 17, o qual prevê a implantação dos planos de ação de segurança, transporte e contingência. Este último vem a ser o cerne da abordagem da pesquisa, uma vez que, cenários contingenciais, se concretizados e não previstos

pelas autoridades competentes, trariam consequências catastróficas e históricas para o país.

Por isso, a análise de como os planos de contingência interferem na segurança dos estádios, é de suma importância, para que esse diagnóstico seja concluído e, permita com isso, buscar a implementação dos planos em questão como solução para garantir a segurança do público presente nesses eventos, já que a Segurança Pública do Estado de Mato Grosso é o representante do Estado nesse dever.

FUTEBOL COMO PRÁTICA DESPORTIVA: EVOLUÇÃO PARA O MODELO ATUAL

Assim como em outras áreas, a configuração do jogo de futebol realizado em estádios - edificações seguras e protegidas de ameaças internas e externas ao público que o prestigia - remonta a um período histórico de mudança e avanços no modelo inicial que contribuíram para a construção aos moldes que se têm atualmente.

As referências que se têm, apontam um modelo que se denomina *folk football*, que apesar de ser lembrado e constar do acervo bibliográfico e documental do esporte, possuía características bem diferentes do que se tem hoje.

O surgimento da ideia de chutar algo esférico e conduzi-lo com os pés, remetem aos tempos da antiguidade, quando "durante a dinastia do imperador Huang-ti, era costume chutar os crânios ou cabeças dos inimigos derrotados"³.

Com o passar do tempo eles foram substituídos por bolas de couro, já como forma de treinamento militar do exército Chinês. E mais tarde ainda, surgem adversários a disputando com o objetivo de joga-la para uma área ou um limite pré-estabelecido, não por uma linha, mas pelos próprios expectadores, na qual simboliza a cabeça dos inimigos abatidos em guerra, vencendo a disputa aqueles que conseguiam conduzi-la até aquele local.

³ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_futebol. Acesso em: 13/11/14.

Constata-se que em todos os casos da época, a conotação que se tinha era de verdadeiras batalhas e a violência que resultava em lesões e até morte era comum nas disputas. Essa penalização poderia ser senão aos derrotados, como também àqueles que ainda estavam na disputa, uma vez que não havia regras estipuladas, limite de participantes, área delimitada dentre outros fatores.

Fazendo um recorte temporal e, considerando que no decorrer do tempo as contribuições de mudança e evolução se deram em diferentes proporções e medidas em cada período, parte-se já para a idade Contemporânea, mais precisamente nas proximidades do ano de 1863, na Inglaterra - considerada o berço do futebol - quando da criação da *Association Football- AF*, que contribuiu de forma mais efetiva pela proximidade do modelo existente atualmente.

Nesta época, já havia uma preocupação e tentativa do poder estatal em proibir a prática dessas disputas. Conforme a obra de Elias e Dunning (1992), nada é mais revelador da natureza destes jogos ancestrais do futebol, do que as sucessivas e frustradas tentativas do Estado inglês e das autoridades locais, no sentido de proibir sua prática tanto no campo quanto na cidade.

Essa tentativa se devia ao fato de estar estabelecida "uma natureza violenta, muitas vezes ameaçadora à ordem pública, que poderíamos classificar como "não-civilizada", no sentido de uma flutuação muito intensa de sentimentos e pulsões. (CRUZ, 2005). Mas, como o esporte tornou-se cada vez mais popular, restava aos responsáveis o papel de tornar as disputas mais "civilizadas" em termos de práticas de violência, que era comum, possivelmente devido a uma herança dos primórdios do esporte.

Contribui com essa ideia a obra de Dunning e Sheard (1979) ao lembrar que contusões, e até mesmo a morte, não eram infrequentes, e faziam parte da estrutura de um tipo de jogo que refletia "o tom violento da vida em sociedade como um todo.

Portanto, a criação da *AF*, em 1863, marca um período de avanço neste sentido, pois cria as regras do futebol com a maior semelhança na concepção do que

se pratica atualmente, ao proibir, por exemplo, "correr com a bola nas mãos, e obstruir tal corrida com chutes nas canelas, rasteiras e agarrões"⁴

A forma que se tem hoje foi herança do *hurling*, jogado neste período, mas que ainda permitia o uso das mãos. Com o tempo essa prática foi proibida, sendo aceita apenas para o goleiro.

O futebol, da forma que se joga atualmente, tem origem nas *public schools* britânicas, onde os alunos jogavam o *hurling*, jogo de bola com regras bastante confusas. A partir de 1823, ao *hurling* jogado com as mãos juntou-se uma variante jogada com os pés. Em 1863, as duas tendências se separaram oficialmente. O *Football Rugby*, que rapidamente se transformou em rugby, seguiu um caminho independente e o *Football Association* adotou a sua forma atual, com regras precisas e uniformes. (BARSA, 2010)

Vários outros ajustes foram sendo inseridos, de forma a incrementar as regras estabelecidas inicialmente, conduzindo o futebol a um caráter cada vez mais "desportivo" e de entretenimento; e não mais com a visão de uma "batalha", como bem cita Cruz (2005) ao lembrar que :

[...] é só em 1875, por exemplo, que o travessão – a barra superior que, junto com as traves laterais, forma o retângulo que delimita a área onde a bola deve ser colocada para se marcar um ponto – é introduzido, doze anos após a formação da *Football Association*.

Também fica evidenciada outra inovação, quanto ao espaço que os participantes ocupariam, quando, segundo Bale (1993):

[...] o gramado do jogo deveria ser delimitado por uma linha branca, eliminando assim um dos últimos resíduos do futebol popular, demarcando e confinando o jogo a um espaço pré-definido, e separando formalmente e de fato os jogadores da audiência.

E foram sendo acrescentadas outras regras, visando à progressão do esporte em termos de civilidade e redução da violência. Porém, não raros esses casos continuaram ocorrendo, nos diversos países, por mais de um século após a criação da *Association Football*. Portugal, em meados da década de 80, ainda vivenciava relatos de violência, tendo como alvo, principalmente os árbitros, como aponta Marivoet (1992) em seu estudo sobre violência nos espetáculos de futebol naquele país:

⁴Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/The_Football_Association. Acesso em: 13/11/14.

[...] A década de oitenta foi marcada pelo aumento do número de incidentes de violência ocorridos no desporto Português.

[...] Com a divulgação nos órgãos de comunicação social dos incidentes registrados em cada jornada dos campeonatos de futebol, o tema da violência começou a ser frequente. As notícias referem sobretudo a agressões aos árbitros. Dada a gravidade e frequência dos acontecimentos, os árbitros realizaram uma greve em 1984, no sentido de alertarem as autoridades federativas e oficiais para a situação.

[...] A década de oitenta foi farta de legislação sobre violência, facto que revela a preocupação existente por parte das entidades oficiais em controlar a situação.

UTILIZAÇÃO DE ESTÁDIOS PARA A PRÁTICA DO FUTEBOL

Com a concepção cada vez mais voltada para a prática desportiva e de entretenimento e como ainda não havia a concepção desta prática como "esporte", mas sim como "luta", era necessário, primeiramente, transformar essa visão, cuja natureza violenta das classes acabavam sendo afloradas, consequência, muitas vezes, do contexto social existente. Após a inclusão de regras, através do *Association Football*, houve um avanço no que se refere à redução das práticas de violência entre os participantes das equipas.

Uma vez evoluída a questão da violência entre eles, essas práticas passaram a ser realizadas, de forma crescente, desta vez, por parte da assistência, ou seja, dos torcedores.

A ideia de construir um local próprio para a realização das partidas, com, por exemplo, proteção contra intempéries, capaz de acomodar o público de maneira confortável e "segura" para que ele permanecesse ali durante toda a partida, tornou-se inevitável. Assim, Cruz (2005) descreve essa tendência da época:

A partir do momento em que competições e campeonatos cada vez mais regulares e bem organizados tornaram-se mais frequentes, cresceu o número de espectadores presentes nas diversas partidas de futebol, sendo assim necessária a criação de algum tipo de acomodação para estas pessoas. Com acomodações melhores (bons pontos de vista, cobertura para os torcedores que os protegesse das intempéries, talvez cadeiras e assentos), a presença de espectadores aumentava em uma proporção cada vez maior. Logo os clubes perceberam aí uma possibilidade de arrecadar fundos com os quais seria possível mantê-los em atividade, a partir da cobrança de um ingresso junto aos torcedores, que lhes permitisse acessar estas acomodações e desfrutar os 90 minutos de lazer que ali lhe eram oferecidos.

A definição de estádio⁵ pode ser descrita como " uma construção que permite a prática de esportes que requerem grandes espaços, como futebol, beisebol ou atletismo. Em um estádio também são realizados grandes eventos, como espetáculos de música e cerimônias de abertura ou encerramento de eventos esportivos como os Jogos Olímpicos, uma vez que seu tamanho permite a concentração de um grande público."

Com base nisso, as referências desse tipo de construção vêm desde a antiguidade, por exemplo na Grécia antiga, quando foram construídos anfiteatros para as mais variadas finalidades, como jogos olímpicos, lutas, competições diversas etc.

Porém, são considerados, aqui, aqueles que surgiram pós *FA*, devido à maior semelhança destas construções com os existentes atualmente e que visavam à prática do futebol, prioritariamente. Por isso, cabe a definição de Estádio de Futebol⁶ como sendo "a edificação esportiva que abriga partidas de futebol, e, ocasionalmente, eventos culturais." Complementando a esta definição, a realização eventual de outras modalidades esportivas como, por exemplo, o atletismo.

Alguns apontamentos históricos indicam o estádio *Melbourne Cricket Ground*, localizado na cidade de Melbourne, na Austrália, como o primeiro estádio de futebol. Mas ao analisar detalhadamente esse histórico, apesar da edificação, com o passar do tempo, recepcionar partidas de futebol, ele foi concebido para a prática do *Cricket*⁷.

Por isso, aquelas construções inauguradas posteriormente a 1863 e idealizados com a finalidade de realização do futebol no seu interior, aproximam-se aos abordados na pesquisa.

Como a ideia da construção desses espaços para receber partidas de futebol se consolidaram, surgiram estádios nos mais variados países, ao longo do tempo e, com isso, também as demandas por melhorias. Os aspectos "modernização arquitetônica" e "segurança do público" foram sendo cada vez mais priorizados, por

⁵ Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1dio> >. Acesso em: 13/11/14.

⁶ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1dio_de_futebol >. Acesso em: 13/11/14.

⁷ Esporte que utiliza bola e tacos, cuja origem remonta ao sul da Inglaterra durante o século XVI. Considerado por muitos um esporte parecido com o basebol. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cr%C3%ADquete> >. Acesso em: 13/11/14.

uma série de fatores, dentre eles os crescentes casos de tragédias ocorridas, como adiante mostrado.

TORCIDAS ORGANIZADAS

As torcidas de futebol representam, durante a realização da partida, um grupo social que anseiam e defendem aos interesses dos seus "aliados", mas quando algo não sai conforme o esperado- a vitória- ela se frustra e pode criar situações de violência, como forma de extravasamento, segundo já mostrado anteriormente.

Nesse contexto, faz-se necessária a abordagem das Torcidas Organizadas, aqui no Brasil, para melhor compreensão das motivações que levam à prática de condutas violentas nas partidas, as quais são exercidas, em grande parte, por esse grupo.

Para se entender o fenômeno das torcidas organizadas e seu comportamento são necessários "estudos feitos a partir das atitudes dos *hooligans*." (JUNIOR; NETTO, 2007):

No perfil dos *hooligans* britânicos, há um predomínio de adolescentes e jovens adultos da classe trabalhadora. Jovens estes que apresentam forte vínculo com seus bairros de origem, onde a identidade social é definida a partir de uma rígida separação entre quem é do grupo e quem não é. (DUNNING; WILLIAMS, 1992)

As torcidas organizadas no Brasil, em muito, lembram os *hooligans*, quando, também, executam determinados ritos quando da realização dos eventos. Junior e Neto (2007) também fazem uma comparação desses ritos claramente ao lembrar que:

[...] podemos, facilmente, visualizá-los nas atitudes dos torcedores dos principais clubes de futebol do Brasil, como rituais em dias de jogos (reunião na sede das torcidas, deslocamento em grupo pelas vias públicas ao local do jogo, cânticos de hinos); atos de violência entre grupos rivais, com ocorrências de vias de fato, rixas, depredações e arremesso de projéteis.

Sobre o surgimento das torcidas organizadas aqui no país, Pimenta (2000) lembra que:

Consideram-se os "Gaviões da Fiel" a "torcida organizada" mais antiga do Brasil. Os "Gaviões" representam a primeira torcida a ter uma estrutura organizativa regida por

regras estatutárias e com característica burocrática/militar, compondo-se de presidente e vice, conselheiros e diretores, eleitos periodicamente, formando instituição privada sem fins lucrativos e seus sócios são tratados de forma "impessoal". A "torcida" foi fundada em 01/07/1969, com o objetivo de fiscalizar e apontar todos os erros praticados pelos dirigentes do S. C. Corinthians Paulista, auto-intitulando-se "*os representantes da nação corintiana*" junto à Instituição-Clube. A identificação desses grupos é percebida pela vestimenta, pela virilidade e masculinidade, pelos cânticos de guerra, pelas transgressões das regras legais, pelas coreografias, pelo sentimento de pertencimento ao grupo e pela necessidade de auto-afirmação. [...]

Conforme já visto neste trabalho, da antiguidade até os tempos modernos, o fator "violência" foi apontado em todos esses períodos, quando o tema era disputa pela bola, seja na concepção "luta" ou "esporte", sendo necessárias ações do poder estatal em realizar medidas que pudessem minimizar e reduzir essas incidências, através da imposição de regras, que foram sendo efetivadas gradualmente.

A prática do esporte, com o passar do tempo, evoluiu e "civilizou-se", porém nos dias atuais a violência ainda é comum, minimamente entre os jogadores; e com maior incidência entre essas torcidas organizadas, dentro ou fora do estádio. Ela "não pode ser desvinculada do contexto social", porém "constata-se uma carência de literatura brasileira, que aborde questões sobre o perfil dos torcedores que se envolvem em conflitos", segundo afirmam Junior e Netto (2007).

Ainda neste sentido esses autores concluem que a violência praticada pelas torcidas, em muitas vezes, é:

[...] resultado do que é conhecido como teoria da frustração, em que ao experimentarem uma experiência frustrante, muitas pessoas tendem a gerar uma resposta agressiva, preferencialmente tendo por alvo quem gerou a frustração, ou um terceiro, que para o agressor indiretamente o frustrou. Esta teoria ajuda a compreender o que ocorre com alguns torcedores de times de futebol que se deslocam ao estádio para torcer pelo seu time. Devido ao resultado do jogo, em que muitas vezes o time do torcedor perde, os torcedores acabam se tornando agressivos. O alvo gerador da frustração foram os jogadores do time adversário, porém, como o torcedor não tem contato com estes atletas, extravasa sua frustração nos torcedores do time vencedor. (JUNIOR; NETTO, 2007)

Portanto, essa compreensão é de suma importância evitar a violência "com ênfase no fortalecimento dos mecanismos de "segurança", direcionando ações do poder público ao "disciplinamento" e à "manutenção da ordem social vigente" sem desconsiderar o aspecto social pois "a violência entre "torcidas organizadas" não está desarticulada dos aspectos político, econômico e sociocultural vivenciados nas

relações individuais e grupais na sociedade brasileira contemporânea." (PIMENTA,2000)

ALGUNS CASOS DE DESASTRES EM ESTÁDIOS E SUAS CAUSAS

O histórico das competições de futebol no mundo aponta inúmeros desastres causados por fatores como superlotação, colapso de estruturas, atos de violência entre torcidas, pânico, etc.

Segundo afirma Cruz (2005) algumas causas podem ter ocasionado as tragédias que marcaram a história desses eventos:

A combinação de estádios antigos e estruturas e planejamentos inadequados para a contenção de grandes números de pessoas reunidas ao mesmo tempo no mesmo lugar, assim como, ocasionalmente, um comportamento excessivo por parte da torcida, contribuíram para uma série de desastres que custaram a vida de mais de 300 torcedores desde a virada do século XIX para o XX.

Na Escócia, em 1902, parte de uma recém inaugurada arquibancada do Ibrox Stadium, em Glasgow, desabou. Uma seção de arquibancadas de madeira desabou durante uma partida entre Inglaterra e Escócia causando a queda de espectadores de uma altura de 50 pés. Vinte e cinco pessoas morreram e mais de 500 acabaram feridas. (PACHECO,2013)

Outro caso histórico ocorreu quando em Lima, capital do Peru, no jogo desse país contra a Argentina, 320 mortos e mais de mil feridos. É considerada a maior tragédia da história do futebol. (MURAD, 2007). Houve pânico, e ao tentar sair, a torcida se deparou com portões fechados, o que culminou no esmagamento de centenas de pessoas.

Mas, o palco da mais simbólica tragédia, no que se refere à comoção social, ocorreu no estádio de Hillsborough, na Inglaterra, em 1989. Cruz (2005) lembra que "apesar de não ter sido o primeiro desastre em campos de futebol britânicos, a tragédia de Hillsborough chocou não só pelo fato de ter sido transmitida ao vivo pela TV, mas também pela inépcia da polícia em controlar grandes grupos de torcedores."

Torcedores do Liverpool sem ingressos amontoaram-se do lado de fora do estádio, em um dos acessos às arquibancadas. Para aliviar o tumulto, a polícia abriu os portões do

estádio, permitindo assim à torcida entrar aos montes na arquibancada, separada do gramado através de um alambrado. Na maioria dos campos britânicos, estes alambrados tinham como principal função o controle da torcida, partindo do princípio de contenção e segregação de grandes grupos uns dos outros e do campo, e foram implementados como uma medida que visava civilizar a torcida presente nas arquibancadas (Bale, 1993, p.26-27). Sentido-se comprimida, a torcida implorou à polícia para que abrisse os portões deste alambrado, que davam acesso ao campo, para que a pressão da multidão fosse aliviada. Com medo de que

hooligans pudessem estar entre a torcida e se aproveitassem do livre acesso ao gramado para atacar jogadores do time contrário, a polícia se recusou a abrir os portões. Quando o fez, já era tarde de mais. Quase cem torcedores jaziam mortos, e centenas se feriram (Giulianotti, 2002, p.103).

Na data, foram mortas 96 pessoas e mais de 500 ficaram feridas devido ao esmagamento do público contra as grades de proteção do gramado. O número de vítimas só não foi maior porque a estrutura rompeu e as pessoas avançaram para o campo, diminuindo a pressão da multidão.

Esse desastre trouxe uma abordagem radicalmente diferente para a segurança no futebol através da introdução de estádios onde todos os lugares são numerados e não é permitida a presença de público em pé, o que reduz consideravelmente o risco de superlotação, considerada uma das principais causas de desastres (JOHNES, 2004)

Com a ocorrência desse fato, as autoridades britânicas envidaram esforços no sentido de produzir um documento que apresentasse um diagnóstico completo e minucioso das causas do incidente e as deficiências apresentadas nos seus estádios. Foi um marco para o início da modernização dessas edificações ao longo das décadas.

Dentre as causas das tragédias que marcaram a história, o desabamento e o pânico foram reincidentes em muitos casos ocorridos, sendo apontados, na maior parte de vezes, conforme levantamento dos casos feito por Beck (2012):

Entre os casos de *desabamento*, foram buscados os seguintes acontecimentos de acordo com o ano, local (cidade e/ou país) e número de vítimas: 1902, em Glasgow, na Escócia, 25 mortos; 1946, em Bolton, na Inglaterra, 33 mortos; 1974, no Cairo, no Egito, 49 mortos; 1978, em Gana, 15 mortos; 1981, na Colômbia, 18 mortos; 1982, em Argel, na Argélia, 10 mortos; 1988, em Tripoli, na Líbia, 30 mortos; 1992, em Bastia, na França, 15 mortos; 1996, na cidade de Guatemala, na Guatemala, 84 mortos; e em 2007, em Salvador, no Brasil, sete mortos.

Para os casos de *pânico*, foram encontrados os seguintes dados: 1979, na Nigéria, 24 mortos; 1981, na Grécia, 24 mortos; 1982, em Cali, na Colômbia, 46 mortos; 1982, Moscou, na Rússia, 66 mortos (extra-oficialmente, são especuladas 340 vítimas, mas os números não foram comprovados); 1985, na Cidade do México, 10 mortos; 1988, Katmandu, no Nepal, 93 mortos; 1989, também na Nigéria, 12 mortos; 1991, em Transvaal, na África do

Sul, 40 mortos; 1996, na Zâmbia, nove mortos; e em 2011, em Port Said, no Egito, 79 mortos.

De forma semelhante aqui no Brasil, alguns incidentes tiveram notoriedade e impacto social, devido ao expressivo número de vítimas afetadas com esses fatos. Abaixo a tabela mostra os casos de desastres ocorridos em estádios no país, nos últimos 50 anos.

O quadro a seguir mostra esses casos, conforme ano, estádio, cidade e número de vítimas:

Quadro 1 - principais desastres ocorridos em estádios de futebol brasileiros nos últimos 50 anos.

Ano	Estádio	Cidade (UF)	Nº de Vítimas
1964	Vila Belmiro	Santos (SP)	181 feridos
1969	Morumbi	São Paulo (SP)	1 morto
1973	Albertão	Teresina (PI)	5 mortos e 70 feridos
1992	Maracanã	Rio de Janeiro (RJ)	3 mortos e 90 feridos
1995	Municipal	Taubaté (SP)	20 feridos
1995	Pacaembu	São Paulo (SP)	1 morto e 101 feridos
2000	São Januário	Rio de Janeiro (RJ)	175 feridos
2002	Brinco de Ouro	Campinas (SP)	25 feridos
2007	Fonte Nova	Salvador (BA)	7 mortos e 30 feridos

Fonte: Pacheco (2007)

O PAPEL DO ESTADO (SEGURANÇA PÚBLICA) NOS EVENTOS DESPORTIVOS

A segurança pública, papel do Estado, em sentido amplo, é exercida para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Abrange assim, as vertentes individual e comunitária da segurança, sendo voltada

para o universo não antagônico. Sendo garantia passa assegurar a ordem pública, é campo de atuação do poder de polícia, expressão do monopólio da força que detém o Estado (ROSA, 2003).

A interferência do Estado para alcançar esse objetivo, no âmbito do esporte em questão, foi o fator preponderante para que ele se "civilizasse" e tomasse esse caminho. Assim foi feito quando criou regras para evitar os atos violentos entre os jogadores, com o advento da *Football Association*; também, frente aos recorrentes casos de desastres nos estádios, ao elaborar um documento divisor de águas e norteador das normas subsequentes para a realização das partidas de futebol nos estádios. Esses exemplos, foram alguns dentre inúmeros outros que contribuíram para moldar o esporte à sua realização pacífica e segura. Mas, é primordial considerar que as medidas são incessantes e não se esgotam, na busca desse objetivo, devido à dinamicidade da sociedade.

Quanto ao tema violência, o Estado, através da prerrogativa de garantidor da ordem pública, pode aplicar o uso da força consentida, visando a esse fim. O Estado, como detentor do monopólio da violência física figura neste cenário como mantenedor do controle situacional visando o estabelecimento da ordem social (BONIN, 2011).

Além de atuar no dia a dia, nos mais variados locais, as realizações de partidas de futebol que ocorrem nos estádios merecem adoção de medidas que vão ao encontro dessa garantia. Isso se deve ao fato de que as praças desportivas, como qualquer espaço público, são locais sujeitos à eclosão de violência ou cenários de crimes e contravenções, com a circunstância agravante de que ali torcidas ou torcedores, insatisfeitos ou exaltados, tendem a extravasar seus instintos e frustrações, gerando tumultos de difícil e complexo controle (PACHECO, 2013).

Mas, além de ações violentas, deve-se observar que outros riscos dos mais variados tipos, podem se tornar ameaças à realização das partidas dentro do estádio. Como já visto na pesquisa fatores como o desabamento e o pânico ocorreram com maior incidência nos desastres que marcaram a história. Tais fatores, uma vez concretizados, também acabam com a ordem pública.

Com isso, esforços em buscar a mitigação dessas ameaças constituem o papel da segurança pública na busca dessa paz nos eventos. Inúmeros aspectos devem ser estudados e levados em consideração. Cito o levantamento para saber como essas práticas eram feitas nos primórdios; o contexto social vivenciado em cada período; o levantamento e estudo dos casos que provocaram a quebra da ordem pública; o diagnóstico das causas dos incidentes já ocorridos, para que sejam evitadas nos próximos eventos, dentre outras ações.

A implementação dessas ações devem buscar, de maneira concreta e efetiva, a proteção do cidadão, para que se possa refutar a concepção difundida no ambiente acadêmico de que as medidas tomadas pelas autoridades são "reativas" e não "proativas" só tornando realidade quando ocorrem desastres com grande comoção social.

ESTATUTO DO TORCEDOR

Essa ferramenta surgiu no país após uma série de acontecimentos trágicos, assim como ocorreu internacionalmente, tendo como fato marcante o incidente ocorrido no estádio São Januário, em 2000, o qual deixou quase duzentos feridos. Aliado a isso, o cenário era desfavorável ao esporte, pois enfrentava um declínio na aceitação do público. Bonin (2011) descreve o cenário que predominava naquele período:

O Estatuto de Defesa do Torcedor foi criado com o objetivo de diminuir alguns problemas que vinham afetando o futebol brasileiro e afastando os espectadores das arquibancadas dos estádios, dentre os problemas encontrados destacaram-se: calendário com muitos jogos e competições, falhas na transparência da organização e promoção do espetáculo esportivo, incidentes violentos nos estádios e em seus arredores e infraestrutura inadequada para atender o torcedor.

Este dispositivo legal trouxe, além da visão do torcedor como um consumidor, destacou o fator "segurança" como ponto fundamental para a promoção dos eventos esportivos, fato lembrado por Lagemann (2010) que afirma que "buscando artigos e os parágrafos que, direta ou indiretamente, se referem à segurança e ao controle e punição de atos violentos, sublinhamos 16 dos 45 artigos.

Isto ilustra a centralidade da questão da segurança do EDT. Dos 12 capítulos somente quatro não fazem qualquer referência à segurança."

Vale lembrar que, apesar deste instrumento legal tornar-se expressivo, houve a inserção de outros mecanismos para melhoria das condições de desenvolvimento do esporte, senão vejamos o trecho abaixo:

[...] essa prática teve início com o Decreto Lei n. 3199 que estabelecia as bases de organização dos desportos em todo o país. O regime militar instaurado no Brasil utilizou-se do futebol para seu próprio destaque e fortalecimento visto que o futebol era, e ainda é, a modalidade esportiva mais praticada e prestigiada no país.

A partir da década de 70 o futebol passou por um intenso processo de profissionalização que culminou na segunda intervenção estatal através da Lei do Passe em 1976³¹ que estabelecia a relação de trabalho entre atleta e seu clube.

A abertura política proporcionada ao país a partir da década de 80 auxiliou na formulação da Lei Zico, em 1993, que fortaleceu a iniciativa privada e reduziu a interferência do Estado no futebol. Na sequência surgiu a Lei Pelé que priorizou os jogadores de futebol e deu a eles mais autonomia.

Como consequência da profissionalização presente nesse esporte houve a transformação do futebol em espetáculo esportivo e proporcionou a elaboração da lei que viria priorizar o torcedor de futebol, agora como consumidor do espetáculo (MEZZADRI, 2007).

Apesar dessa priorização no diploma legal, uma pesquisa realizada em cinco anos (2003-2008), após 14 visitas técnicas em estádios escolhidos pelo critério da representatividade e importância, concluiu que, aproximadamente metade dos artigos e incisos do Estatuto de Defesa do Torcedor ainda não são cumpridos, incluindo o dispositivo do artigo 17 (REIS, 2010).

O mesmo autor observou ainda que a segurança é um fator precário nos estádios e aponta os motivos na dificuldade da sua concretização:

Desde aquelas de ordem estrutural até as de competências específicas, como, por exemplo, a necessidade de um preparo mais aprimorado do corpo de segurança que trabalha nos dias de jogos. A falta de estrutura dos recintos esportivos e de sincronia entre todas as instituições públicas responsáveis pela vigilância nos estádios e suas imediações (vigilância sanitária, fiscalização de ruas - ambulantes -, guarda municipal etc.) é outro fator complicador para o cumprimento e a eficácia dessa lei. (REIS, 2010)

ESTATUTO DO TORCEDOR: RESPONSABILIDADES

Sobre a responsabilidade, neste caso, à luz dos preceitos do Estatuto do Torcedor, diploma legal ao qual está regida a realização dos eventos desportivos em estádios, atualmente, primeiramente é necessária uma abordagem sobre os deveres de cada ente envolvido. Objetivamente Duarte (2004) levanta alguns questionamentos e faz uma análise do que é preconizado neste diploma legal:

"quem tem o dever de garantir a segurança dos torcedores nos estádios? Sobrevindo ao torcedor dano em decorrência de falha na segurança, quem tem o dever de indenizar? O cumprimento do dever do clube de solicitar presença policial o exime de responsabilidade? O descumprimento desse mesmo dever exime o Estado de qualquer responsabilidade?"

Para o autor o dever da segurança do torcedor está muito bem clara, sendo assim definida por ele:

O dever genérico de proporcionar segurança a todos cidadãos, torcedores ou não, é do Estado nos termos do art. 6º da Constituição Federal. Sendo notório que eventos públicos, da magnitude de partidas de futebol, são ambientes potencialmente violentos (pelas paixões que despertam e pelo acirrado espírito de competitividade que cerca o ambiente); cabe ao poder público providenciar, independentemente de qualquer requisição, as medidas que garantam a segurança no local. Nessa matéria, havendo dano ao torcedor, o Estado é sempre, na pior das hipóteses, forte candidato a litisconsorte passivo. A responsabilidade prevista no art. 14 dos clubes com mando de jogo não exclui, e o dizemos mesmo sabendo falamos o óbvio, a do Estado que emana do próprio texto constitucional (DUARTE, 2004).

De forma prática ele ainda exemplifica a desoneração do estado sob a hipótese de algum dano decorrente ao torcedor, devido à ausência da presença policial no evento, da seguinte forma:

Ora, se cabe ao clube solicitar presença policial para garantir a segurança dentro e fora do estádio; e se o clube hipoteticamente não o faz; e daí sobrevém grave tumulto fora do estádio, que só veio a adquirir grandes proporções em face da ausência de policiamento. E se desse tumulto decorre lesão ao torcedor. Fácil é de se constatar o nexo de causalidade entre o ilícito praticado pelo clube (não notificação das autoridades) e o dano sofrido por X (DUARTE, 2004).

Ainda sobre a responsabilidade com a segurança, Reis (2010) diz que:

É atribuída ao Poder Público a responsabilidade pela segurança dos torcedores dentro e fora das praças esportivas (art. 14, item I). No entanto, as observações feitas durante a realização dos jogos confirmaram o verificado em Reis (2006): a Polícia Militar tem

mantido um enorme contingente dentro dos estádios durante o jogo e praticamente ignorado o que acontece no seu entorno.

Se a responsabilidade recai ao Estado, caso algum dano ou falha na segurança acarrete prejuízo ao público que está presente, independente da presença das forças públicas, analogamente, recairá sobre ele também, o dano à vítima de situações contingenciais surgidas e sem o devido tratamento.

ESTATUTO DO TORCEDOR: EXIGÊNCIA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

Aliada à existência de grande número de pessoas no interior do estádio, qualquer incidente que ali ocorra, pode ser potencializado, devido à complexidade de controle de grandes multidões, que, quando se locomove tende a executar movimentos turbulentos e disformes.

O dispositivo legal que dispõe sobre a implementação dos planos de ação encontra-se presente no artigo 17 da Lei n. 10.671/03 - Estatuto do Torcedor, alterado pela Lei n. 12.299/10, que prevê:

Art. 17. É direito do torcedor a implementação de **planos de ação** referentes a segurança, transporte e **contingências** que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos.

§ 1º Os planos de ação de que trata o caput **serão elaborados pela entidade responsável pela organização da competição, com a participação das entidades de prática desportiva que a disputarão e dos órgãos responsáveis pela segurança pública**, transporte e demais contingências que possam ocorrer, das localidades em que se realizarão as partidas da competição. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010). (grifo nosso)

Para a elaboração desses planos, necessário se faz o estudo prévio, com a gestão de riscos, para que se definam os níveis de segurança necessários para a realização pacífica dos eventos. Neste sentido, Reis (2010) sugere a categorização dos jogos para definição do grau de risco a que o jogo está exposto.

Sugeriu-se a classificação desses jogos, no Brasil, com base nas políticas de prevenção da violência dos países europeus – os quais conseguiram controlar e diminuir os índices de violência física e vandalismo em dias de jogos de futebol –, que categorizam os jogos como de baixo risco, médio risco e alto risco. Para fazer essa classificação, esses países levam em conta o histórico dos jogos anteriores entre as equipes (confrontos e rivalidades), a preparação do jogo (principalmente a expectativa de público) e a classificação das equipes no campeonato (importância do jogo). Todos esses fatores analisados conjuntamente fornecerão o grau de risco do jogo, e o planejamento de segurança das polícias deve ser elaborado ou alterado de acordo com esse nível.

Uma das práticas na definição do efetivo a ser empregado na operação de segurança desses eventos, é feito com base em três parâmetros: a expectativa de público para o evento – averiguada pela venda antecipada dos ingressos para o jogo e pelo seu histórico; o risco potencial calculado para o jogo; e o histórico de enfrentamento entre as equipes participantes. (REIS, 2010). Porém, ainda conforme o autor, esses parâmetros são vulneráveis, uma vez que não se mostrou eficiente, conforme mostra em suas observações:

Sendo assim, posso exemplificar duas situações. Uma, no clássico espanhol – em que todos os fatores supracitados foram levados em consideração –, entre Real Madrid e Barcelona, em 1999, quando a polícia espanhola destacou 269 policiais para o jogo que teve a presença de 80 mil espectadores, no Estádio do Barcelona. E outra, no interior de São Paulo, no mesmo ano, em um clássico (“derby”) entre Guarani e Ponte Preta no Estádio Brinco de Ouro da Princesa (do Guarani), em que foram destacados aproximadamente 700 policiais militares para trabalhar em um jogo com público inferior a 40 mil espectadores. O grande número de policiais poderia indicar maior segurança, porém não foi o que ocorreu, porque no primeiro exemplo não houve registros de incidentes de violência e vandalismo relacionados ao jogo, e no segundo, sim.

Conforme Pimenta (1997), são desenvolvidas com o escopo de evitar tumultos e confrontos entre as torcidas. Nesse sentido, os policiais militares escalados para trabalhar em dia de jogo são distribuídos em cada setor do estádio segundo uma estratégia pré-definida pelo comandante, levando em consideração as características de cada policial. Assim, conforme diz o autor, os policiais alocados nas áreas das torcidas organizadas são aqueles de maior força física, enquanto os policiais com uma melhor habilidade de diálogo estão locados dentro do campo.

Duarte (2004) lembra que é dever comum a implementação dos planos exigidos no referido dispositivo:

É dever concorrente dos clubes e das EROC, nos termos do art. 17, implementar planos de ação referentes a segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos. Planos esses que deverão ser apresentados aos órgãos responsáveis pela segurança pública local. Vale, aqui, o mesmo comentário feito ao item 4.5.1: Nem a apresentação de tal plano exime de responsabilidade o clube e o EROC; e nem a falta de apresentação exime de responsabilidade o Estado.

PLANO DE CONTINGÊNCIA E GESTÃO DE RISCOS

Ao se fazer a abordagem deste tema específico dentro do cenário da segurança em estádios, vale ressaltar que são escassos os estudos acerca dos planos de contingência dos estádios brasileiros. Conforme abordagem já citada anteriormente, na qual verificou-se que cerca de metade dos dispositivos do EDT não são cumpridos⁸, um dos dispositivos ausentes é o que prevê a implementação dos planos de ação de contingência.

No mesmo sentido, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) realizou uma pesquisa em maio deste ano, nos estádios de quatro⁹ cidades-sede que sediaram a Copa do Mundo 2014 e constatou que em apenas dois há, o que vem a ser um "esboço" desses planos, que "são genéricos e consistem basicamente em um "protocolo de intenções" sobre o que deve ser feito. Em outras palavras, eles não tratam de pontos objetivos, concretos, deste ou daquele jogo."(IDEC,2014)¹⁰

Questões como a definição clara do que vem a ser o Plano de Ação de Contingência, os requisitos mínimos que devem ser contemplados, as diretrizes em níveis estratégicos para essa elaboração não estão definidas de forma a nortear e subsidiar os responsáveis, tornando-o, com isso, documentos "genéricos", conforme já citado e não suprem a necessidade da implementação de medidas práticas para o tratamento adequado às situações contingenciais, que possam surgir na realização dos eventos.

Com isso, torna-se fundamental a sensibilização do poder público, como possuidor dos mecanismos que garantem a preservação da ordem pública, mobilizar os entes envolvidos e responsáveis por essa garantia, para que sejam elaborados documentos efetivos e práticos, capazes de prever, a maior parte dos riscos a que os eventos esportivos estão sujeitos.

Para a implementação dos planos de contingência, a gestão de riscos deve ser inserida no contexto para auxiliar esta construção, uma vez que um dos seus objetivos é fornecer aos gestores e às autoridades as informações que eles precisam

⁸ Reis (2010)

⁹ Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo

¹⁰ Disponível em: < <http://blogdojuca.uol.com.br/2014/05/idec-revela-estadios-fora-das-normas-dos-estatutos-do-torcedor-e-do-consumidor/> >. Acesso em: 14/11/2014.

para avaliar os riscos e desenvolver novas estratégias de gestão (BAKER III *et al.*, 2007).

Para Hall *et al* (2007):

"a abordagem da gestão de riscos inclui três elementos principais: uma avaliação da ameaça, uma avaliação de vulnerabilidade e uma avaliação de criticidade. A fim de gerir os riscos, eles devem primeiro ser identificados, medidos e avaliados".

Para a identificação dos riscos existentes nos estádios que se pretende estudar pode ser levado em consideração dados históricos, análises teóricas, opiniões de pessoas informadas e especialistas, e as necessidades das partes interessadas (NBR ISO 31000; 2009).

Com isso, os gestores, públicos e privados, precisam estar cientes das metodologias de avaliação de risco existentes para serem capazes de detectar ameaças, identificar vulnerabilidades e reduzir as consequências (PACHECO, 2013).

Para que seja estabelecida a condição de segurança os riscos devem ser conhecidos para que, as vulnerabilidades frente a eles sejam tratadas e as ameaças não venham afetar o sistema. Para Hall *et al.* (2007), risco tem a ver com a possibilidade de perda resultante de uma ameaça, incidente de segurança ou evento. Já vulnerabilidade é a falha ou fraqueza que reduz ou limita a capacidade do sistema para suportar uma ameaça ou para retomar uma nova condição estável (AVEN, 2007).

A contingência na realização dos eventos é quando o risco que se estabelece, devido à falha no tratamento da vulnerabilidade, e, conseqüente concretização da ameaça, tendo como fator preponderante para essa efetivação a "escassez dos recursos disponíveis" na resposta ao incidente¹¹. Quando os meios são suficientes e bastantes para essa resposta, a condição de contingência não se caracteriza, tornando-se um incidente de segurança a ser mitigado.

O plano de contingência de estádio pode ser assim considerado como o documento resultante de um planejamento, que informa quais os procedimentos a serem tomados em contingências, levando-se em consideração os riscos identificados

¹¹ Fato gerador ou potencial gerador de dano ou prejuízo (ex. incêndio, acidente, explosão, etc.)

previamente. Ele ainda deve prever ações que permitam o seu acionamento (alerta e alarme), resposta ao incidente, socorro às vítimas, volta à normalidade (desmobilização) e minimização dos danos.

RESULTADOS

A pesquisa foi realizada através da aplicação de questionário com a abordagem qualitativa, para quatro Comandos Regionais (CRs) das instituições Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar e um para a Secretaria de Segurança Pública, através do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR), totalizando 9(nove) questionários. Até o fechamento da pesquisa não houve o preenchimento do questionário enviado ao CR -1 (Cuiabá) do Corpo de Bombeiros Militar, portanto 8 (oito) foram respondidos.

A abrangência da pesquisa alcançou aqueles estádios com capacidade de público acima de 10.000 pessoas, por definição da pesquisa. Com isso, o campo amostral foi de quatro estádios de futebol. São eles: Arena Pantanal¹², Estádio Passo das Emas¹³, Estádio Engenheiro Lutherio Lopes¹⁴ e Estádio Municipal Massami Uriu (Gigante do Norte)¹⁵

Os questionários direcionados aos CRs, continham nove perguntas objetivas, dicotômicas com as opções "sim" ou "não", com possibilidade da descrição de comentário que o responsável pelo preenchimento entendesse pertinente. Já o questionário direcionado à SESP continha cinco perguntas, nos mesmos moldes do anterior.

Não foram aplicados questionários às entidades responsáveis pela organização da competição, devido à pesquisa priorizar o diagnóstico das

¹² Palco da realização de quatro jogos da Copa do Mundo 2014, esta construção está localizada na capital do Estado, Cuiabá, e possui capacidade de 41.112 espectadores.

¹³ Situado no município de Lucas do Rio Verde, foi construído em 2004 e tem capacidade para 10.000 pessoas, e já recebeu partidas da Copa do Brasil em 2013. Tem como administrador o Luverdense Esporte Clube.

¹⁴ Construção existente em Rondonópolis, foi inaugurado no ano de 2000 com capacidade para 19.000 pessoas, já recebeu partidas da Copa do Brasil em 2000 e do Campeonato Matogrossense, quando obteve seu recorde de público.

¹⁵ Situado em Sinop, tem capacidade para 13.000 pessoas.

providências tomadas pela Segurança Pública, por entender que é dela o dever primordial de traçar as diretrizes do que se pretende e como se pretende realizar essa implementação e por ser o ente disciplinador de regras quanto ao tema.

Também ressalta-se que, caso esses planos estivessem já elaborados e implementados, a avaliação desses documentos não seria prejudicada, uma vez que sua concepção prevê a atuação integrada de todos os órgãos e entidades envolvidas, com o detalhamento das informações pertinentes às suas responsabilidades inserido no documento.

A primeira pergunta do questionário encaminhado aos CRs foi *existe um Plano de ação de contingência para o estádio de futebol, sob a área de abrangência deste CR, em dias de jogos?* Essa abordagem foi feita no sentido de verificar, primeiramente, se eles existiam. O resultado confirmou a construção hipotética levantada no trabalho, pois dos quatro estádios, nenhum possui esses planos implementados e, sequer, elaborados.

Apenas o CR de Sinop respondeu positivamente da existência do plano, porém ao ser respondida a segunda questão, verificou-se que ela diz respeito a alguma diretriz do Comando Geral da PM, o que não foi citado por mais nenhum outro CR, além de não suprir a ideia do questionamento, que versa de um plano em nível estadual da Segurança Pública.

A segunda questão, por ser condicionada à primeira, teve o mesmo resultado da primeira.

A terceira questão foi *há algum documento que estabeleça os critérios a serem seguidos para a elaboração desse plano em nível estadual?* Também neste caso foi obtido 100% de respostas "não". Portanto, quaisquer documentos que venham a ser elaborados para aqueles estádios que estejam sob sua área de abrangência, não estarão seguindo critérios únicos e padronizados pela Segurança Pública. Esse fator é um complicador, na medida que pode criar um sentimento de descrédito por parte da população, pois, se a rotatividade dos comandantes for alta, não havendo os critérios claramente definidos, a subjetividade prevalecerá e, com isso, as variações nas práticas constantes nos documentos serão recorrentes.

A quarta questão era condicionada à anterior e, caso fosse respondido sim, a pergunta era se *há participação dos órgãos da segurança pública em conjunto com a entidade organizadora do evento na elaboração e implementação desse plano?* com isso, se nem mesmo foi estabelecido critério para a elaboração, não poderia de igual maneira existir a participação em conjunto dos órgãos, uma vez que a resposta anterior foi não.

A quinta questão foi: *esse plano está publicado ou é de conhecimento de todas as instituições envolvidas?* Como em 100% dos casos a resposta foi não, logo, se não está elaborado, não está publicado e nem é de conhecimento das instituições envolvidas.

A sexta questão foi: *esse plano já necessitou ser implementado na prática em alguma contingência?* Novamente, concluiu-se que não haveria possibilidade de ser implementado na prática se não existe o documento.

A sétima questão foi: *há presença de militares da instituição, em dias de jogos no estádio, para realização de trabalho preventivo no evento?* A resposta a este questionamento foi unânime em afirmar que há presença de efetivo da sua instituição realizando um trabalho preventivo no estádio. O CR-1 da PM acrescentou que o volume maior de atuação é na prevenção, que é o carro chefe dos trabalhos da instituição nesses eventos, o que é visto como um ponto favorável, pois o fator "prevenção" contribui com a redução da probabilidade de se estabelecer uma contingência.

A oitava questão foi: *esse trabalho preventivo é realizado de forma integrada com outros órgãos da segurança pública e com o organizador do evento?* Apenas o CR da PM de Rondonópolis respondeu negativamente. Apesar de responder positivamente, o CR do Corpo de Bombeiros de Lucas do Rio Verde informou que não existe um *briefing* integrado para essa atuação.

A nona questão foi: *existe a participação de outros órgãos de apoio para o trabalho preventivo no evento?* Dos sete, dois responderam que não há órgão de apoio para o trabalho preventivo. Dos que responderam sim, foram citados os serviços de Atendimento Pré Hospitalar privado, Secretaria Municipal de Saúde,

Guarda Municipal, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Trânsito.

O segundo questionário foi aplicado ao CICCR na Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP). A primeira pergunta foi: *existe alguma diretriz padrão para subsidiar a elaboração dos Planos de contingência dos estádios de futebol de Mato Grosso, de que trata este trabalho?*

Como a segunda pergunta foi condicionada à primeira, também obteve a mesma resposta: "não".

A terceira pergunta foi: *há algum modelo de plano a ser implementado pelos órgãos envolvidos?* Também essa resposta foi não, confirmando o que já fora respondido pelos outros CRs.

Como a quarta pergunta foi condicionada à primeira, também obteve a mesma resposta: "não".

A quinta pergunta foi: *existe alguma estratégia da segurança pública que contemple a necessidade de implementação de ações para preparação de contingências?* A resposta foi sim, sendo citada a Estratégia nº 6 do Plano Estadual de Segurança Pública de Mato Grosso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem do tema possibilitou evidenciar um tema de extrema importância para a Segurança Pública do Estado, que é a segurança do público que pretende se entreter quando vai ao estádios assistir a uma partida de futebol.

Algumas são as causas de contingências nesses locais como a falta de estrutura física e de pessoal, comportamento violento da multidão, falta de planejamento para tomar as medidas em caso de incidentes, etc.

A hipótese levantada inicialmente pôde ser comprovada quando da aplicação do questionário, uma vez que, quando se refere ao plano de contingência exigido através do artigo 17 do Estatuto de Defesa do Torcedor, tal documento não está sequer elaborado. Desta forma, o Poder Público, neste quesito ainda pratica a segurança "reativa" e não "proativa", quando o contrário deveria ser a premissa.

Com tudo que fora exposto, algumas providências são necessárias para a garantia da segurança do público e para o pronto cumprimento do que preconiza o dispositivo legal em questão, sendo elas:

a) A nomeação de uma equipe multidisciplinar que elabore, de maneira integrada com a participação das instituições que compõe a segurança pública e órgãos convidados;

b) A inserção do tema nos trabalhos do planejamento estratégico da Secretaria de Estado de Segurança Pública, como uma das estratégias¹⁶ preconizada no Plano Estadual de Segurança Pública de MT (2012-2015);

c) A elaboração de um plano de contingência que contemple a Gestão de Risco, como forma de identificar os riscos, as ameaças e as vulnerabilidades e venha com isso mitigar esses riscos;

d) A implementação do Plano de Contingência "padrão" e integrado, como diretriz a ser seguida pelos CRs ao elaborar os próprios planos de acordo com as especificidades de cada localidade;

¹⁶ **ES6** - Implementando ações de preparação para contingências de sinistros e desastres;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVEN, T. **A unified framework for risk and vulnerability analysis covering both safety and security**. Reliability Engineering and System Safety, v.92, n.6, p.745-754. 2007.
- BAKER III, T. A., CONNAUGHTON D.; ZHANG, J. J. **Perceived Risk of Terrorism and Related Risk Management Practices of NCAA Division 1A Football Stadium Managers**. Journal of Legal Aspects of Sport, v.17, n.1, Winter2007, p.27-51. 2007.
- BALE, John. **Sport, space and the city**. London: Routledge, 1993.
- BECK, Matheus Passos. **Estádios pós-modernos para um futebol hiper-real: análise comparativa das arenas para a Copa do Mundo 2014**. Porto Alegre-RS, 2002.
- BONIN, Ana Paula Cabral. **Ações públicas e privadas destinadas destinadas ao combate a violência no futebol: o caso do jogo entre Coritiba Football Club e Fluminense Football Club**. Curitiba-PR, 2011.
- BRASIL. Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003. **Dispõe sobre o estatuto dos direitos do Torcedor**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de maio de 2003.
- CRUZ, Antonio Holzmeister Oswaldo. **A nova economia do futebol: uma análise do processo de modernização de alguns estádios brasileiros**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2005.114 p.
- DUARTE, Haroldo Augusto da Silva Teixeira. **Comentários às disposições de responsabilidade civil da Lei nº 10.671/03. (Estatuto de Defesa do Torcedor)**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 206, 28 jan. 2004. Disponível em: < <http://jus.com.br/artigos/4726> >. Acesso em: 14 nov. 2014.
- DUNNING, E. & SHEARD, K. **Barbarians, gentlemen and players. A sociological study of the development of rugby football**. New York: New York University Press, 1979.
- ELIAS, N & DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.
- FUTEBOL. In: **Enciclopédia Barsa**. Rio de Janeiro: Editora Planeta, 2010.
- GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol. Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

- HALL, S.; MARCIANI L.; COOPER, W. E.; ROLEN, R. **Introducing a risk assessment model for sport venues**. Sport Journal, v.10, n.2, p.8p. 2007.
- JOHNES, M. 'Heads in the sand': football, politics and crowd disasters in **twentieth-century Britain**. Soccer & Society, v.5, n.2, Summer, , 2004. p.134-151
- LAGEMANN, Frederico. **Análise do sentimento de segurança dos torcedores no estádio de futebol: um estudo a partir da instituição do JECRIM no Estádio Monumental**. Porto Alegre-RS, 2010.
- MARIOVET, Salomé. **VIOLÊNCIA Nos espetáculos de futebol (1989-1990)**. Lisboa: ME/DGD, 1992.
- MEZZADRI, Fernando Marinho. **As possíveis interferências do Estado na estrutura do futebol brasileiro**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2007.
- MURAD, Mauricio. **A violência e o futebol: dos estudos clássicos aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 196p.
- NETTO, Alfredo Euclides Dias; JUNIOR, Constantino Ribeiro de Oliveira. **Violência no futebol: um objeto sociológico**. Campinas-SP, 2007.
- PACHECO, Giovanni Cardoso. **Avaliação dos riscos à segurança em estádios de futebol profissional por meio da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista**. Florianópolis-SC, 2013. 354p.
- PIMENTA, Carlos Alberto. **Torcidas organizadas de futebol: violência e autoafirmação**. Taubaté: Editora Vogal, 1997.
- PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Violência entre torcidas organizadas de futebol**. São Paulo-SP, 2000.
- REIS, Heloisa Helena Baldy Dos. **O espetáculo futebolístico e o Estatuto de Defesa do Torcedor**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 31, n. 3, p. 111-130, maio 2010.
- ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Forças Policiais e Ordem Pública**. Disponível em: < <http://www.advogado.adv.br/direitomilitar/ano2003/pthadeu/forcaspoliciaiseordempublica.htm> >. Acesso em: 14/11/14.

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE E PROPOSTA.

Flávio Glêdson Vieira Bezerra¹

RESUMO

O presente artigo objetivou analisar essa necessidade primeiramente identificando requisitos para criação e manutenção da comunicação científica. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica abordando a comunicação científica e as características de um periódico científico. Em seguida, foram levantados dados sobre a produção acadêmica envolvendo assuntos de segurança pública, bem como exemplos internacionais de revistas científicas que abordam assuntos voltados para as atribuições das organizações componentes do sistema de segurança do Brasil. Constatou-se a existência de um campo fértil para a produção científica no setor, que por sua vez é capaz de manter a periodicidade de publicação, mas que, contudo, ainda é insuficiente a quantidade de periódicos especializados. Fundamentado na literatura pesquisada e nos resultados alcançados, conclui-se que um periódico científico eletrônico no âmbito da SENASP é uma ferramenta de gestão do conhecimento viável para a promoção de segurança pública. Pautado nisso, ao final, é proposto a criação desse instrumento focado em abordar assuntos intimamente ligados às atividades fins das instituições de segurança do país.

Palavras-chave: *Comunicação Científica - Periódico Científico - Segurança Pública.*

ABSTRACT

This article aims to analyze the need first identifying requirements for creation and maintenance of scientific communication. For this we carried out a literature search addressing scientific communication and the characteristics of a scientific journal. Then, data were collected on the academic production involving public safety issues as well as international examples of scientific journals that address issues facing the tasks of component organizations of the security system in Brazil. It was found that there is a fertile field for scientific production in the sector, which in turn is able to maintain the frequency of publication, but which, however, is still insufficient number of specialized journals. Based on the literature and the results achieved, it is concluded that an electronic journal under the SENASP is a management tool workable knowledge for public safety promotion. Ruled that, in the end, it is proposed the creation of this instrument focused on addressing issues closely linked to the end activities of the country's security institutions.

Keywords: *Scientific Communication - Scientific Journals - Public Security.*

¹ Major do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico tem configurado como uma das variáveis determinantes da competitividade e das estratégias de desenvolvimento dos países. Segundo o relatório sobre o atual status da ciência em torno do mundo (UNESCO, 2010), o financiamento de (P&D) seguiu expandindo-se mundialmente como consequência de um reconhecimento mais forte pelos governos, quanto à importância crucial da ciência para o desenvolvimento socioeconômico. Os países em desenvolvimento que progrediram de maneira mais acelerada nos últimos anos são aqueles que adotaram políticas para a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação (UNESCO, 2010). Sabendo disso, nações têm concentrado esforços para compreender o processo de produção e difusão dos conhecimentos científicos e inovações geradas por eles, simultaneamente, em estabelecer políticas de apoio apropriadas às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I) (OLIVEIRA, 2011).

Por meio do relatório, constata-se ainda que grandes países emergentes como Brasil, China, Índia, México e África do Sul estão gastando mais em P&D. De maneira semelhante, o número de publicações científicas desses países é outro indicador que tem mostrado um impressionante crescimento, elevando a participação de cada país no volume de publicações mundiais (UNESCO, 2010). Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (2012), no ano de 2009 o Brasil passou a ocupar a 13ª posição no ranking de artigos publicados por países de todo o mundo, produzindo mais de 32 mil artigos e ultrapassando países como Suécia, Rússia, Holanda e Suíça (BRASIL, 2012b).

Observa-se que países desenvolvidos e em emergente desenvolvimento refletem uma relação positiva com indicadores de esforço para aquisição e produção do conhecimento. É possível notar que a promoção da ciência tem íntima interação com o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Nesse sentido é que se mostra desejável que um país adote uma política nacional direcionada para tecnologia, combinada com uma agressiva e bem-sucedida busca pelo aprimoramento na pesquisa acadêmica.

Para Oliveira (2011),

A mobilização das políticas públicas continua sendo crucial para a construção das capacidades humanas e institucionais a fim de se vencer o hiato do conhecimento e empoderar os países em desenvolvimento na construção de habilidades adequadas de **pesquisa científica, para que possam lidar com os desafios nacionais e globais** (grifo nosso) p.2.

A busca de uma nação pelo poder e da transposição de desafios por meio do conhecimento não é algo recente. Durante as grandes guerras, por exemplo, o domínio da tecnologia bélica era sinônimo de força de um exército. Não é por acaso que, segundo Vidal (2001), no período da II Guerra Mundial, grupos interdisciplinares foram formados, envolvendo psicólogos, engenheiros e médicos, na Inglaterra e nos Estados Unidos com objetivos de aumentar a eficácia combativa, a segurança e o conforto de soldados, marinheiros e aviadores. Para isso seus estudos se voltavam para a adaptação de veículos e equipamentos às características físicas e psicofisiológicas dos militares, principalmente em situações de emergência e de pânico.

Configurando um dos problemas atuais, o crime organizado representa uma rede cada vez mais sofisticada, articulada e inteligente, que ameaça fortemente a liberdade democrática e o fluxo de empreendedorismo social. Para enfrentá-lo e reduzir os alarmantes índices de violência, é preciso que as respostas da comunidade de segurança sejam igualmente sistêmicas, não fragmentadas, sofisticadas, precisas, científicas e inteligentes. Isto apenas será alcançado mediante a valorização e socialização de conhecimentos auferidos através da pesquisa, da análise de informações por ela obtidas e das alternativas competentes e criativas geradas por tal conhecimento (SENASP, 2012).

O que despertou a curiosidade para essa pesquisa foi, justamente, o questionamento se seria possível afirmar que o conhecimento gerado sobre um problema de segurança pública em uma região do país poderia auxiliar a solucionar uma problemática semelhante, existente em outra região?

O Brasil é quinto maior país do mundo, com dimensões continentais, detém 7367 km de litoral abrangendo 17 estados no total; possui 9 estados componentes da Amazônia legal; possui 15.735 km de fronteiras terrestres onde estão 10 estados brasileiros, distribuídos pelas região norte, centro-oeste e sul. Dessa

maneira, parece correto supor, por exemplo, que soluções propostas em um estudo sobre crimes ambientais no estado de Amazonas, de alguma maneira, seriam aproveitadas para um mesmo problema no estado de Rondônia; que uma análise sobre técnicas de salvamento aquático no litoral Cearense, poderia, ao menos, ser referenciada em mesmo estudo nas praias Catarinenses; ou que uma pesquisa sobre o *modus operandis* de narcotraficantes na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, auxiliaria no aprimoramento de técnicas de vigilância e monitoramento nas áreas limítrofes do Acre com o Peru.

Nesse contexto, é possível perceber que o incentivo a P&D, bem como, que a produção e divulgação do conhecimento associa-se, dentre outras, às expressões como: aperfeiçoamento técnico, aumento de eficácia, solução de problemas, enfrentamento de desafios, aprimoramento de métodos, desenvolvimento social. Nesse sentido, é que, dedutivamente, neste artigo, supõe-se que o fomento à pesquisa científica por meio da implantação de ferramentas de gestão do conhecimento é capaz de promover segurança pública, e sobre isso se pautou sua relevância.

Desse modo, este trabalho se justifica na medida em que, de maneira geral, buscou analisar brevemente a comunicação científica sobre temas de segurança pública, de tal forma a identificar características que indicam viabilidade para criação e manutenção de periódicos científicos eletrônicos especializados no âmbito da SENASP, abordando principalmente assuntos que tangem o aprimoramento da eficiência e eficácia das atividades finalísticas das instituições componentes do sistema. Para isso, buscou caracterizar a comunicação e periódico científico ressaltando as vantagens da sua forma eletrônica. Somado a isso, foram feitas algumas considerações sobre a necessidade e importância dessa ferramenta de gestão do conhecimento.

REVISÃO DA LITERATURA

De maneira concordante com a introdução deste artigo, Kuramoto (2006) afirma que a informação científica é insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país.

De acordo com Macias- Chapula (1998 apud LANDI, GUSMÃO, 2005):

“...a ciência necessita ser considerada como um amplo sistema social, no qual uma de suas funções é disseminar conhecimentos. Sua segunda função é assegurar a preservação de padrões e, a terceira, é atribuir crédito e reconhecimento para aqueles cujos trabalhos têm contribuído para o desenvolvimento das idéias em diferentes campos” p.136.

Nesse sentido para Landi e Gusmão (2005), a produção científica é parte de um grande sistema social que é a ciência. O crescimento dela, segundo Meadows (1999), está relacionado com o crescimento da produção de pesquisa e sua comunicação.

A comunicação científica e a troca de conhecimentos vieram, ainda que de maneira informal, com o nascimento da ciência ocidental, na Grécia antiga. No século XVII, nasce a revista científica, considerada a base do sistema moderno de comunicação da ciência (ANDRÉ, 2005 apud KURAMOTO, 2006).

Os primeiros estudos voltados para a comunicação da ciência surgiram nos Estados Unidos nos anos 40, impulsionados pelo crescimento desordenado da literatura científica (VIEIRA, 2006). A expressão “Comunicação Científica” foi forjada nesse período, pelo físico e historiador John Bernal, o qual definiu o termo como o amplo processo de geração e transferência da informação científica (CHRISTOVÃO; BRAGA 1997 apud SILVEIRA, 2000).

Para Barbalho (2004), a comunicação científica é entendida como a promoção de intercâmbio de informações entre membros de uma determinada comunidade que divulga os resultados de pesquisas realizadas de acordo com regras definidas e controladas pelo contexto onde se insere. Já Garvey (1979) apud Silveira (2000) definiu como um conjunto de atividades associadas com a produção, disseminação e uso da informação desde o momento em que o cientista forma sua idéia de pesquisa, até o momento em que a informação acerca dos resultados desta seja aceita como parte do conhecimento científico.

Diversos autores citados por Silveira (2000) tratam da indispensabilidade da publicação dos resultados de pesquisas e das motivações para fazê-lo: o desejo de somar conhecimento para a sociedade, construção do conhecimento e preservação do mesmo, além da manutenção do *status quo* do cientista dentro da comunidade científica.

Vanz (2004) explica que:

O desenvolvimento da ciência como sistema é governado pela produção e fluxo da informação, até que está se transforme em conhecimento. Por isso, uma das obrigações dos pesquisadores é disseminar o conhecimento científico por meio de publicações, dado que os resultados de qualquer investigação devem ser divulgados de forma a estarem disponíveis para a comunidade, e assim, realimentar o processo de comunicação científica p. 15.

Neste sentido, a comunicação científica é uma forma de transferência de informação e construção do conhecimento que nasce de uma dupla necessidade, por um lado a de quem deseja conhecer os avanços da ciência e por outro a de quem quer comunicar à comunidade os achados e resultados de pesquisas e/ou estudos dos diversos temas (BINOTTO; DINIZ, 2007).

De acordo com Hernandes-Canãdas (1987) apud Silveira (2000), os seguintes fatores são necessários para comunicação científica ocorra de fato: fonte, mensagem, canal e receptor. A fonte é aquela que gera o conhecimento científico, o pesquisador. A mensagem é composta pelos dados que compõem a informação científica. O canal, modo como essa informação é transmitida, pode apresentar-se de várias formas, divididos em dois tipos básicos de canais de comunicação: os formais e informais. O receptor da informação científica também pode apresentar-se de diversas formas, podendo ser outro cientista, da mesma área ou não do produtor da informação, ou pode ser ainda o público em geral (SILVEIRA, 2000).

Percebe-se que a comunicação científica é essencial para construção de redes de relacionamento que motivam os pesquisadores a constituírem interlocutores para a discussão em torno dos saberes que estão em construção e sendo articulados com conhecimentos anteriormente produzidos (BARBALHO, 2004). Além disso, na opinião de Pinheiro (2003), a comunicação científica é caracterizada pela busca de maior velocidade no intercâmbio e disseminação de idéias, fato esse que coloca a

revista científica em vantagem por tratar-se de um meio de divulgação que dispõe de tal velocidade necessária.

Conforme percebido nesta revisão de literatura e de acordo com Vieira (2006), a produção científica de uma comunidade é expressa através de publicações. Sobre isso, Oliveira e Noronha (2005) apud Dantas (2008) explicam que a comunicação de maior credibilidade se estabelece “[...] pela publicação em canais formais, principalmente nos periódicos, considerados como o principal meio de comunicação e divulgação do conhecimento científico.” (OLIVEIRA; NORONHA, 2005, p. 2 apud DANTAS, 2008, p. 45).

A principal função de um periódico é manter pesquisadores informados sobre os últimos acontecimentos e avanços em suas áreas, sendo a qualidade dessa publicação aceita como representação do esforço da pesquisa realizada e do reconhecimento da qualidade de seus resultados (GARFIELD, 1979 apud SOUZA E PAULA, 2002).

No que diz respeito à terminologia Vieira (2006) cita Stumpf (1998), para explicar que não há diferença entre “revistas científicas” ou “periódicos científicos”, sendo essas expressões diferenciadas apenas pelos profissionais que as utilizam. Ainda sobre isso, Targino (1998), em sua pesquisa, apresentou algumas definições terminológicas usadas para o periódico científico propriamente dito: *Journal*, *Magazine*, *Newspaper Periodical*, *Proceedings*, *Scientific journal*, *Scholarly journal*, *Scientific periodical*, *Scientific publications*, entre outras.

Segundo Cunha (2001), publicações periódicas têm como características:

- a) Periodicidade (frequência prefixada para o aparecimento dos fascículos);
- b) Publicação em partes sucessivas (sistematização em ano, volume ou tomo, número, fascículo ou caderno);
- c) Continuidade de publicação indeterminada; (Variedade de assunto e autores podem tratar de diversos assuntos ou serem especializados, tratando, por exemplo, de diversos aspectos de um mesmo assunto, com autores variados).

Buscando caracterizar um periódico científico, Vieira (2006) faz alguns apontamentos: são publicações feitas em partes ou fascículos, numerados progressiva

ou cronologicamente, reunidas sob um título comum; editadas em intervalos regulares; com a intenção de continuidade infinita; formadas por contribuições, na forma de artigos assinados; sob a direção de um editor e com um plano definido que indica a necessidade de um planejamento prévio. Para Mueller (1999), “um periódico científico será considerado bom na medida em que publica bons artigos, mantém periodicidade regular e é facilmente obtido”.

Quanto à acessibilidade o relatório da UNESCO (2010) indica que a facilidade de obtenção da informação, em decorrência das tecnologias da informação e comunicação, em torno do mundo está tendo um efeito radical na criação, acumulação e disseminação de conhecimento, enquanto proporciona, ao mesmo tempo, plataformas especializadas para o trabalho em rede por comunidades científicas que operam em nível global.

Nesse sentido, atualmente, tem havido uma tendência, quase que irreversível, de transição do periódico científico impresso para o meio eletrônico, principalmente porque isso potencializa a velocidade com que a informação científica é transmitida e oferta numerosos recursos que não poderia ser utilizados facilmente nas versões em papel (artes gráficas, filmes, acessos aos trabalhos citados, entre outros).

Corroborando com isso Crespo e Caregnato (2004) apud Dantas (2008) atribuem aos periódicos eletrônicos: agilidade na publicação; interação; diversidade de formatos e mídias; recuperação da informação; facilidade de acesso; dimensão do documento e apresentação do documento. Tenopir e King (2002) apud Dantas (2008) apontam como as melhores características desses recursos eletrônicos: facilidade de acesso, conveniência, capacidade de busca, acesso direto, além da possibilidade de impressão. Dantas (2008), conclui que: “Para os autores, os periódicos eletrônicos permitem uma forma de comunicar informação nova, editada e revisada por pares”. Considerando que muitos artigos são lidos anos depois de sua publicação, esses serviços ainda oferecem arquivos permanentes com informações recuperáveis.

Outro fator positivo do formato eletrônico é sua maior propensão à adquirir visibilidade, que de acordo com Parker e Meneghini (2006) apud Dantas (2008), é a representação da capacidade de exposição que “[...] uma fonte ou fluxo de

informação possui de, por um lado, influenciar seu público alvo e, por outro, ser acessada em resposta a uma demanda de informação”. Segundo os autores há uma série de atributos e indicadores que potencializam a visibilidade de um periódico eletrônico, entre eles estão:

1) A sociedade científica, organização, grupo ou empresa editora responsável pela publicação do periódico, que pode indicar autoridade, sustentação e visibilidade do mesmo;

2) Prestígio da sociedade ou organização responsável por um periódico, o prestígio e a representatividade do editor responsável e do corpo editorial, junto à comunidade científica potencial do periódico;

3) O número de acessos e uso desse serviço.

Desse modo, é principalmente como foco em verificar se um periódico científico eletrônico especializado em assuntos que envolvem instituições de segurança pública atenderia os requisitos e características indicadas a esse veículo de informação, que este trabalho procurou analisar sobre sua viabilidade e sustentabilidade. Além disso, tomando como base a importância do fator visibilidade, buscou-se investigar como a Secretária Nacional de Segurança Pública - SENASP poderia somar nesta proposta.

CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA - Órgãos competentes, atribuições e a relação com a promoção do conhecimento

Esta seção concentrou-se em apresentar a Secretária Nacional de Segurança Pública - SENASP, discorrendo brevemente sobre sua criação e algumas subdivisões de sua estrutura; identificando os órgãos componentes e competentes do Sistema Nacional de Segurança Pública; registrando algumas das responsabilidades das diferentes organizações governamentais envolvidas, conforme legislação vigente; por fim, enfatizando algumas de suas iniciativas voltadas para a promoção do conhecimento. A abordagem foi feita sempre com foco em analisar a importância e necessidade da institucionalização de um periódico científico eletrônico

especializado segurança pública no âmbito da SENASP, e por isso destacou-se, principalmente, pontos que se relacionam a isso.

Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

Oriunda de uma transformação da antiga Secretária de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública - SEPLANSEG a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP foi criada pelo Decreto nº 2.315, de 4 de setembro de 1997, com a atribuição de compete assessorar o Ministro de Estado da Justiça na definição e implementação da política nacional de segurança pública, e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio de algumas ações, sendo aqui citadas aquelas mais intimamente ligadas ao contexto deste trabalho, tais como: apoiar a modernização do aparelho policial do País; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais federais e estaduais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; realizar estudos e pesquisas, e consolidar estatísticas nacionais de crimes.

Ainda balizado pelos objetivos desta pesquisa, no decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007 consta a estrutura regimental do Ministério da Justiça e da SENASP, por onde também é possível destacar algumas atribuições de alguns de seus departamentos, tais como:

a) Ao Departamento de Políticas, Programas e Projetos competem: identificar, propor e promover a articulação e o intercâmbio entre os órgãos governamentais que possam contribuir para a otimização das políticas de segurança pública; estimular e fomentar a utilização de métodos de desenvolvimento organizacional e funcional que aumentem a eficiência e a eficácia do sistema de segurança pública; analisar e manifestar-se sobre o desenvolvimento de experiências no campo da segurança pública; entre outras.

b) Ao Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública compete: incentivar a implementação de novas tecnologias de forma a estimular e promover o aperfeiçoamento das atividades policiais,

principalmente nas ações de polícia judiciária e operacionalidade policial ostensiva; entre outras.

c) Ao Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública compete: identificar, documentar e disseminar pesquisas voltadas à segurança pública; identificar áreas de fomento para investimento da pesquisa em segurança pública; identificar, documentar e disseminar experiências inovadoras no campo da segurança pública; planejar, coordenar e avaliar as atividades de sistematização de informações, estatística e acompanhamento de dados criminais; supervisionar as atividades de ensino, gerencial, técnico e operacional, para os profissionais da área de segurança do cidadão.

Verifica-se que estudos sistematizados de assuntos envolvendo a gestão de políticas na área de segurança pública, veiculadas por periódico científico, poderiam fundamentar e aprimorar a execução de algumas das atribuições legais da SENASP apresentadas neste tópico. Nesse sentido, um periódico científico eletrônico, gerido pela secretária já se justificaria.

Órgãos de Segurança Pública

Sobre a quem compete Segurança Pública, a Constituição Federal Brasileira (CFB), segundo Brasil (1988), em seu Art. 144 define o seguinte: "A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio" (BRASIL, 1988). Ainda em seu Art. 144, estabelece que os órgãos componentes do sistema são: Polícia federal; Polícia rodoviária federal; Polícia ferroviária federal; Polícia civis; Polícia militares e Corpos de bombeiros militares.

No que diz respeito às competências constitucionais a CFB (1988) discorre sobre as missões de cada órgão. A Polícia Federal é definida através das seguintes missões:

- I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Ainda de acordo com a CFB (1988), a Polícia Rodoviária Federal é destinada "[...] ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais ". A Polícia Ferroviária Federal "[...] ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais." As Polícias Civis têm a incumbência de: "[...] polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares". As Polícias Militares são responsáveis pela: "[...] polícia ostensiva e a preservação da ordem pública" e os Corpos de Bombeiros Militares, que em alguns Estados são unificados à Polícia Militar: "além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil".

Poderão ainda existir representantes no âmbito municipal. Sobre isso a CFB (1988) estabelece a missão das Guardas Municipais: "Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei."

Nesse sentido, observando esse artigo da CFB (1988), em razão dos órgãos que compõem o sistema de Segurança Pública nacional e de sua diversificada distribuição de competências, nota-se uma pluralidade de atividades fins, que dão às missões um caráter multidisciplinar. São ações típicas de polícia ostensivas, de polícia judiciária, de defesa civil, dentre outras. Dessa maneira, vislumbra-se potencial para a ferramenta que se deseja propor neste artigo, na medida em que é possível identificar que o setor envolve um conhecimento transversal, abrangendo variadas áreas do saber, tornando possível prospectar uma ampla gama assuntos a serem desenvolvidos e veiculados por um periódico científico eletrônico especializado.

Iniciativas da SENASP voltadas para a promoção do conhecimento

Obedecendo as atribuições previstas em lei, a SENASP, principalmente por meio de seu departamento de pesquisa, análise de informação e desenvolvimento de pessoal em Segurança Pública, vem procurando desenvolver ações voltadas para a gestão do conhecimento sobre o assunto. Neste tópico identificaram-se algumas dessas iniciativas a fim de verificar se as políticas públicas adotadas pela secretária caminham ao encontro do que este trabalho busca propor. Após uma pesquisa no sitio do Ministério da Justiça (SENASP, 2012), a seguir são apresentadas algumas dessas ações:

a) Observatório Democrático de Práticas de Prevenção

A partir da nova Política Nacional de Segurança Pública, proposta desde 2003, um dos compromissos torna a prevenção da violência e criminalidade como uma de suas áreas temáticas de atuação. O assunto passou a ser trabalhado de forma mais sistemática, levando à necessidade de levantar, sistematizar e disseminar as experiências de programas de prevenção já implementados no país. A SENASP entendeu ser relevante iniciar a sua divulgação, objetivando que o banco de dados construído seja uma ferramenta de transferência de conhecimento útil e de fomento à construção de um conhecimento coletivo sobre políticas e programas de prevenção da violência e criminalidade. Dessa maneira, tem como objetivo precípuo o fomento e a troca de experiências, de estímulo e a promoção do debate de conceitos e concepções sobre políticas e programas de prevenção da criminalidade e violência, multiplicando marcos referencial para serem incorporados no desenvolvimento de políticas públicas de segurança.

b) Rede Nacional de Educação a Distância – EAD

Foi criada em 2005 pela SENASP, em parceria com a Academia Nacional de Polícia a Rede Nacional de Educação a Distância, é uma escola virtual destinada aos profissionais de segurança pública no Brasil, que tem como objetivo viabilizar o acesso dos profissionais aos processos de aprendizagem, independentemente das limitações geográficas e sociais existentes. Os cursos são ofertados através de ciclos. Por ano realizam-se 3 ciclo de aulas dos quais participam, aproximadamente, 200 mil

alunos por ciclo. São mobilizados dois mil tutores ativos para as mais de três mil turmas que contam com até 50 alunos por sala virtual. Com o fortalecimento da Rede, se estabelece uma política onde os processos de aprendizagem são contínuos, sistêmicos e não excludentes.

c) Pensado em Segurança.

Oriundo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e sua parceria com a SENASP (Projeto BRA/04/029), o Projeto de Pesquisas Pensando a Segurança Pública tem o objetivo de fomentar pesquisas aplicadas no campo da segurança pública e da justiça criminal, fortalecer o diálogo entre a SENASP e comunidade acadêmica como Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa, bem como o de qualificar e subsidiar seu trabalho de elaboração de políticas públicas. Para isso o projeto estabelece parcerias com instituições públicas ou privadas para o desenvolvimento de pesquisas no campo da segurança pública e da justiça criminal, em temas considerados prioritários pela SENASP e pelo Ministério da Justiça e que possam contribuir para o desenvolvimento e o aprimoramento da política nacional de segurança pública. As instituições são convocadas por edital a apresentar seus projetos de pesquisa sobre temas pré-determinados, e após serem selecionadas tornam-se responsáveis pela coordenação de grupos de pesquisa e pela elaboração de relatórios (produtos) relacionados à sua área temática.

d) Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP

Criada em 2005, a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP, foi institucionalizada através da Portaria nº 1.148-MJ, de 12 de junho de 2012, sendo um projeto de educação permanente voltado aos profissionais de segurança pública, bem como aos demais interessados e atuantes nesta área. A Rede se constitui a partir da parceria com Instituições de Ensino Superior - IES que promovem cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial, sobre diferentes temas relacionados à Segurança Pública. Foi projetada levando em consideração entre outras necessidades a de fomentar estudos e pesquisas voltados à modernização das instituições de segurança pública; de promover estudos, pesquisas

e indicadores sobre violência, criminalidade e outros assuntos relacionados à segurança pública e fortalecer a articulação com instituições de ensino superior - IES na promoção da capacitação em segurança pública.

Dentre as diretrizes norteadoras da RENAESP estão a democratização do acesso ao conhecimento técnico-científico aos profissionais de segurança pública, bem como seu aprimoramento, por meio de uma formação acadêmica multidisciplinar. Para isso tem entre seus objetivos: propiciar o acesso gratuito dos profissionais de segurança pública a cursos de pós-graduação *lato sensu*; fomentar o aperfeiçoamento das atividades e dos instrumentos de gestão em segurança pública; incentivar as instituições de ensino superior - IES a promoverem cursos e implantarem núcleos e centros de estudos e pesquisas dedicados ao tema “segurança pública”; promover a produção de artigos científicos e monografias sobre segurança pública e temas correlatos.

Atualmente a RENAESP conta com a participação de 58 IES públicas e privadas distribuídas em 25 Unidades da Federação, tendo matriculado 5600 profissionais da área de segurança pública de todo país em 140 cursos realizados entre os anos de 2006 a 2012. As monografias produzidas estão disponibilizadas na biblioteca do Ministério da Justiça, assim como nas revistas produzidas pelas próprias IES e seus respectivos portais. A Senasp conta com a revista Segurança, Justiça e Cidadania, na qual são publicadas as melhores monografias produzidas.

e) Revista Segurança, Justiça e Cidadania

Consiste em um dos veículos de divulgação do conhecimento produzido na área da segurança pública, registrado sob ISSN: 2178-8324-59222 (versão impressa) é uma publicação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça, editada pela Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID/Senasp). O periódico, dedicado exclusivamente à abordagem de segurança pública no Brasil, reúne artigos de investigadores de renome e de jovens pesquisadores dedicados aos grandes temas da área de segurança pública e da justiça criminal, textos esses que expressam o desenvolvimento dos saberes no campo da segurança pública e refletem as inovações

teóricas, metodológicas e empíricas em âmbito nacional e internacional. Seu propósito é veicular conhecimento abalizado e pesquisas exploratórias que subsidiem a criação e a gestão de ações e políticas de segurança pública do nosso país. Entretanto, as edições da são temáticas e destinam-se a captar textos relacionados especificamente ao tema do número do periódico em ocasião.

METODOLOGIA

Caracterizou-se por uma pesquisa qualitativa, pois realizou uma análise da literatura comparando-a com a realidade apresentada, sem a pretensão de efetuar medições ou fazer uso de técnicas estatísticas. Segundo Silva (2000), a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, além disso, configura-se em uma pesquisa descritiva, na qual se pretende analisar seus dados indutivamente, já que foram abordados os efeito da comunicação científica, bem como da produção acadêmica sobre segurança pública para demonstrar sua importância e a viabilidade de periódicos científicos eletrônico especializados.

No que diz respeito aos meios de investigação empregados, se constituiu em uma pesquisa bibliográfica, definida de acordo com Vergara (2000) como “o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Este tipo de trabalho fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. Podemos considerar que na pesquisa foi utilizado também o estudo de caso, que é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Este tipo de método de investigação tem caráter de profundidade e detalhamento e pode ou não ser realizado no campo. Isso ocorreu na medida em que se investigou a existência de produtos semelhantes ao proposto neste artigo, e buscou-se informações sobre a produção acadêmica envolvendo o tema, bem como a periodicidade em organizações de segurança pública.

Na primeira fase do estudo realizou-se o levantamento de bibliografias para fundamentar conceitos teóricos da pesquisa, verificar alguns requisitos para o produto a ser sugerido, bem como, recomendar melhorias nos existentes. Em seguida foi realizada pesquisa sobre dados de produção científica em segurança pública, por meio de consultas a órgãos públicos, e foi feito um levantamento de ferramentas semelhantes em outros países. Após armazenamento das informações discutiu-se sobre o assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a apresentação da literatura sobre a comunicação científica e critérios para seu veículo de publicação, do contexto da SENASP e sua relação com a promoção do conhecimento, este tópico destinou-se a apresentar e discutir dados correlatos sobre a produção nacional envolvendo assuntos ligados a segurança pública e alguns veículos de comunicação científica relacionados a área, sempre com foco em averiguar se haveria demanda e sustentabilidade para periódicos científicos eletrônico especializado.

Nesse sentido, inicialmente, apresenta-se os resultados da análise dos dados produzidos do mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública segundo Lima (2009), que, para identificar a produção nacional sobre essa temática, realizou levantamento, no Banco de Teses e Dissertações da Capes, de estudos e pesquisas que apresentavam as seguintes palavras-chave: conflitualidade, crime, criminalidade, direitos humanos, guardas municipais, justiça criminal, polícia, prisão, segurança municipal, segurança urbana, tráfico de drogas e violência.

Na pesquisa, que compreendeu o período de 1983 a 2006, verificou-se a produção de 8.205 teses e dissertações que versavam sobre a temática da violência e da segurança pública. Essa produção desenvolveu-se em um conjunto de 168 universidades brasileiras e 3.232 professores orientadores (LIMA, 2009). No anexo A, visualiza-se a distribuição dos trabalhos por palavra-chave e verifica-se que violência

(33,1%), crime (18,5%), direitos humanos (15,1%) e criminalidade (14,1%) são as que detêm mais de 80% da produção.

Segundo Lima (2012), de acordo com a Capes, o país conta em 2012 com mais de 3.300 teses e dissertações sobre segurança pública. Se fossem adicionados a esse número a quantidade de teses e dissertações que possuem palavras-chave assemelhadas ao assunto (crime, violência e direitos humanos, entre outros), se atingiria um impressionante número de mais de 20 mil trabalhos acadêmicos defendidos nos últimos 30 anos.

De acordo com Lima (2009), segundo as grandes áreas do conhecimento definidas pela CAPES, observa-se que a produção de teses e dissertações está concentrada principalmente nas grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas (44,1%) e Ciências Humanas (39,1%). Com relação às áreas do conhecimento, destaca-se o foco da produção em Direito (34,9%) e Ciências Sociais (12,7%) (ANEXO A).

Ainda segundo o estudo, pelos dados da Capes, temas como perícias forenses, técnicas de identificação por DNA, análise de materiais e de explosivos, também fundamentais no planejamento de políticas de segurança pública, não têm sido associados diretamente com as palavras-chave analisadas. “Há, ao que tudo indica, um descolamento entre produção acadêmica e pesquisa aplicada na segurança pública” (LIMA, 2009). Isso pode ser notado ao verificar que estudos envolvendo as Ciências Biológicas respondem por 0,3% da produção acadêmica sobre segurança e violência e, na mesma direção as Engenharias são responsáveis por apenas 0,7% dessa produção (ANEXO A).

Seguindo a metodologia utilizada no levantamento de Lima (2009), e considerando a instituição Corpo de Bombeiros Militar outra organização constitucionalmente ligada ao setor de segurança pública, após consulta ao banco de dados da Capes (BRASIL, 2012a), buscou-se apresentar também os resultados da tabulação e cruzamento dos resumos de teses e dissertações que continham palavras-chaves relacionadas às atribuições legais dessa organização (ANEXO B). O levantamento abrangeu o período de 1983 a 2011, e os dados mostram a produção de 3.343 teses e dissertações que tratam sobre temáticas variadas relacionadas à atividade de bombeiro. Na distribuição dos trabalhos por palavra-chave identifica-se

que Acidente de trabalho (19,86%), Incêndio (17,38%), Desastre (15,76) e Acidente de trânsito (12,77%), são as que detêm maior parte da produção. Ressalta-se que o levantamento no banco de dados da Capes não computou trabalhos acadêmicos de cursos de graduação e especialização (BRASIL, 2012a).

Limitando-se ainda ao contexto da produção envolvendo o assunto segurança pública, analisando brevemente o plano de carreira desses profissionais, constata-se que o ingresso em organizações federais tem como requisito nível de formação superior, havendo uma forte tendência para que este critério também seja adotado por instituições estaduais. Nos estados que ainda não adotam este requisito, dependendo da função pública a ser ocupada pelo candidato aprovado em concurso, uma graduação é adquirida em curso de formação realizado durante estágio probatório. Independente disso, em algum momento da vida funcional, a progressão de carreira é condicionada, ou torna-se potencial, com a conclusão de ao menos um curso de pós - graduação, geralmente, envolvendo temas do setor. Desse modo, foram consultadas algumas instituições estaduais, por meio de profissionais ligados aos respectivos centros de ensino e pesquisa, a fim de obter os dados sobre sua produção acadêmica no período de 2006-2012 (ANEXO C).

Os dados fornecidos pelos centros de ensino se referem ao trabalho de conclusão de curso de dois cursos especialização, normalmente, desenvolvidos em parcerias com universidades, exceto os dados do Instituto de Pesquisa da Brigada Militar em que foram acrescidos os números de trabalhos finais dos cursos de formação superior policial militar (CSPM), do curso de especialização de bombeiro para oficiais (CEBO) e curso de especialização em psicopedagogia ocorrido no ano de 2010. Mesmo que, em alguns desses centros, não tenha ocorrido cursos de especialização em determinado ano, de certa forma, eles já são regulares dentro de grande parte das instituições de segurança. Apesar dos dados do ano de 2012 ainda não terem sido atualizados, e da dificuldade encontrada para se obter os dados da Academia do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal discriminados anualmente, é possível constatar uma média de produção de aproximadamente 223 trabalhos acadêmicos por ano, nos últimos sete anos. Destaca-se que os autores são

profissionais de diversas instituições ligadas a segurança pública, e que foram considerados os dados de apenas de cinco organizações do país.

Observa-se que é possível encontrar grande quantidade produção científica envolvendo o setor, as quais têm sido desenvolvidas por acadêmicos nos mais diversos níveis formação - de graduação a doutorado. Desconsidera-se aqui a produção individual e de grupos de estudos. Além disso, o levantamento da Lima (2009) mostrou que do total de teses e dissertações com as palavras-chaves pesquisadas entre 1983 a 2006, cerca de 82% foram produzidas a partir do ano 2000, indicando que essa produção tem sido cada vez mais frequente na última década.

Nesse contexto é que os números da produção nacional na área de segurança pública impressionam, com temas multidisciplinares, mostra-se um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas, capaz de atender os critérios de periodicidade e regularidade exigidos para criação e manutenção de um periódico científico. Com uma variedade de temas e autores, podem tratar de diversos assuntos ou serem especializados, tratando, por exemplo, de diversos aspectos de um mesmo assunto, com autores variados. Entretanto, segundo Lima (2012), “trata-se de um imenso estoque de conhecimento e que, paradoxalmente, quase não possui canais de disseminação e divulgação para a sociedade e/ou para o público especializado” (Grifo nosso).

No que diz respeito a essa demanda reprimida, após consulta ao banco de classificação de periódicos da Capes (webqualis), utilizando a busca por título, verificou-se a existência de apenas cinco periódicos científicos com a expressão “segurança pública” (BRASIL,2012c). Dentre elas três estão ligadas diretamente às instituições de ensino e pesquisa local, por exemplo, o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - revista eletrônica “Cadernos de Segurança Pública”. Apesar de não conter a expressão pesquisada, sabe-se que algumas instituições de ensino e pesquisa ligadas a órgãos de segurança pública mantêm sua própria revistas para publicação de seus trabalhos relacionados ao assunto, como é o caso da Polícia Militar do Espírito Santo com a Revista Preleção, bem como da Polícia Militar de São Paulo com a Revista NECPOP. Destaca-se que grande parte dessas revistas já migraram, ou estão transitando para a publicação em meio eletrônico.

Sobre isso, considerando os atributos que potencializam a visibilidade do periódico eletrônico tratados na revisão de literatura, apesar da credibilidade das instituições, as revistas vinculadas a essas organizações locais parecem ter mais visibilidade à comunidade científica dedicada aos temas das organizações, e aos acadêmicos envolvidos temporariamente com atividade de pesquisa nessas organizações. Nesse sentido, neste trabalho supõe-se que o atributo de visibilidade de um periódico científico e seus artigos seria potencializado na medida em que alcançasse maior quantidade de profissionais de segurança pública. Dado o sucesso do projeto de educação a distância da Senasp, refletida na grande quantidade de alunos por ciclos e de acesso à rede, o sitio Ministério da Justiça mostra-se como o mais promissor para maximizar esse alcance.

Com relação aos dois outros periódicos científicos classificados na Capes, pela expressão “segurança pública”, um deles é a Revista Brasileira de Segurança Pública, editada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com foco em promover o intercâmbio de informações qualificadas no que tange as relações entre segurança pública, violência e democracia, focando em políticas implementadas nas áreas de policiamento, ensino policial, monitoramento e avaliação de dados, justiça criminal e direitos humanos (RBSP, 2011). A outra se trata da única revista editada pela Senasp (Revista Segurança, Justiça e Cidadania), que aporta grandes temas da área segurança pública e da justiça criminal, fazendo isso em edições especialmente temáticas e com frequência irregular. Como ponto negativo, ressalta-se que as edições destas revistas não são encontradas no portal do Ministério da Justiça.

Outra questão a se destacar nesta pesquisa é que a revista da Senasp/MJ trabalha temas bastante amplos, numa perspectiva macro, tais como crime, violência e direitos humanos, sob um ponto de vista mais policial e voltado para implementação de políticas públicas abrangentes, o que sem dúvida é positivo, já que é a isso que se propõe. Entretanto, não é tão frequente temas mais convergentes, que visem o aumento da eficiência e eficácia de organizações de segurança pública, que abordem iniciativas estratégicas, administrativas e operacionais; a tecnologia atualmente aplicada à atividade fim; o melhoramento técnico-profissional; e experiências e soluções positivas das organizações estaduais, entre outros. Somando

a isso, percebe-se que também deixa uma lacuna para assuntos mais técnicos, relacionados, constitucionalmente, à atividade fim das polícias técnica investigativa e do Corpo de Bombeiros.

A respeito disso, a título de estudo de caso, este trabalho apresentou, em seu Anexo D, uma tabela relacionando revistas científicas internacionais voltadas especificamente para atividades finalísticas dos órgãos de segurança pública. Ela ainda trouxe informações sobre os objetivos e temas que buscam abordar. Espera-se que o exemplo internacional sirva de modelo e motivação para que o país, por meio de seu órgão nacional promotor de segurança pública, fomente e institua periódicos científicos especializados e institucionalizados sobre temas inerentes ao setor.

CONCLUSÕES

Durante o desenvolvimento deste estudo contatou-se que comunicação do conhecimento científico é fatores determinantes para o desenvolvimento social e que caracteriza-se pela produção e disseminação desse conhecimento. Nesse sentido, tão importante quanto o conteúdo gerado, mostra-se seu veículo de divulgação - periódico científico. Por meio da revisão bibliográfica, foi possível identificar que esse instrumento de informação deve atender a requisitos que os tornam dotados de mais ou menos créditos perante os praticantes da ciência. Como características influenciadoras dessa credibilidade destacaram - se a periodicidade e continuidade de publicação, a qual depende do volume de produção de qualidade; a acessibilidade que é facilitada pela publicação em formato eletrônico; e a visibilidade que é potencializada, pelo prestígio, credibilidade e acesso a organização que o edita.

A partir da consideração desses critérios e da investigação sobre a relação da Secretária Nacional de Segurança Pública com a promoção do conhecimento é que foi possível alcançar um dos pontos focais desse trabalho, já que a contextualização mostrou que a SENASP reconhece a disseminação do conhecimento científico como instrumento de promoção de segurança pública, e por isso desenvolve iniciativas contundentes a fim de que isso se concretize. Com os projetos em desenvolvimento conclui-se que a SENASP já possui uma rede colaborativa materializada, em praticamente todos os estados da federação, que potencialmente nutririam um

periódico científico eletrônico especializado gerido pelo órgão, mesmo que isso não fosse colocado como condição para o financiamento de pesquisas. Além disso, sua rede de ensino a distância, indica potencial para largo alcance da grande quantidade de profissionais de segurança pública espalhados pelo país, demonstrada no grande número de acesso à rede. Essa íntima relação da organização com o fomento à produção do conhecimento mostra que a Senasp, caminha ao encontro da credibilidade exigida pelo atributo de visibilidade de um periódico científico.

O alto índice dos indicadores de produção científica sobre temas de segurança pública, demonstraram não apenas a capacidade de periodicidade, como também um campo de estudos profícuo para produção acadêmica e altamente demandante por instrumentos de veiculação especializados para o setor. Sobre isso, ainda foi possível concluir que, apesar da existência de revistas científicas voltadas para o setor, inclusive uma editada da Senasp, ainda há a falta de espaço para publicação de artigos mais voltados para o aprimoramento das atribuições específicas das organizações componentes do sistema de segurança, ou seja, para o aperfeiçoamento da eficiência e eficácia estratégica, administrativa e operacional. Com isso o presente estudo aponta para a viabilidade da criação de periódicos eletrônicos especializados e propõe que a SENASP crie revistas voltadas para atividade fim dos órgãos executores de segurança pública, bem como hospede e faça a gestão dessa ferramenta no sítio do Ministério da Justiça/SENASP.

A intenção é de que as revistas eletrônicas proposta, tornem-se veículo de divulgação da produção científica gerada por projetos de pesquisa que busquem estudar segurança pública no Brasil. Espera-se que o formato eletrônico proporcione facilidade, agilidade e extensão ampla no acesso aos resultados das investigações desenvolvidas nas pesquisas voltados para as múltiplas temáticas que envolvem o setor, tanto no âmbito interno como no externo de cada organização. A intenção é a de alcançar não apenas as instituições componentes do sistema, mas também as acadêmicas, e outros agentes sociais que tenham interesses científicos. Dessa forma, pretende-se que a revista, além de ser um instrumento de estímulo e valorização da prática científica, que ela esteja comprometida com as diversas demandas sociais por conhecimento científico presentes na sociedade, que socialize soluções e experiências

positivas frente às necessidades de segurança pública, e de alguma maneira influencie na promoção da segurança à população brasileira.

Este trabalho abriu alguns caminhos que motivaram as seguintes recomendações direcionadas a SENASP:

1) Criar, na estrutura interna da SENASP, setor especializado em pesquisa da atividade profissional de segurança pública para desenvolver estudos, e coordenar a edição das ferramentas de gestão do conhecimento propostas neste artigo de modo a compor seu conselho editorial.

2) Estabelecer periodicidade regular para a Revista Segurança, Justiça e Cidadania, bem como os periódicos aqui propostos.

3) Divulgar em eventos nacionais e internacionais que envolvam assuntos de segurança pública as revistas que venham a ser editadas pela Senasp.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Portais eletrônicos: estudo comparativo da oferta em Comunicação. In: Encontro de Informação em Ciências da Comunicação.** São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/www_antigo/portcom2/endocom2004/Barbalho.PDF> Acesso em: 09 mar 2012.
- BRASIL. **Banco de Teses e Dissertações da Capes.** Capes, Brasília. 2012a. (www.capes.gov.br)
- _____. Constituição Federal Brasileira. Brasília, 1988.
- _____. **Presidente da Capes participa de abertura do ano acadêmico do IOC/Fiocruz e assina acordo de cooperação.** Capes, Brasília. 2012b Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/5278-presidente-da-capes-participa-de-abertura-do-ano-academico-do-iocfiocruz-e-assina-acordo-de-cooperacao>> Acesso em: 04 nov 2012.
- _____. **Webqualis.** Capes, Brasília. 2012c. (www.capes.gov.br).
- BINOTTO, Maria Angélica; DINIZ, Ilca Maria Saldanha. **Democratizar o acesso aos conhecimentos científicos: como, onde e por quê.** Lectura: EF Y Deportes - Revista Digital. Buenos Aires, v. 11, n. 105, Fev 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd105/democratizar-o-acesso-aos-conhecimentos-cientificos.htm>>. Acesso em: 04 jun 2012.
- CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2001.
- DANTAS, Geórgia Geogletti Cordeiro. **A busca e o uso da informação em rede: seguindo o trajeto do internauta em revista científica eletrônica.** Porto Alegre, 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado). - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/13797>>. Acesso em 05 jan 2012.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
- KURAMOTO, Hélio. **Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil.** Ciência da Informação, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/831/678>> . Acesso em: 20 jun 2012

- LANDI, Francisco Romeu (coord.); GUSMÃO, Regina (coord. executiva.), **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo: 2004**. São Paulo; FAPESP, 2005. [992]p. Disponível em:< <http://www.fapesp.br/2060>> Acesso em: 20 set 2012
- LIMA, Renato Sérgio de (coord.), **Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000)**. São Paulo; FAPESP, 2009. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/node/27207/> Acesso em: 28 out. 2012.
- _____, **Nota do Comitê Editorial. Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo v. 6, n. 2, 230-231 Ago/Set 2012b.
- MEADOWS, Arthur. Jack. **A comunicação científica**. Brasília, Briquet de Lemos Livros, 1999.
- MUELLER, Suzana P. M. **O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais**. DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, Belo Horizonte, n. zero, dez 1999. Disponível em: < http://dgz.org.br/dez99/F_I_art.htm >. Acesso em: 10 jul 2012.
- OLIVEIRA, F.C.B. **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação: uma análise dos membros do BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China**. V Encontro de Economia Catarinense, Florianópolis, 2011.
- UNESCO, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. **Relatório atual sobre Ciência 2010: atual status da ciência em torno do mundo**. Brasil, 2010.p.55. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001898/189883por.pdf> Acesso em: 28 set 2012.
- PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Comunidades científicas e infra-estrutura tecnológica no Brasil para uso de recursos eletrônicos de comunicação e informação na pesquisa**. Ciência da Informação, Brasília, v. 32, n. 3, p. 62-73, set./dez. 2003. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/27/24> >. Acesso em: 09 ago 2012.
- SENASP, Secretária Nacional de Segurança Pública. (Brasil). **Segurança Pública**. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRNN.htm>>. Acesso em 10 nov 2012
- SILVA, E. L.; Menezes, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: LED/UFSC, 2000.

- SILVEIRA, Tatiana Scalco. **Divulgação e Política Científica: Do Bar do Mane à Ciência Hoje (1982-1998)**. Campinas, 2000: 196 f. Dissertação (Mestrado). – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000197755> . Acesso em 02 dez 2011.
- SOUZA, Elaine Pereira de; PAULA. Maria Carlota de Souza. **QUALIS: a base de classificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação da CAPES**. INFOCAPES : Bol. Inf., Brasília, v. 10, n.2, p. 6-24, abr/jun2002. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Infocapes10_2_2002.pdf . Acesso em: 09 dez 2011.
- TARGINO, Maria das Graças. **Comunicação Científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação**. Brasília, 1998. 387 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília.
- _____. **Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos**. Revista Informação & Sociedade: Estudos. João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000.
- VANZ, Samile Andréa de Souza. **A Produção Discente em Comunicação: análise das citações das dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do Rio Grande do Sul**. 2004.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 3ª ed., 2000.
- VIDAL, M. C., **A ergonomia na empresa: útil, prática e aplicada**. Rio de Janeiro: Editora Virtual Científica, 2001.
- VIEIRA, Sônia Chagas. **Revistas Científicas: Estudo da visibilidade das revistas publicadas pela Universidade Federal da Bahia-UFBA**. Salvador, 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado). – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=633 >. Acesso em: 05 jun 2009. Porto Alegre, 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/3926> >. Acesso em: 05 dez 2011.

ANEXO A

Resultado de pesquisa no banco de dados da Capes sobre produção científica sobre temas de segurança pública (LIMA, 2009)

Teses e Dissertações por Palavra-Chave - Brasil 1983-2006

Palavras-Chave	Teses e Dissertações	
	Nº Absoluto	%
Total	8.205	100,0
Conflitualidade	38	0,5
Crime	1.521	18,5
Criminalidade	1.153	14,1
Direitos Humanos	1.237	15,1
Guardas Municipais	7	0,1
Justiça Criminal	65	0,8
Polícia	822	10,0
Prisão	531	6,5
Segurança Municipal	1	0,0
Segurança Urbana	5	0,1
Tráfico de Drogas	107	1,3
Violência	2.718	33,1

Teses e Dissertações por Área do Conhecimento - Brasil 1983-2006

Grande área	Área	Teses e Dissertações	
		Nº Absoluto	%
Total		8.205	100,0
Ciências Humanas	Total	3.209	39,1
	Ciências Sociais	1.046	12,7
	História	633	7,7
	Psicologia	638	7,8
	Educação	580	7,1
	Outras	312	3,8
Ciências Sociais Aplicadas	Total	3.619	44,1
	Direito	2.867	34,9
	Serviço social	287	3,5
	Administração	127	1,5
	Comunicação	170	2,1
Ciências da Saúde	Total	760	9,3
	Saúde Coletiva	347	4,2
	Medicina	176	2,1
	Enfermagem	159	1,9
Linguística, Letras e Artes	Total	312	3,8
	Letras	240	2,9
	Outras	72	0,9
Engenharias		57	0,7
Ciências Exatas e da Terra		46	0,6
Ciências Agrárias		22	0,3
Ciências Biológicas		24	0,3
Multidisciplinar		156	1,9

ANEXO B

Resultado de pesquisa no banco de dados da Capes sobre produção científica de Teses e Dissertações por Palavra-Chave envolvendo atribuições do Corpo de Bombeiros - Brasil 1983-2011

Filtro	Palavras - Chaves	Teses e Dissertações	
		Nº Absoluto	%
	Total	3343	100%
expressão exata	Bombeiro	151	4,52%
expressão exata	Incêndio	581	17,38%
todas as palavras	Busca, Resgate e Salvamento	4	0,12%
expressão exata	Salvamento Aquático	2	0,06%
todas as palavras	Perícias e Investigação de Sinistros	1	0,03%
todas as palavras	Equipamentos de Proteção Individual	285	8,53%
expressão exata	Hidrantes	6	0,18%
expressão exata	Busca e Salvamento	18	0,54%
expressão exata	Produtos Perigosos	71	2,12%
expressão exata	Risco de fogo	5	0,15%
expressão exata	Risco de explosão	13	0,39%
todas as palavras	Emergência Radioativa	5	0,15%
todas as palavras	Operações de mergulho	94	2,81%
expressão exata	Acidente de trabalho	664	19,86%
expressão exata	Acidente de trânsito	427	12,77%
expressão exata	Segurança no trabalho	178	5,32%
expressão exata	Engenharia de segurança	49	1,47%
expressão exata	Atendimento pré-hospitalar	76	2,27%
expressão exata	Defesa civil	135	4,04%
expressão exata	Situação de emergência	31	0,93%
todas as palavras	Estado de calamidade pública	20	0,60%
expressão exata	Desastre	527	15,76%

Fonte : Capes (2012)

ANEXO C

Produção acadêmica de centros de ensino e pesquisa de organizações de segurança pública no período de 2006-2012

Centros de formação/pesquisa	Tipo de Trabalho Científico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Academia- PMGO	Monografia /Artigo	20	61	61	-	30	44	42	258
Academia - PMMT	Monografia /Artigo	-	-	45	70	55	67	20	257
Academia - CBMDF	Monografia	-	-	-	-	-	-	-	451
Academia - CBMGO	Monografia /Artigo	43	-	19	-	-	46	66	174
Instituto de Pesquisa da Brigada Militar/RS	Monografia	42	18	65	35	140	119	-	419
Fonte: Respectivas Instituições de Ensino								Total Geral	1559

ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MATO GROSSO NA TEMPORADA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS 2015

Paulo André da Silva Barroso¹
Flávio Glédson Vieira Bezerra²
Jean Carlos Pinto de Arruda Oliveira³

RESUMO

A finalidade deste trabalho é apresentar as ações desenvolvidas pelo Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), unidade operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso, que tem como missão prevenir, controlar e combater os incêndios florestais em todo o Estado. Esta unidade foi criada na Lei de Organização Básica da Corporação em 2010 e estruturada com recursos oriundos do Fundo Amazônia. Na Temporada de Incêndios Florestais 2015, pela primeira vez o Batalhão pôde atuar com todos os seus meios materiais. O Plano de Operações foi alinhado à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, a partir da qual se estabeleceu o ciclo anual de incêndio florestal, atendendo quatro das cinco etapas doutrinárias: Prevenção, Mitigação, Preparação e Resposta. Todas as ações previstas neste Plano foram realizadas devido à existência do BEA.

Palavra-chave: *Batalhão de Emergências Ambientais - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil- Incêndios Florestais - Resultados Satisfatórios.*

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present the actions undertaken by the Battalion of Environmental Emergencies (BEA), operation of the Fire Brigade of Mato Grosso, whose mission is to prevent, control and combat forest fires throughout the state. This unit was created in the Basic Organization of the Corporation Law in 2010 and structured with resources from the Amazon Fund. In the season of forest fires in 2015, the first time the battalion was able to act with all their equipment. The Operations Plan was aligned to the National Policy on Protection and Civil Defence, from which it established the annual cycle of forest fire, taking four of the five doctrinal steps Prevention, Mitigation, Preparedness and Response. All actions under this Plan were achieved due to the existence of the BEA.

Keywords: *Battalion of Environmental Emergencies - the National Policy for the Protection and Civil Defence - Forest Fire - satisfactory results.*

¹ Oficial do Corpo de bombeiros Militar de Mato Grosso

² Oficial do Corpo de bombeiros Militar de Mato Grosso

³ Oficial do Corpo de bombeiros Militar de Mato Grosso

INTRODUÇÃO

O Mato Grosso é o 3º estado brasileiro em dimensão territorial com uma área total de 903.378,90 km², sendo que 519,700 km² (0,057%) corresponde a área urbana. Possui três biomas distintos: Floresta Amazônica com 470.180,70 km² (52,16%), Cerrado com 367.779,38 km² (40,80%) e Pantanal com 63.459,97 km² (7,04%). Uma população de 3.033.091 habitantes (IBGE, 2010), distribuída em 141 municípios (MIRANDA e AMORIM, 2000). Com uma densidade demográfica de 3,36 habitantes/km² e a economia voltada, principalmente, para a agropecuária pode-se afirmar que o Mato Grosso é um estado rural.

O Corpo de Bombeiros Militar é a instituição governamental legitimada para prevenir e combater os incêndios florestais. Atualmente com 1.384 integrantes, que corresponde a 36% do efetivo previsto de acordo com a sua Lei de Organização Básica, está instalado somente em 18 municípios do Estado (MATO GROSSO, 2010). A deficiência de pessoal configura-se claramente como um dos principais fatores limitadores da Corporação. Sendo assim, os demais 123 municípios ficam sem a devida assistência nas diversas ocorrências de emergência tipo bombeiro.

Nos últimos 15 anos o Mato Grosso tem sido o estado brasileiro que registra o maior número absoluto de focos de calor (INPE, 2015). Esta lamentável posição neste ranking se dá, dentre outros motivos, principalmente pela condição climática sazonal, que se caracteriza por um longo período de estiagem entre os meses de julho e setembro, com registro de baixíssimos índices de umidade relativa do ar e devido à negligência do homem do campo que, criminosamente usa o fogo e descumpe o decreto que proíbe a sua utilização neste período.

Em agosto de 2012, o Ministério de Integração Nacional publicou a Instrução Normativa 01 e seu anexo a COBRADE (Codificação Brasileira de Desastres), que classifica os incêndios florestais como desastre natural. Em âmbito estadual, esta hipótese de desastre pode ser tratada sob dois aspectos: ambiental e de proteção e defesa civil (BRASIL, 2012b).

A Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar criou em 2010 uma unidade especializada, o Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), que tem

como missão prevenir, controlar e combater os incêndios florestais em todo o Estado. (MATO GROSSO, 2010).

Esta nova unidade possibilitou a captação de R\$ 12.625.000,00 junto ao Fundo Amazônia e mais um investimento de R\$ 4.117.500,00 como contrapartida do Estado (FUNDO AMAZÔNIA, 2015). Este investimento permitiu que o Corpo de Bombeiros Militar estruturasse o BEA para cumprir sua missão.

O objetivo deste trabalho é apresentar a atual estrutura do Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso, bem como os dados do seu desempenho no enfrentamento dos incêndios florestais nesta primeira temporada com a estrutura do BEA disponível. Realizar uma breve discussão sobre os resultados alcançados e divulgar os novos produtos que estão sendo entregues à população mato-grossense.

MATERIAL E MÉTODOS

O material utilizado para desenvolver este trabalho relaciona-se aos veículos, aeronaves e equipamentos operacionais específicos e aos bombeiros militares pertencentes ao Corpo de Bombeiros Militar. A figura 1 a seguir mostra uma imagem dos recursos do Batalhão de Emergências Ambientais (BEA).



Fonte: CBMMT

Figura 1 – Batalhão de Emergências Ambientais

A metodologia aplicada neste trabalho está contida no arcabouço doutrinário de uma Corporação Bombeiro Militar, que certamente não pode ser descrita detalhadamente aqui, sobretudo pela sua amplitude.

Contudo, a maneira de aplicá-la neste contexto, se dá por meio de um documento denominado Plano de Operações, onde se estabelece a finalidade, o objetivo, os recursos materiais, humanos e financeiros, o modus operandi e os resultados desejados.

Plano de Operações

O Plano de Operações da Temporada de Incêndios Florestais 2015 possui no seu escopo ações bem definidas para cada etapa de acordo com a doutrina de Proteção e Defesa Civil (BRASIL, 2012a). Partindo desta referência definiu-se, então, o ciclo de incêndio florestal. O quadro 1 a seguir ilustra o ciclo anual de incêndio florestal no Mato Grosso.

ETAPA		MESES
Planejamento	Pré evento(antes)	JAN e FEV
Prevenção		MAR a JUN
Preparação		MAI a JUN
Combate	Evento (durante)	JUL a OUT
Avaliação	Pós vento(depois)	NOV e DEZ

Quadro 1 – Ciclo de incêndio florestal no Mato Grosso.

Todo o planejamento da operação, bem como a coordenação e execução ficou sob a responsabilidade do BEA. Embora este Batalhão não possua, ainda, efetivo designado, o comando da Corporação suspendeu férias e licenças de todos os bombeiros durante este período (15 de julho a 15 de setembro). O efetivo sobressalente nas unidades operacionais decorrente deste ato administrativo ficou a disposição do BEA para executar as ações previstas no Plano.

Prevenção

A etapa de prevenção, que se situa entre março e junho, deu início aos trabalhos da temporada com a realização do I Seminário Estadual de Prevenção, Controle e Combate a Incêndios Florestais. O evento teve a participação das agências correlatas (IBAMA, SEMA, ICMBio, CBMMT, SUDEC, e FUNAI) que apresentaram estudos de caso, bem como seus respectivos Planos de Operações para a Temporada 2015.

Todas as outras ações previstas no plano tais como palestras, treinamentos de brigadistas e elaboração de folder para campanha preventiva foram desenvolvidas pelo BEA em apoio à Superintendência de Educação Ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Preparação

A etapa de preparação, que se situa entre maio e junho, foram previstas e realizadas as seguintes ações: - visita a 15 municípios do bioma amazônico a fim de apresentar o protocolo de intenções aos gestores para estruturação da Brigada Municipal Mista, que foi um dos instrumentos de resposta; - treinamento dos integrantes desta brigada; - encaminhamento de ofício aos municípios para obter apoio às Bases Descentralizadas no período proibitivo para uso do fogo (ação de resposta); - elaboração de spots para rádio, jornal e TV para veiculação antes, durante e após o período proibitivo (não realizado); - elaboração de uma cartilha instrutiva temática (não realizado); - nivelamento de tropa terrestre para operação com o apoio aéreo.

Resposta

Na etapa de resposta o Corpo de Bombeiros Militar adotou como estratégia a estruturação e operacionalização de cinco instrumentos: as Unidades Bombeiro Militar já existente (resposta nível 1), as Brigadas Municipais Mistas (resposta nível 1), as Bases Descentralizadas (resposta nível 1), as Equipes de Intervenção de Apoio Operacional (resposta nível 2) e o Grupo de Aviação Bombeiro Militar (resposta nível 2) juntamente com o BEA.

As Unidades Operacionais Bombeiro Militar são aquelas que se encontram instaladas nos 18 municípios mais populosos do Estado e proveram a primeira resposta (nível 1). O serviço de extinção de incêndio em vegetação urbana, bem como os incêndios florestais ocorridos no município sede, foi reforçado, em alguns casos, pelos caminhões pipas e brigadistas contratados pela prefeitura. O custeio deste instrumento de resposta é exclusivo do Corpo de Bombeiros Militar e teve a participação das seguintes prefeituras: Cuiabá, Várzea Grande, Sinop e Sorriso.

A Brigada Municipal Mista é um novo conceito fundamentado na integração de esforços, onde o Estado, Município, empresas rurais e entidades de classe assumem compromissos a fim de estruturar a primeira resposta (nível 1) aos incêndios florestais em municípios que não possuem unidades bombeiro militar. A Brigada é composta por 2 bombeiros militares e 6 brigadistas contratados exclusivamente ou cedidos pela prefeitura, que operam os 100 dias do período proibitivo para uso do fogo, das 0800h às 1800h (BARROSO e ROSAS, 2015). Os veículos, equipamentos e uniformes são fornecidos pelas empresas rurais e entidades de classe parceiras. Este conceito de integração de esforços é preconizado na Estratégia Internacional para Redução de Desastres e recomendado pelas Nações Unidas. (EIRD, 2000). O quadro 2 a seguir apresenta o investimento de cada partícipe na estruturação da Brigada.

Partícipe	Valor (R\$)	Percentual (%)
ESTADO	57.216,16	57,80
MUNICÍPIO	25.530,00	25,80
EMPRESAS RURAIS	16.238,00	16,40
TOTAL	98.984,16	100

Fonte: Mato Grosso (2015)

Quadro 2 - Investimento de cada partícipe para estruturar uma Brigada Municipal Mista.

A Base Descentralizada fundamenta-se nos conceitos de mobilidade, monitoramento, vigilância ostensiva e combate. É composta por 4 bombeiros militares que circulam, em veículo próprio equipado e caracterizado do Corpo de

Bombeiros e locados pela SEMA, pelos municípios que apresentam maior desmatamento recente e/ou maior índice de focos de calor, ou ainda que ameaçam Unidades de Conservação. A base descentralizada realiza o monitoramento dos focos de calor registrados pelo INPE, verificando in loco se o foco monitorado é incêndio florestal e em caso de confirmação, inicia-se imediatamente o combate provendo a primeira resposta (nível 1). O custeio deste instrumento de resposta foi dividido entre a SEMA e o Corpo de Bombeiros Militar.

As Equipes de Intervenção de Apoio Operacional são responsáveis pelo fortalecimento da atividade de resposta de combate aos incêndios florestais de nível 2, ou seja, aqueles incidentes que superam a capacidade de resposta das unidades operacionais, brigadas municipais mista e bases descentralizadas. As equipes de intervenção possuem um aporte de recursos logístico e humano superior aos demais instrumentos de resposta apresentada no nível 1. O custeio deste instrumento de resposta foi dividido entre a SEMA e o Corpo de Bombeiros Militar.

O Grupo de Aviação tem a responsabilidade de fazer a gestão dos recursos aéreos a serem empregados no combate aos incêndios florestais. Esta subunidade do BEA faz a coordenação direta da operação das duas aeronaves de combate a incêndios florestais do Corpo de Bombeiros, bem como a articulação para emprego de quatro aeronaves leves de transporte de asa fixa e três aeronaves de asas rotativas da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso. O engajamento do Grupo de Aviação se dá principalmente quando os recursos de resposta nível 1 foram insuficientes para proporcionar combate efetivo à determinada frente de incêndio, portanto configura-se como instrumento de resposta nível 2 e trabalha em apoio às equipes terrestres. De maneira geral, para entrar em ação, considera-se fatores como: acesso dos recursos terrestres, logística de abastecimento, tempo-resposta, pistas de pouso e sua distância e a segurança das operações. Além das ações de resposta o Grupo de Aviação também empenha os recursos aéreos disponíveis em missões de reconhecimento e monitoramento de incêndios florestais, fiscalização e transporte de equipes e equipamentos. O custeio deste instrumento de resposta foi dividido entre o Corpo de Bombeiros Militar e do Centro Integrado de Operações Aéreas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o dia 27 de setembro de 2015 o INPE registrou 135.875 focos de calor em todo o Brasil. O Mato Grosso foi responsável por 16,43 % deste total, sendo infelizmente, mais uma vez o campeão nacional em números absolutos registrando 22.327 focos. Entretanto, quando se busca uma comparação do número de focos por área territorial obtém-se a taxa. Neste quesito, o Mato Grosso foi o quinto colocado entre os nove Estados da Amazônia Legal. Destaca-se também que enquanto no Brasil houve um aumento 21,78% em relação a 2014, no Mato Grosso registrou-se o segundo menor aumento de focos de calor, 8,41%, ficando atrás somente do Estado de Roraima que concentra os incêndios florestais mais próximos do fim do ano. Este resultado ficou 22 pontos percentuais abaixo da média registrada pelos estados da Amazônia Legal, 30,49%, e podem ser observados nos quadros 3 e 4 a seguir.

Ranking	Ente	Focos de calor		Percentual (%)
		2014	2015	
-	Brasil	111.578	135.875	+ 21,78%
1°	Roraima	1.375	1.280	-6,90%
2°	Mato Grosso	20.594	22.327	+8,42%
3°	Tocantins	10.024	11.075	+10,48%
4°	Maranhão	12.989	14.994	+15,44%
5°	Pará	16.466	20.449	+24,19%
6°	Acre	3.291	4.347	+32,09%
7°	Amapá	163	244	+49,69%
8°	Amazonas	6.784	10.655	+57,06%
9°	Rondônia	5.626	10.348	+83,93%

Fonte: INPE 2015 (satélite de referência).

Quadro 3 – Focos de calor (absoluto) no Brasil e Estados da Amazônia Legal de 01 JAN 15 a 27 SET 15.

Lugar	Ente	Área (km ²)	Focos de calor	Taxa
1	Maranhão	331.983	14.994	0,04516
2	Rondônia	237.576	10.348	0,04355
3	Tocantins	277.621	11.075	0,03989
4	Acre	164.123	4.347	0,02648
5	Mato Grosso	903.378	22.327	0,02471
6	Pará	1.247.690	20.449	0,01638
7	Amazonas	1.559.148	10.655	0,00683
8	Roraima	224.299	1.280	0,00570
9	Amapá	142.815	244	0,00170

Fonte: INPE 2015 (satélite de referência).

Quadro 4 - Taxa de focos de calor entre os Estados da Amazônia Legal até 01 JAN 15 a SET 15.

O desempenho operacional do Plano apresenta todas as ações desenvolvidas durante a etapa de resposta. Diferente dos anos anteriores quando somente se extinguia o incêndio, nesta temporada outros produtos (em destaque) foram entregues e sistematizados. O quadro 5 a seguir mostra este resultado.

Evento		Absoluto	Horas
Palestra		86	77,23
Formação de brigadistas		158	168
Combate		266	1.081
Monitoramento	Assentamento	164	415,9
	Terra indígena	17	75,8
	Unidade conservação Federal	24	392,5
	Unidade conservação estadual	66	160,57
	Unidade conservação municipal	34	174,06
	Propriedade privada	109	434,52
Perícia de incêndio florestal		6	336
Diversos		37	133,32

Fonte: Mato Grosso (2015).

Quadro 5 - Desempenho operacional do Corpo de Bombeiros Militar em número absoluto e em horas (até 27SET15).

Outra novidade que merece atenção, sobretudo pelos resultados obtidos são as Brigadas Municipais Mistas (BMM). O resultado encontra-se no quadro 6 a seguir.

Brigada Municipal Mista	2014	2015	Variação (%)
Claudia	234	29	-87,60
Sinop	13	5	-61,43
Sapezal	55	44	-20
Campo Novo do Parecis	11	28	+155

Fonte: INPE, 2015(satélite de referência).

Quadro 6 - Focos de calor nos municípios estruturados com Brigadas Municipais Mistas de 15 JUL a 27 SET 15

Com exceção da BMM de Campo Novo do Parecis, todas as demais brigadas registraram redução dos focos de calor de até 87,6% durante o período proibitivo para uso do fogo. Esta diferença é significativa em comparação com os resultados do Brasil e dos estados da Amazônia Legal (quadro 3).

Entretanto, diferente dos demais municípios, Campo Novo do Parecis possui as Terras Indígenas Utiairiti e Ponte de Pedra que ocupa 29,44% do seu território. Acredita-se que o aumento dos focos de calor neste município ocorreu em razão da cultura deste povo que costuma utilizar o fogo para diversos fins. Um estudo de campo está sendo realizado para entender este aumento dos focos de calor bem acima da média do Estado.

CONCLUSÕES

É inegável que os índices de focos de calor registrados pelos satélites este ano, mantiveram até agora o Mato Grosso numa (primeira) posição desconfortável em relação aos demais Estados. Fica claro, também que em números absolutos estes focos são bastante expressivos.

No entanto, em números relativos o Mato Grosso já está “vencendo esta batalha”. E a principal arma que está sendo utilizada para mudar este quadro é a integração e a cooperação, com envolvimento de agências federais, estaduais e

municipais, bem como o setor privado e entidades de classe na mitigação deste problema.

Está claro que a partir desta Temporada 2015 novos instrumentos de resposta foram empregados, o que possibilitou melhores resultados e pela primeira vez, o estabelecimento de um Sistema Estadual de Combate a Incêndios Florestais, o qual a participação do BEA foi decisiva.

Além disso, há que se destacar ainda que a perícia florestal foi sistematizada no âmbito da Corporação. Uma ferramenta indispensável para o processo de responsabilização sob a ótica do Novo Código Florestal, que exige o nexo causal (a prova) do crime ambiental pôr fogo em vegetação.

Merece destaque também o Sistema de Gestão de Incêndios Florestais, que está em fase de teste e será, na próxima Temporada, utilizado como um banco de dados que disponibilize todas as informações correlatas facilitando as decisões e planejamentos no âmbito corporativo, bem como servir para fundamentar estudos científicos na área acadêmica.

Cabe ressaltar que está previsto no planejamento deste ano a realização do 1º Curso de pós-graduação Lato Sensu em Prevenção, Controle e Combate a Incêndios Florestais do Mato Grosso. Oportunidade criada pelo Corpo de Bombeiros Militar que habilitará profissionais da área ambiental e agrária elaborem os Planos de Prevenção, Controle e Combate a Incêndios Florestais para as propriedades rurais, além obviamente, de criar a massa crítica para desenvolver novos modelos pautados da adaptação e resiliência ao fogo.

Assim sendo, pode-se afirmar que Corpo de Bombeiros Militar, por meio do Batalhão de Emergências Ambientais, está sendo um importante ator neste cenário.

Desta forma, a Corporação tem plena convicção de que está fazendo o seu papel perante a sociedade mato-grossense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.

BARROSO, P. A. S. e ROSAS, R. O. Recursos públicos e privados para resposta aos Incêndios Florestais no município de Rosário Oeste – um modelo viável para o Estado de Mato Grosso. In **História e Direito IV- Democracia, Relações econômicas e Sociedade**.. Organização: Edson Alvisi Neves, Gilvan Luiz Hansen e Marisa Machado da Silva. p 185-208. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p 185-208

BRASIL(a). **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Lei 12.608, de 11 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, dispõe do sobre o SINPDEC, e o COMPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providencias.

_____. **Instrução Normativa n: 1**, de 24 de agosto de 2012. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências.

CASTRO, A. L. C. **Segurança global da população**. Ministério de Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília: Imprensa Nacional, 2007. 65 p.

EIRD. **Estratégia Internacional para Redução de Desastres**. Nações Unidas: Genebra, 2000. Disponível em < http://www.integracao.gov.br/cidadesresilientes/pdf/mah_ptb_brochura.pdf > acessado em 27/09/2015 às 1130h

FUNDO AMAZÔNIA. **Projeto Bombeiros Florestais do Mato Grosso**. Disponível em< http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquardo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/CBMMT > acesso em 27/09/2015 às 1710h.

IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Disponível em < <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/> >acesso em 27/09/2015 as 1815h

INPE. **ÍNDICES DE FOCOS DE CALOR** Disponível em < <http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/> > Acesso em 27/09/2015 às 1835h

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MATO GROSSO. **Lei Complementar n. 404, de 30 de junho de 2010.** Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros.

MATO GROSSO. **Plano de Operações da Temporada de Incêndios Florestais 2015.** Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso. Cuiabá: Batalhão de Emergências Ambientais, 2015. 52p.

MATO GROSSO. **Informativo 007 da Operação da Temporada de Incêndios Florestais 2015.** Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional. Cuiabá: CIMAN, 2015. 6p.

MIRANDA, L. e AMORIM, L. **Mato Grosso: atlas geográfico.** Cuiabá: Entrelinhas, 2000. 40p.

SOARES, Ronaldo Viana e BATISTA, Antônio Carlos. **Incêndios Florestais: controle, efeito e uso do fogo.** Curitiba: FPEF, 2007. 250p.

OS EFEITOS DOS AGENTES DE RISCO E DOS ACIDENTES DE TRABALHO AOS BOMBEIROS MILITARES DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT

Gustavo Corrêa da Silva Campos¹

RESUMO

Uma instituição renomada como o CBMMT (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso) tem por si só, inúmeras atribuições previstas em lei, desde o artigo 144, § 5º da Constituição Federal até as atividades de risco previstas no artigo 82 da Constituição Estadual, tais quais: prevenção e extinção de incêndios urbanos, industriais e florestais; serviços de proteção, busca e salvamento; socorros de urgência, atividades de Defesa Civil, ocorrências envolvendo produtos perigosos, salvamento aquático, mergulho autônomo, salvamento em altura, dentre outros. Este estudo, além de mostrar os ganhos que os combatentes eventualmente poderão ter, ainda pretende pontuar que ao se colocar em prática programas preventivos, os números de acidentes corriqueiros podem ser reduzidos. Contudo, concluiu-se como imprescindível a conscientização e treinamento dos militares dentro dos Batalhões e Companhias Independentes existentes no Estado de Mato Grosso, a fim de garantir que a segurança dos bombeiros militares seja eficaz.

Palavras-chave: *Prevenção – Riscos – Acidentes – Bombeiros.*

ABSTRACT

A renowned institution like CBMMT (Military Firefighters Corps of the State of Mato Grosso) is itself numerous duties provided by law, from Article 144, § 5 of the Federal Constitution to risk activities provided for in Article 82 of the State Constitution such that: prevention and extinction of urban, industrial and forest fires; protection services, search and rescue; emergency aid, civil defense activities, events involving hazardous materials, water rescue, scuba diving, rescue height, among others. This study, in addition to showing the gains that combatants may eventually have also want to point out that when putting into practice prevention programs, the number of ordinary accidents can be reduced. However, it was concluded as an indispensable awareness and training of the military within the existing Battalions and Independent Companies in the State of Mato Grosso in order to ensure the safety of firefighters is effective.

Keywords: *Prevention – Scratches – Accidents – Firefighters.*

¹ Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Bombeiro Militar D. Pedro II – RJ, especialista em Sistema de Comando de Incidentes – nível operador e nível multiplicador pelo CBMMT, especialista em Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas pelo CBMMT e formado no Estágio de Mergulho Autônomo pelo CBMMT.

INTRODUÇÃO

A princípio pode parecer fora do comum uma Instituição como o Corpo de Bombeiros Militar precisar de especialistas na área da segurança do trabalho atuando dentro de um órgão que por sua natureza possui conhecimento sobre os riscos e acidentes a que estão sujeitos. O bombeiro é constantemente preparado para estar sempre atento a própria segurança e de seu colega de trabalho. Por outro lado, o acidente é passível de ocorrer até mesmo com pessoas que teoricamente estão preparadas para lidarem com situações adversas, ou mesmo àquelas que se expõem frequentemente ao risco.

Segundo Vieira (2000, p.31), o ambiente de trabalho tem sido causa de mortes, doenças e incapacidades para um número incalculável de trabalhadores ao longo da história da humanidade.

Corriqueiramente o ambiente de trabalho em que os bombeiros atuam há exposição aos agentes de risco. Nesta linha de pensamento elaboraram-se as seguintes questões que servirão de base para este trabalho:

a) Os bombeiros estão conscientes de todos os riscos existentes a que estão expostos?

b) Há real necessidade de implantação de Programas de controle, proteção e conservação dentro do CBMMT?

Sejam em incêndios, operações com produtos perigosos, acidentes diversos com vazamento de combustível ou em qualquer outro sinistro que tem por variável uma atmosfera perigosa, é imprescindível ao bombeiro a utilização do equipamento respirador autônomo. Esse é um exemplo das muitas situações em que é completamente impossível se ter a certeza de quais são os riscos presentes no ambiente, tornando-se o Equipamento de Proteção Respiratória (EPR), nesse caso, fundamental para a preservação da saúde do socorrista.

Vejamos o que Vieira diz sobre segurança no trabalho:

A segurança no Trabalho pode ser resumida em uma frase: É a prevenção de perdas. Estas perdas às quais devemos nos antecipar referem-se a todo tipo de ação técnica ou humana, que possam resultar numa diminuição das funções laborais (produtivas, humanas, etc.). A segurança do trabalho são os meios preventivos

(recursos), e a prevenção dos acidentes é o fim a que se deseja chegar. (VIEIRA, 2000, p. 259).

Contudo, este trabalho tem como objetivo entender a relação entre os agentes de risco e a profissão de Bombeiro Militar; e a partir daí mostrar a importância dos programas preventivos e de proteção já existentes para evitar os acidentes de trabalho.

A metodologia a ser aplicada neste artigo caracterizou-se pela pesquisa bibliográfica, posteriormente foi aplicado um questionário para os bombeiros militares que trabalham na 13ª Companhia Independente de Bombeiro Militar, no município de Lucas do Rio Verde - MT, do qual foram retirados alguns dados e feitas algumas constatações. Outrossim, houve um estudo nas obras de autores como Vieira (2000); Carvalho (2001); Marras (2000); Michel (2001); Ávila, Castro e Mayrink (2002); Zocchio (2001) e na Norma Regulamentadora nº 5, com foco na realidade do CBMMT.

Desenvolvimento

O alicerce desse estudo é refletir a importância de entender a exposição dos bombeiros militares de Lucas do Rio Verde aos agentes de risco, para que de posse desse conhecimento, acidentes sejam evitados e os riscos prevenidos.

“Em 8 de junho de 1.978, o Ministério do trabalho aprovou a Portaria 3.214 que criou 28 Normas Regulamentadoras (NR's) que orientam as obrigações das empresas em relação ao trabalho” CARVALHO (2001, p. 20-21).

Os riscos no ambiente laboral podem ser classificados em cinco tipos, de acordo com a Portaria nº 3.214, do Ministério do Trabalho do Brasil, de 1978. Esta Portaria contém uma série de normas regulamentadoras que consolidam a legislação trabalhista, relativas à segurança e medicina do trabalho. Encontramos a classificação dos riscos na sua Norma Regulamentadora nº 5 (NR-5):

1. Riscos de acidentes

Qualquer fator que coloque o trabalhador em situação vulnerável e possa afetar sua integridade, e seu bem estar físico e psíquico. São exemplos de risco de

acidente: as máquinas e equipamentos sem proteção, probabilidade de incêndio e explosão, arranjo físico inadequado, armazenamento inadequado, etc.

2. Riscos ergonômicos

Qualquer fator que possa interferir nas características psicofisiológicas do trabalhador, causando desconforto ou afetando sua saúde. São exemplos de risco ergonômico: o levantamento de peso, ritmo excessivo de trabalho, monotonia, repetitividade, postura inadequada de trabalho, etc.

3. Riscos físicos

Consideram-se agentes de risco físico as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, calor, frio, pressão, umidade, radiações ionizantes e não-ionizantes, vibração, etc.

4. Riscos químicos

Consideram-se agentes de risco químico as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo do trabalhador pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos gases, neblinas, névoas ou vapores, ou que seja, pela natureza da atividade, de exposição, possam ter contato ou ser absorvido pelo organismo através da pele ou por ingestão.

5. Riscos biológicos

Consideram-se como agentes de risco biológico as bactérias, vírus, fungos, parasitas, entre outros.

Por meio das NR's, a legislação relaciona programas diversos referentes à prevenção de acidentes. Pode-se destacar a CIPA (Comissão interna de Prevenção de Acidentes), o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), PCMAT (Programa de Controle do Meio Ambiente de Trabalho), PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PPR (Programas de Proteção Respiratória), PPP

(Perfil Profissiográfico Previdenciário), PCP (Programas de Prevenção e Controle de Perdas) e PCA (Programas de Conservação Auditiva).

Marras (2000, p. 4) salienta a importância do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, pelo qual a empresa é obrigada por Lei a avaliar periodicamente os seus trabalhadores por meio de exames clínicos que se classificam em exames: admissionais, demissionais, de retorno ao trabalho, periódicos, complementares, e de mudança de cargo, considerando um direito e forma de prevenção de riscos e danos à saúde do trabalhador.

Fica evidente a necessidade que uma empresa possui em proceder com programas de controle, prevenção e conservação. Esses termos utilizados não são mera coincidência, eles de fato tem a função de controlar as ações dos trabalhadores, bem como os riscos, também prevenir os acidentes e conservar um ambiente seguro para seus trabalhadores. Se uma empresa qualquer possui essas necessidades, o Corpo de Bombeiros a possui ainda mais.

Um exemplo disso é a CIPA, que é nada mais nada menos que um instrumento pelo qual os trabalhadores podem tratar da prevenção de acidentes, das condições do ambiente de trabalho e de todos os aspectos que afetam sua segurança e saúde. O objetivo básico da CIPA é fazer com que os patrões e empregados trabalhem juntos na tarefa de prevenir acidentes e melhorar a qualidade do ambiente de trabalho. A organização da CIPA é obrigatória nos locais de trabalho seja qual for sua característica, isso inclui os órgãos públicos como o Corpo de Bombeiros.

Pensando nas atribuições previstas em lei, será mesmo que os bombeiros têm consciência de todos os perigos das atividades que realizam? Para tentar responder essa pergunta já feita no início desse artigo, foi feito um questionário, por meio do qual foi possível montar os gráficos a seguir com os resultados de uma pesquisa realizada no Quartel em Lucas do Rio Verde, o qual obteve participação de 9 (nove) militares:

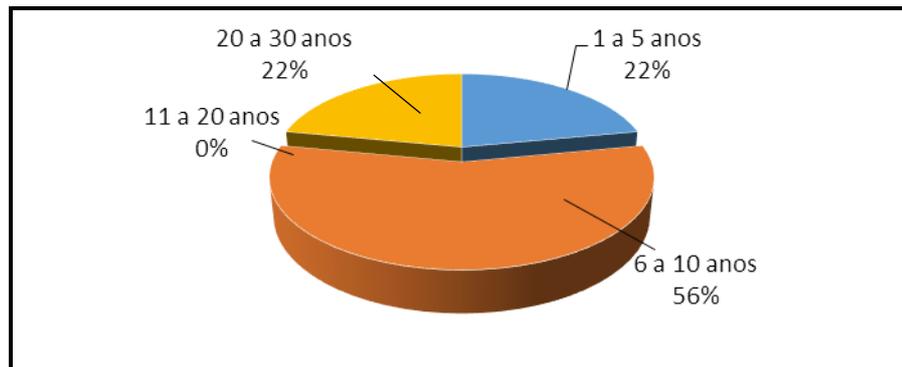


Gráfico 1: Tempo de serviço dos militares entrevistados:

Ao observar o Gráfico 1, pode-se notar que há uma maior porcentagem de militares com mais de 06 (seis) anos de serviço, o que leva a crer que são pessoas um pouco mais velhas e com uma boa experiência de profissão.

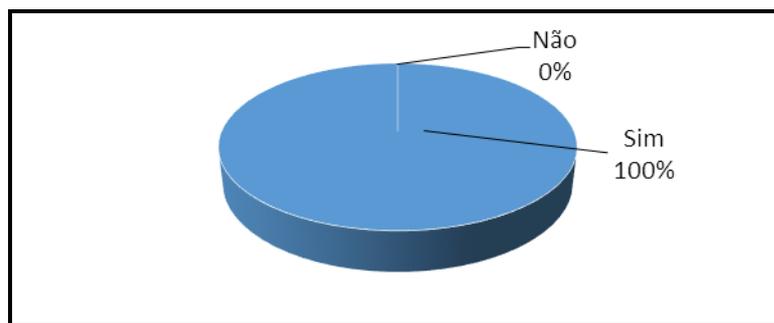


Gráfico 2: Militares que já ouviram falar sobre os 5 tipos de agentes de risco existentes.

Nota-se pelo Gráfico 2 que todos os militares que responderam ao questionário já ouviram falar sobre os agentes de riscos físicos, químicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos. Sinal de que ao serem formados tiveram contato com alguma matéria que tratou sobre esse assunto, ou que durante a carreira puderam participar de alguma instrução que tocasse no tema.

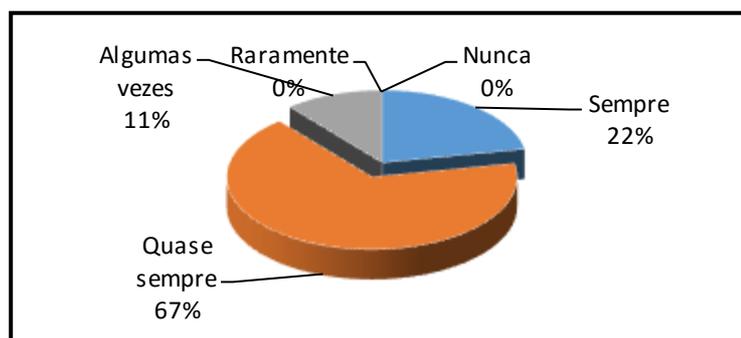


Gráfico 3: Frequência com que os militares utilizam os EPI's (Equipamentos de proteção Individual) necessários para proteção dos riscos.

No Gráfico 3 podemos ver que a maioria dos bombeiros militares quase sempre utilizam os EPI's adequados para própria proteção, a minoria utiliza apenas algumas vezes, por outro lado apenas uma pequena parcela utiliza sempre os equipamentos devidos. Esses dados podem ser vistos de duas maneiras, uma positiva e outra negativa. Positivo é o fato de que ao se expor ao risco os militares abordados por esse estudo, nunca deixam de usar os EPI's, porém apenas 22% desses bombeiros fazem o uso do EPI todas às vezes que se faz necessário ao atenderem uma ocorrência para se protegerem. Esta porcentagem é muita baixa sabendo que é essencial a utilização de todos os equipamentos de proteção individual para mitigar os acidentes de trabalho ou lesões devido à carga excessiva e exposição ao risco. Culturalmente, os militares mais modernos (recém-inclusos) tendem a ser mais atentos quanto à própria segurança, enquanto os mais experientes são os que menos se protegem diante da situação de risco, o que potencializa a possibilidade desses últimos sofrerem algum tipo de acidente de trabalho.

Segundo Michel (2001) acidente de trabalho é aquele decorrente do exercício do trabalho em si, que provoca uma lesão corporal ou uma perturbação que atrapalhe o trabalho, reduzindo a capacidade temporariamente ou permanentemente. No entanto, algumas vezes o acidente é previsível e evitável, podendo ocorrer devido à desatenção por parte do indivíduo ao deixar de cumprir as normas regulamentares de segurança e higiene do trabalho, e também pela empresa que não estiver com uma estrutura de preventiva de acidentes.

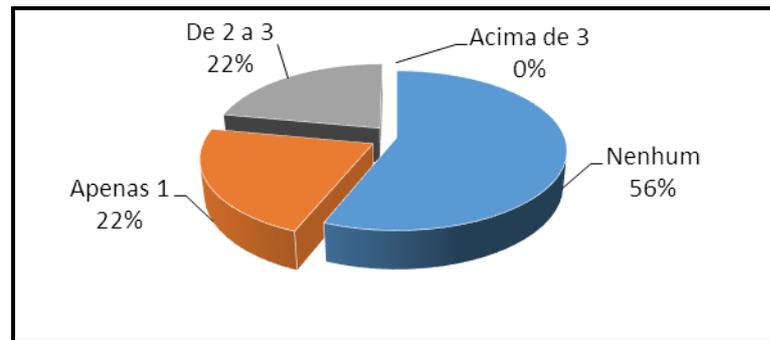


Gráfico 4: Quantidade de acidentes de trabalho sofridos ao longo da carreira.

Quando se olha o Gráfico 4, já tendo em mente o conceito de acidente de trabalho (o questionário tinha uma nota com a definição de acidente de trabalho), pode-se aferir que quase 50% dos entrevistados já sofreu pelo menos um acidente de trabalho que provocou alguma incapacidade física ou lesão temporária.

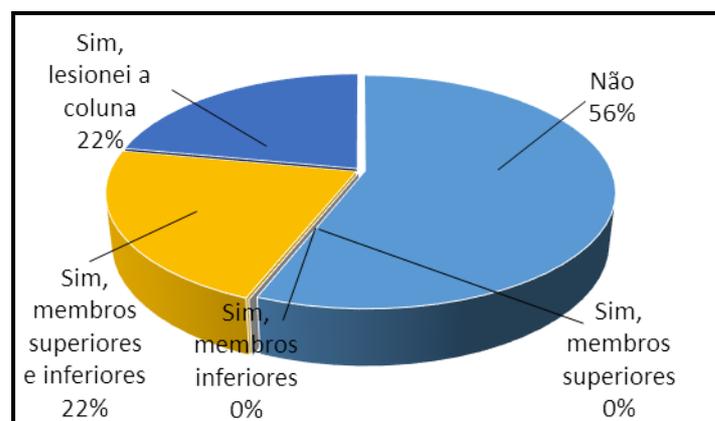


Gráfico 5: Lesões ocasionadas pela carga pesada de trabalho e sua região.

Nesse artigo, a intenção não é constatar quais são as possíveis causas de acidente, pois estas podem ser diferentes em função de uma infinidade de variáveis, e sim o efeito do acidente, por isso obteve-se no Gráfico 5 um número bastante parecido quando perguntado sobre as lesões desenvolvidas ao longo da carreira e sua localização: 22% já sofreu alguma lesão na coluna, outros 22% em membros inferiores e superiores e 56% não foi acometido de nenhuma lesão em função da atividade de bombeiro militar.

Sobre as estatísticas de acidentes, Ávila, Castro e Mayrink (2002), constataam:

É fato reconhecido, inclusive por técnicos da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que retratar 100% dos acidentes ocorridos nas empresas é uma tarefa muito difícil, uma vez que, deliberadamente, muitas ocorrências não são notificadas. A maioria dos países não possui um sistema eficiente de notificação dos acidentes do trabalho que abranja a totalidade das ocorrências e o Brasil não é uma exceção. No entanto, apesar dos avanços em termos de levantamento de informações, ressalte-se que **os dados oficiais não englobam o mercado informal**, os funcionários públicos com regime próprio de previdência e **os militares. Ou seja, o real número de acidentes do trabalho certamente é maior, entretanto, não há fontes disponíveis para mensurá-lo.** (ÁVILA; CASTRO; MAYRINK, 2002, p.9, grifo nosso).

Portanto, corrobora-se que este estudo se aplica somente na região de pesquisa e que mesmo assim, os números de acidentes de trabalho são possivelmente muito maiores do que os constatados se forem considerados todos os Batalhões e Companhias Independentes de Bombeiros Militares do Estado de Mato Grosso.

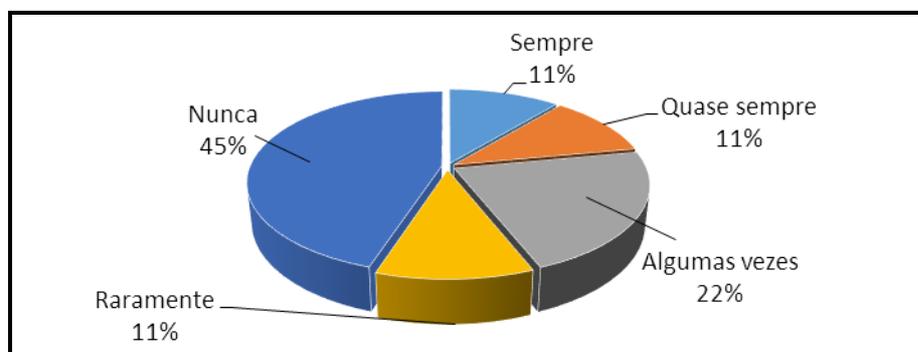


Gráfico 6: Com que frequência as lesões foram em função do trabalho.

Em relação a frequência de lesões ocorridas em função do trabalho, o Gráfico 6 mostra que 11% sempre se lesionaram somente por causa do trabalho, outros 11% quase sempre, 22% algumas vezes, 11% raramente e 45% nunca se lesionaram pela atividade que o bombeiro possui de atuar em situações frequentemente extremas e perigosas. Os dados não são desanimadores, mas podem vir a se tornar preocupantes caso algumas medidas não sejam adotadas pela

Instituição. No geral, os bombeiros militares participantes do questionário se mostraram cuidadosos mediante os riscos de acidentes e os encontrados em locais sinistrados, pois todos já ouviram falar sobre os agentes de risco que podem ser encontrados no trabalho e a maioria utiliza quase sempre os EPI's para se proteger.

Entretanto, os acidentes de trabalho e as lesões são passíveis de acontecer visto que a atividade-fim do bombeiro é arriscada e desgastante. Fato é que na Corporação não existe atualmente nenhum programa que previna os acidentes de trabalho. Constata-se pela pesquisa feita em Lucas do Rio Verde, que por mais que 100% dos bombeiros estejam conscientes dos riscos presentes, mais de 50% deles já sofreu alguma lesão em função do trabalho, mesmo sendo raramente.

Desta maneira, prevenir os acidentes de trabalho é dever de todos, destacando que todos têm obrigações a cumprir com relação à prevenção destes, sejam as autoridades, os empresários e dirigentes de empresas de todos os tamanhos e ramos de atividade, também as entidades patronais e de trabalhadores, os profissionais de todas as categorias até os simples cidadãos (ZOCCHIO, 2001).

CONCLUSÃO

Neste artigo procurou-se fazer uma breve introdução sobre a importância e relevância do tema para os bombeiros militares, bem como analisar alguns aspectos da legislação específica referente às suas atribuições, como a Lei Estadual do Estado de Mato Grosso. Também foi analisada a NR-5, instituída pela Portaria nº 3.214, do Ministério do Trabalho do Brasil, de 1978. Foi comentado brevemente sobre os Programas de prevenção, controle e conservação que podem ser utilizados pela Instituição CBMMT, a fim de diminuir acidentes de trabalho e lesões que ocorrem devido à fadiga.

Por meio de um questionário procurou-se conhecer até que ponto os bombeiros militares de Lucas do Rio Verde estavam conscientes sobre os riscos ergonômicos, de acidentes, físicos, químicos e biológicos já enumerados no decorrer desse estudo. Nele verificou-se que apesar de conscientes dos riscos, muitos já sofreram acidentes de trabalho e lesões; e que nem sempre a utilização do EPI evita o acidente de trabalho. Na realidade, o EPI somente protege o trabalhador de modo

que seja um pouco menor a chance dele sofrer algum acidente mais grave ou que atente contra a sua vida.

Por meio do questionário também foi possível constatar que de fato existe a necessidade de se implantar programas que coloquem em prática a questão da prevenção dentro do Corpo de Bombeiros para assim promover a segurança e saúde dos militares. Enquanto se sentirem seguros e amparados pela Instituição as atividades desempenhadas serão mais eficazes.

Dentro da Corporação, alguns se colocam contra o desenvolvimento de projetos que previnam acidentes, tendo em vista que os bombeiros são ensinados a se protegerem quando ingressam nas fileiras, porém falta treinamento periódico sobre prevenção, do mesmo modo que há negligência por boa parte dos militares na utilização integral dos EPI's, como foi comprovado neste artigo. Daí infringe-se sua importância, que traz visões novas e diferentes sobre os efeitos dos agentes de risco e dos acidentes de trabalho. O universo amostral que o estudo abrangeu é bem menor que o real, mas se incluirmos todos os quartéis existentes no estado o número de acidentes de trabalho certamente será bem maior do que aquele calculado. Isso ocorre devido à falha na coleta desses dados.

É importante ressaltar ainda, a necessidade de haver ao menos no início, uma CIPA - Comissão interna de Prevenção de Acidentes, constante na NR-5, que atue com a finalidade de ouvir os militares para pontuar problemas existentes nos ambientes de trabalho e arranjar formas de solucioná-los.

Outra verdade que este estudo visa comprovar, é que desenvolver um conjunto de ações para melhorar a segurança e saúde dos bombeiros militares, é na verdade investir em algo que tornará o trabalho mais seguro. Eliminar os riscos constitui o alicerce da prevenção dos acidentes, não obstante a isso, à atuação deve primeiro se dirigir ao controle da atividade humana e do ambiente laboral, depois deve se investir em treinamentos contínuos.

Conclui-se reforçando a difícil e importante tarefa do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso em investir na segurança de seu maior ativo: o combatente, e para isso é fundamental definir políticas claras de segurança não existentes atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA, Josefa Barros Cardoso; CASTRO, Márcia Caldas; MAYRINK, André Luiz Valente. **Indicadores de Acidentes do Trabalho: Ranking das Atividades Econômicas - Média do Triênio 1997/1999**. Volume 14, número 5, maio de 2002. Disponível em: < http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081014-104623-904.pdf >. Acesso em 07 mai. 2015.
- BRASIL. Portaria 3214/78 MTE - **Normas Regulamentadoras**. Disponível em: ≤ <http://portal.mte.gov.br/legislacao/portaria-n-3-214-de-08-06-1978-1.htm> ≥. Acesso em 04 mai. 2015.
- COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES. Publicação D.O.U. NR 5 - Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978. Disponível em: ≤ <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4A5E01F7014A9C7833772753/05%20-%20NR-05.pdf> >. Acesso em 04 mai. 2015.
- CARVALHO, Geraldo M. **Enfermagem do trabalho**. São Paulo: EPU, 2001.
- MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 3ª ed. São Paulo: Futura, 2000.
- MICHEL, Oswaldo. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais**. 2. ed. rev., ampl. São Paulo: Ltr, 2001. p. 29.
- VIEIRA, S. I. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho**. Vol. II. Florianópolis: Mestra, 2000, Coordenador.
- ZOCCHIO, Álvaro. **Segurança e saúde no trabalho como entender e cumprir as obrigações pertinentes**. São Paulo: LTr, 2001.

PREPARAÇÃO DO BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA A RESERVA REMUNERADA.

Josiel Borges da Silva¹

RESUMO

É evidente que o acesso à Reserva Remunerada é um momento único na vida de qualquer militar. Por conseguinte, essa questão precisa ser tratada com a devida atenção e importância, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento e ao preparo específico para esse novo ciclo. Em se tratando do Corpo de Bombeiros Militar de Estado Mato Grosso, verificou-se por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa, a relevância da "capacitação adequada para este momento". Do que foi constatado através dos estudos e pesquisas de campo realizadas, é possível o seguinte entendimento: a Corporação precisa investir em um "tipo" de preparação regular exclusiva e direcionada aos seus integrantes, para que assim, possam enfrentar a nova realidade fora da antiga rotina e do costumeiro ambiente profissional. Nota-se ainda, que a aparente inércia institucional relativa a essa questão de gestão de pessoas, somada a insegurança do indivíduo que irá vivenciar esse momento singular ao final de sua carreira, poderá acarretar problemas biopsicossociais, conforme observado em algumas narrativas registradas nesse artigo.

Palavras-chave: *Reserva remunerada - Corpo de Bombeiros Militar - Mato Grosso - Preparação.*

ABSTRACT

It is clear that access to gainful Reserve is a unique moment in the life of any military. Therefore, this issue needs to be treated with due attention and importance, particularly with regard to the monitoring and specific preparation for this new cycle. Regarding the Fire Department of State Mato Grosso, it was found through a qualitative exploratory research, the relevance of "adequate training for this moment." Than was observed across studies and field surveys conducted, it is possible the following understanding: The Corporation needs to invest in a "type" of regular grooming and directed solely to its members, so that we may face a new reality out of old routine and customary professional environment. We note also that the apparent institutional inertia on the issue of managing people, plus the insecurity of the individual who will experience this unique moment at the end of his career, may result biopsychosocial problems, as noted in some of the narratives recorded in this Article.

Keywords: *Remunerated reserve - Military fire brigade - Mato Grosso - Preparation.*

¹ Capitão do CBMMT - formado na Academia de Bombeiro Militar D. Pedro II - Rio de Janeiro - josiel@cbm.mt.gov.br

INTRODUÇÃO

A atividade cotidiana do bombeiro militar é vista com bons olhos por grande parte da sociedade brasileira. Desde 1856, quando o imperador D. Pedro II criou o Corpo de Bombeiros Militar da Corte na cidade do Rio de Janeiro, os bombeiros militares são lembrados e acionados nos momentos diversos. Quer seja para realizar uma atividade preventiva, quanto para socorrer à população em suas dificuldades imediatas, independente de qual seja a natureza da ocorrência.

Dessa forma, por atuarem em diferentes situações voltadas para a proteção da vida, dos patrimônios públicos e privados, além das ações relativas à preservação ambiental, para comunidade esses profissionais são a personificação de “verdadeiros heróis”.

Logo, é possível entender de forma clara e nítida a nobre significância do lema “vidas alheias riquezas a salvar” no contexto do Corpo de Bombeiros Militar em todo território nacional. Contudo, sabemos que “nem tudo são flores”. Esse ditado popular exemplifica de forma real o sentido da proposta de pesquisa desse artigo.

Por conseguinte, com o propósito de se obter uma melhor concepção da situação, é de vital importância que seja feita a seguinte indagação: “o bombeiro militar do estado de Mato Grosso está preparado para encerrar a sua carreira?”.

Certo é que, frente ao contexto reflexivo do parágrafo anterior, existe algo comum a todos as pessoas. Trata-se da “incerteza”. Por mais que ocorra todo um processo de orientação profissional e preparação individual visando o acesso a essa nova fase, existe o sentimento de insegurança e frente ao “novo”. “A incerteza é a condição ou natureza do que é incerto; qualidade daquilo que incita dúvida(s). (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS)

Talvez, esse sentimento possa advir do fato que grande parte da população ativa não se apresenta devidamente acessível e receptível a questão da inatividade. Até parece que ninguém um dia também irá envelhecer-se. Não se pode generalizar, mas é notório o descaso com esse público em nosso país. Por mais contraditório que possa parecer, pode-se dizer que o indivíduo é o que é, pelo que tem ou representa no ciclo social.

Logo, diante dessa dura realidade, é compreensível que para os aposentáveis, torna-se difícil enfrentar essa nova fase, onde praticamente se perde todos os “benefícios e reconhecimentos adquiridos” a partir de quando se torna um usuário do sistema previdenciário. Infelizmente, a sociedade que antes lhe reconhecia e outorgava poderes agora passa a rotulá-lo de maneira negativa.

Conforme disseram (SANTOS,1990; ZANELLI e SILVA, 1996; HARMAN e HORMANN, 1996; SOARES, 2007).

Na sociedade atual, na qual o status laboral e o poder econômico são altamente valorizados, a identidade ocupacional influencia sobremaneira a definição do sujeito e de seu lugar na sociedade, o que pode gerar crises de identidade pessoal e ocupacional quando da aproximação do período pós-carreira. (SANTOS, 1990; ZANELLI e SILVA, 1996; HARMAN e HORMANN, 1996; SOARES, 2007).

Além disso, em uma análise dos últimos dados estatísticos do Brasil, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos próximos 40 anos, a população brasileira de idosos crescerá de forma acentuada. Atualmente, o ritmo de crescimento tem sido sistemático e consistente. “Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, o País contava com uma população de cerca de 21 milhões de pessoas de 60 anos ou mais de idade.” Ainda, de acordo com o órgão, estima-se que em 2060, essa população deva passar de 58,4 milhões (26,7% do total). (IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira: 2010, p. 191). Em síntese, José Aderaldo de Souza define que: “A passagem para a Reserva Remunerada tende a tornar-se um período difícil para o militar e sua família, por ser um momento de profundas mudanças, que requer a construção de novos caminhos pessoais e profissionais”. (SOUZA, 2010)

Segundo Júnior e Brêtas (2010):

Para vários trabalhadores, a aposentadoria é o momento de descanso, após longos anos de serviço, obedecendo à rotina exaustiva de acordar cedo e enfrentar meios de transportes desconfortáveis em busca do sustento da família. Todavia, “voltar ao lar”, para muitos militares, não corresponde à expectativa de descanso e convívio familiar esperada, após longa jornada de trabalho, pois a passagem da categoria de ativos para inativos muda suas rotinas disciplinadas vividas no quartel durante anos. (JÚNIOR E BRÊTAS, 2010)

Contextualizando o assunto em tela, com os anseios e demandas da Instituição, pensou-se então, na elaboração desse artigo. A princípio, o objetivo singular dessa pesquisa é conhecer a realidade dos fatos institucionais, no que diz respeito à preparação dos bombeiros militares do Estado de Mato Grosso, que almejam ingressarem nesse quadro singular. Da mesma maneira, saber como tem sido a experiência daqueles que já deixaram o “quartel.”

Além disso, busca-se verificar, de que forma a instituição deve tratar seus integrantes, verificando a real necessidade da criação, ou não, de um projeto ou programa preparatório exclusivo para essa finalidade.

Desta forma, ressalta-se ainda que, o procedimento metodológico utilizado na concretização desse estudo, foi à utilização de uma pesquisa exploratória qualitativa, valendo-se de questionários com perguntas diretas. Todos destinados aos bombeiros militares da ativa e da reserva. Ambos pertencentes à Corporação de bombeiros militares do Estado. Assim, foram formuladas perguntas comuns aos dois grupos, e perguntas específicas, aos bombeiros militares reservistas.

Cabe destacar que, os participantes consultados somaram um total de 48 colaboradores. Sendo 33 bombeiros militares da ativa e 15 da reserva remunerada. Além disso, buscou-se uma realizar uma vasta pesquisa bibliográfica, tendo como fonte de consulta: artigos científicos, monografias, livros, e sites que abordassem o assunto.

Com relação ao problema de pesquisa, e de vital importância que se busque alternativas concretas aplicáveis a essa situação apresentada. Sendo assim, como hipótese viável nesse caso, intenta-se sugerir a elaboração (ou não) de um programa preparatório exclusivo ao Corpo de Bombeiros Militar de Estado de Mato Grosso. Esse, por sua vez, deverá tratar com exclusividade sobre a preparação e transição dos integrantes da Instituição, no que diz respeito à reserva remunerada.

BREVE HISTÓRICO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO, COM ÊNFASE ALGUMAS CITAÇÕES ALUSIVAS AO MILITARISMO.

É conveniente que se tenha uma concepção da evolução histórica do modelo previdenciário brasileiro, destacando os principais acontecimentos

consumados e registrados desde os primórdios de nossa fundação como nação. É certo que os primeiros passos desse sistema, foram dados na época em que o país ainda era controlado por Portugal.

Como exemplo, é possível citar o fato ocorrido em 1821, onde a coroa portuguesa concedeu aos professores que tivessem 30 anos de serviço efetivo comprovado, a garantia de serem jubilados (aposentados). Considerando os relevantes serviços prestados a corte. Como se vê em trechos do decreto real divulgados pela então Gazeta do Rio, nº 09, de 19 de janeiro de 1822. Trecho transcrito na linguagem daquele tempo.

As corte gerais, extraordinárias e constituintes da nação portuguesa, reconhecendo que um dos meios de promover a instituição pública é contemplar as pessoas que dela são encarregadas, decretam o seguinte: Art.1º - os professores e mestres régios de um e outro sexo, de primeiras letras, gramática latina e grega, retórica e filosofia, por espaço de trinta anos contínuos, ou interpolados, houverem regido louvavelmente, e sem nota, as suas respectivas cadeiras, serão jubilados com o vencimento de todo ordenado (J.B Serra e Gurgel - Evolução da Previdência Social -2006)

Ademais, seguindo a cronologia dos fatos que marcaram a história previdenciária nacional, é importante ressaltar que a organização previdenciária brasileira originou-se de forma privada e voluntária. Segundo consta, em janeiro de 1835, através do decreto nº 0-002, foi aprovado “Plano de Monte Pio de Economia” dos servidores do estado, assegurando aos familiares dos servidores militares e civis os pagamentos de suas respectivas pensões.

Avançando no contexto histórico proposto, em março de 1888, por intermédio do decreto 9.912 - A, os servidores dos correios passaram a ter o direito à aposentadoria, desde que tivessem no mínimo 60 anos de idade e 30 anos de serviços prestados. Nesse mesmo ano os servidores da estrada de ferro do império também foram amparados com a criação da caixa de socorros.

Em janeiro de 1923, atendendo uma proposta do então deputado Elóy Chaves, surge a Caixa de Aposentadorias e Pensões. Assim, por meio do decreto nº 4.686, criou-se a primeira lei previdenciária social do Brasil que teve o nome de seu idealizador. Essa lei, inicialmente surgiu para atender ao setor ferroviário privado existente. Todavia, em pouco tempo estendeu-se ao setor público.

Vale ressaltar que o sistema ferroviário era de suma importância para a movimentação econômica do país, pois tinham a responsabilidade de realizar o transporte de toda produção cafeeira até os portos públicos. No entanto, para que toda essa estrutura fosse mantida, era necessária muita mão de obra. “O país ainda se caracterizava por ser essencialmente agrícola e agroexportador. Entre 1921 e 1930, o café representava 70% das exportações, e em 1920, 70% da população ativa trabalhava na agricultura.” (FALEIROS, 2000 p.141). Ainda, conforme salienta Aldaíza Sposati:

“[...] em 1923, a Lei Elói Chaves (Lei nº.4682 de 24-1-1923) criava a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os funcionários. Antes de 1930, duas outras categorias já recebiam o benefício do seguro social: portuários e marítimos, pela Lei nº. 5.109(20-12-1926) e telegráficos e radiotelegráficos, pela Lei nº. 5.485 (30-6-1928)” (SPOSATI, p. 42).

Nesse contexto, surgiu a ideia do trabalhador pagar uma pequena quantia como contribuição mensal. Isso lhe concederia o acesso à aposentadoria caso fosse comprovado que o mesmo tivesse sofrido algum acidente em virtude do seu trabalho, ou tivesse a saúde debilitada em resultância da idade ou alguma outra doença adquirida no período em que estivesse trabalhando.

Após a revolução de 1930, o governo provisório demonstrou uma profunda preocupação com o sistema previdenciário atuante na época. Em resumo, alegando o desequilíbrio financeiro, suspendeu a concessão de novas aposentadorias até que fosse formulada uma nova lei para equilibrar essa situação.

Em 1934, através da Constituição Federal vigente, consolidou-se o triplice custeio previdenciário social, onde havia a participação dos empregados, empregadores e o Estado. Não obstante, em 1937 foi ampliado para as demais forças existentes. “Fica extensivo a Polícia Militar do Distrito Federal e Território do Acre o regime do montepio militar criado pelo decreto nº. 695, de 28 de agosto de 1890 e completado pela legislação subsequente, que se ache em vigor” (Art. 1º da lei 429/37). “O Parágrafo único dessa mesma lei, dispõe que, desse mesmo benefício, gozará o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.”

Dando um salto nessa explanação sequencial descrita até o momento, em dezembro 1980, o General João Figueiredo (então presidente do Brasil) assina a lei nº 6.880 (estatuto dos militares). Nesse decreto consta em seu artigo 4º, de maneira

conjunta, que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são considerados reserva das forças armadas. Deste modo, em seu art.96, regulamenta a reserva remunerada aos militares. Segundo consta, esse procedimento pode ser efetuado a pedido ou ex officio.

Por conseguinte, vale destacar que após 08 anos da assinatura da lei regulamentar alusiva ao estatuto dos militares, surge a Constituição Federal de 1988. Esta, por sua vez, expandiu-se de forma mais coerente possível. Em outras palavras, observa-se que ocorreu a consolidação de toda uma trajetória histórica trilhada desde os primórdios do período imperial até o estabelecimento da democracia recente na nação brasileira. Alcançando assim, as dimensões constitucionais que ainda não tinham sido atingidas em sua totalidade.

Em síntese, propôs um composto de atos que garantissem a consolidação da “seguridade social”. Esse termo em destaque na frase anterior pode ser compreendido, como sendo a busca da dignidade humana como fator primordial para o desenvolvimento das pessoas, conforme previsto nos artigos 196, 201 e 203 da Magna Carta. No Brasil, essa expressão foi empregada pela primeira vez na CF/1988, e traz à tona a ação conjunta e integrada da universalização da saúde, da previdência social aos trabalhadores que são contribuintes, além de oferecer assistência social aqueles que realmente estão desprovidos.

Em suma, a “Lei Maior” de 1988 em seu art. 193, descreve o seguinte: “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL - 1988).

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (Constituição Federal - 1988)

Em se tratando de trabalho, é possível entendê-lo com sendo um parâmetro onde a sociedade procura instalar seus valores. Logo, as pessoas que não se enquadram na condição de indivíduo ativo, em detrimento de sua ocupação laboral, passam a ser caracterizadas ou rotuladas de maneira negativa. “O indivíduo, ao aposentar-se, perde o sobrenome organizacional que utilizou durante anos como referencial.” (BERNHOEFT, 1987)

RESERVA REMUNERADA: VICISSITUDE APARENTE

Segundo o dicionário Aurélio, vicissitude significa: “mudança ou diversidade de coisas que se sucedem.” Desse modo, quando algo deixa de ocorrer de imediato ou conforme o costume. Quando o que era rotina deixa de ser, é inevitável que se sinta o súbito impacto dessa mutação. Diante disso, em se tratando da reserva remunerada para os bombeiros militares, em muitos casos, essa ruptura abrupta na vida profissional, ocorre sem que os mesmos estejam capacitados para lidar com essa novidade premente.

Em muitos casos, essa nova realidade pode ser muito dolorida emocionalmente, em virtude de sua estreita ligação com trabalho refletir em sua própria caracterização, ou seja, sua identidade social. É como se o mundo acabasse. Soares (2008) explica que essa situação pode ser agravada se ele não for preparado previamente para viver esta nova fase. Se na teoria, chegar à aposentadoria é algo desejável, na prática pode ser frustrante. De acordo com a descrição de Souza (2010):

À primeira vista, pode representar maior disponibilidade de tempo para suas realizações e não ter necessidade de cumprimento de horários rígidos que, ao longo da carreira, foi obrigado a cumprir. Mas, em contrapartida, o período pós-caserna, também o remete a sentimentos de perdas, tanto de ordem física, quanto intelectual e social, o que conduz o homem maduro a se confrontar com o seu envelhecimento. O momento de ruptura com o trabalho por anos desenvolvido, também traduz a sensação de perda do *status* que mantinha junto às pessoas de seu convívio (Souza, 2010).

No próprio ambiente militar, essa questão da reserva remunerada é vista de forma pejorativa. Em muitos casos, os militares ativos deixar de dar a devida atenção e valor aos da reserva. Logo, segundo alguns relatos² registrados nesse artigo, essa situação os deixam constrangidos e decepcionados. Visto que, destinaram suas vidas dedicando-se a carreira e a profissão. E depois, em virtude de não estarem mais na ativa, são vistos como não úteis? Conforme Kegler “a própria nomeação da “aposentadoria” no contexto militar já carrega uma série de significados: o ato de

² Esses relatos foram dados de forma espontânea por participantes dessa pesquisa. Alguns deles estão dispostos na página 20 desse artigo.

aposentar-se é denominado passagem para a reserva. Na reserva, por sua vez, os militares passam a ser chamados de *inativos*.” Kegler (2011)

APOSENTADORIA VERSUS RESERVA REMUNERADA / REFORMA

Existem duas condições a serem observadas nessa situação. Trata-se dos militares reformados ou aqueles que vão para a reserva remunerada. Para as circunstâncias onde existe a questão da limitação de idade ou incapacidade física, denomina-se militar reformado. Logo, esses são dispensados definitivamente. Por outro lado, aos militares da reserva, existe também a possibilidade de serem convocados a qualquer tempo, uma vez que ainda mantém o vínculo com suas respectivas forças militar.

No meio civil, utiliza-se de forma ampla a palavra “aposentadoria” para caracterizar a pessoa que adentra na “inatividade”. Nesse caso, se aceita essa interpretação, pois está em total consonância com o Estatuto do Idoso (lei nº 10.741, de 1/10/2003). Além disso, também recebe o amparo da Política Nacional do Idoso (lei nº 8.842, de 04/01/1994). Por outro lado, em se tratando do cotidiano e do ambiente militar, essa expressão não é aplicável. Assim, na prática, aos militares de qualquer força, utiliza-se a expressão específica.

Observa-se ainda, que os art.142 e 144 da CF/88 asseguram as responsabilidades e competências das Forças Armadas e das Forças Auxiliares. Contudo, os estados da federação, possuem um sistema previdenciário onde suas respectivas forças auxiliares são vinculadas e estão sobre sua gestão administrativa direta.

QUALIDADE DE VIDA E SUA IMPORTÂNCIA VITAL

É um assunto de difícil conceituação. Uma vez que em seu sentido amplo, envolve aspectos biopsicossociais que necessitam estar bem positivados na vida do indivíduo, tais como: saúde física, saúde mental, e função social. Esses 03 tópicos, devem estar em equilíbrio pleno. Assim é possível ao menos se pensar em uma qualidade de vida adequada e coerente. Desprovida assim, de qualquer máscara que possa tentar encobrir a verdade relativa a esse tema. Até porque, existe um ditado popular que diz o seguinte; “*nem tudo que parece ser, é.*”

Importante destacar que esse “termo” pode estar relacionado ao fato da pessoa gozar de uma ótima saúde. Entretanto, essa questão é mais abrangente do que se imagina. Existe o entendimento de que cada pessoa tem uma história individual que é construída ao longo dos anos. Sendo assim, esse processo evolutivo é influenciado por valores diversos e distintos. Logo, cada situação existe uma observação específica. Cada sociedade estabelece culturalmente seu padrão de vida e isso direciona as formas de expectativa e níveis de satisfação dos indivíduos que a compõem. (MINAYO, 2000).

Maria Cecília de Souza Minayo, explica que:

É uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar (MINAYO *et al.*; 2000, p.10)

EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DESDE 1964

O Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso iniciou as suas atividades em 19 de agosto de 1964. Naquela época, o estado ainda não tinha sido dividido e o governador Fernando Corrêa da Costa autorizou que fosse criado o primeiro núcleo de bombeiros militares dentro da Polícia Militar, que naquele período era comandada pelo sr. Cel PM Luiz de Carvalho. O objetivo desse grupamento era atuar no serviço de extinção de incêndios e salvamento. Embora o efetivo disponibilizado ainda não tivesse totalmente definido, em 1965, por força da lei nº 2421, o mesmo foi estabelecido, pelo menos na teoria.

Destarte na prática, em fevereiro de 1967 sob o comando do então 2º Ten PM Amilton Sá Correa, a Companhia Independente de Bombeiros da Polícia Militar de Mato Grosso passou funcionar operacionalmente com um efetivo fixo de 42 “soldados do fogo.”

Assim, depois desse início árduo, a Instituição seguiu firme em suas ações diárias em benefício da sociedade matogrossense. O primeiro núcleo foi estabelecido no prédio onde atualmente funciona o Ganha tempo. Em frente a praça Ipiranga.



Fonte: arquivo do CBMMT

Figura - 01

Primeiro Núcleo de Formação de Bombeiros, no atual Ganha Tempo, na Praça Ipiranga em Cuiabá

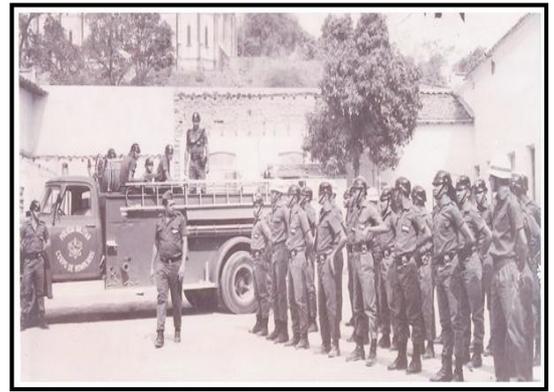


Figura - 02

Em 28 de outubro de 1994, após 30 anos de sua criação, o Corpo de Bombeiros Militar emancipou-se da PMMT. Assim, vinculou-se diretamente a então Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Atualmente, (boletim - indicadores de pessoal 2014 - da Superintendência de Gestão de Pessoas). Atualmente, o CBMMT conta com o efetivo de 949 militares, dispostos em 17 municípios, através de 04 batalhões e 13 Companhias, (Tabela. 01).

Com relação aos bombeiros militares da reserva remunerada, em uma análise geral, dos dados fornecidos pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas - BM/1/CBMMT, ultimamente tem-se o registro de 226 militares dispostos nesse quadro até a data de 30 de outubro de 2014. Para tanto, e visando compreender como tem sido esse processo de gestão nos últimos 05 anos, fez-se uma média dos militares reservistas, (Tabela.02/ Figuras.03,04).

Tabela 01: Média dos bombeiros militares que foram para a reserva remunerada nos últimos 05 anos - CBMMT

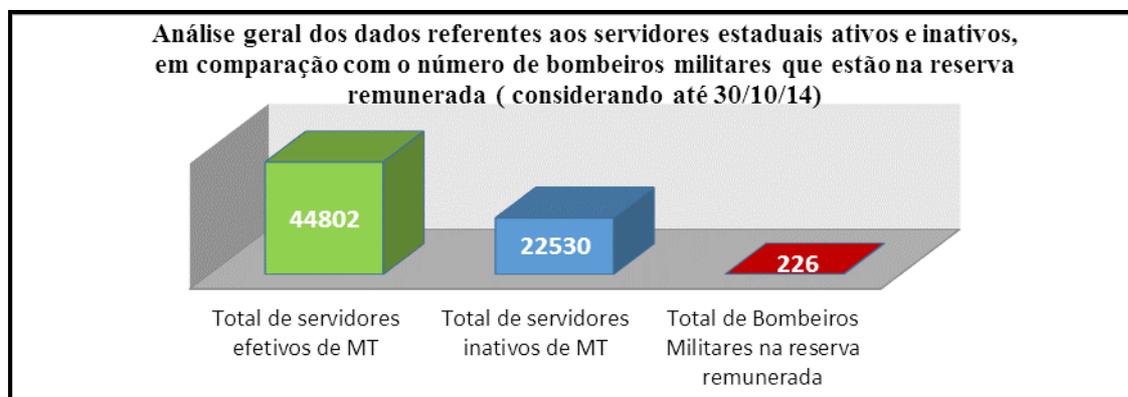
ANO	2010	2011	2012	2013	2014	Média
QUANTIDADE REGISTRADA	17	18	20	19	14	15,6

Fonte: Recadastramento 2013/Relatório NG 39 (boletim - indicadores de pessoal / 2014 Superintendência de Gestão de Pessoas)



Fonte: Recadastramento 2013/Relatório NG 39 (boletim - indicadores de pessoal / 2014 - Superintendência de Gestão de Pessoas)

Figura - 03



Fonte: Recadastramento 2013/Relatório NG 39 (boletim - indicadores de pessoal / 2014 - Superintendência de Gestão de Pessoas)

Figura - 04

Observando-se que o quantitativo de servidores inativos do Estado é 99% maior que o da Corporação, pode-se dizer então, que é mais aceitável que se faça uma atividade específica regular, voltada exclusivamente para esse público característico da Instituição, a ter que esperar toda uma movimentação da Administração Estadual, em detrimento da máquina pública ser responsável por atender toda demanda dos servidores estaduais.

O QUE O ESTADO DE MATO GROSSO OFERECE AOS SEUS SERVIDORES

Ao se verificar a questão da preparação dos servidores aposentáveis do Estado de Mato Grosso, foi possível realizar a seguinte observação: infelizmente inexistente um programa específico voltado para essa área de gestão de pessoas que atenda todo o quadro do funcionalismo administrativo. Essa conclusão foi possível,

em virtude das informações colhidas na SUPREV (superintendência de previdência) e ainda no setor de qualidade de vida do Estado. Conforme essa mesma fonte, o que existe é um projeto piloto em andamento. Contudo, ainda não foi finalizado e avaliado, para posterior publicação oficial.

Por outro lado, ainda através do departamento de qualidade de vida da SAD, obteve-se a indicação de que atualmente apenas a SESP (Secretaria de Estado de Segurança Pública) realiza um trabalho voltado para orientação aos seus servidores aposentáveis. Dessa forma, em contato com o referido departamento de Gestão de Pessoas da SESP, obteve-se a seguinte notícia. Segundo a Gerência de Aplicação, Desenvolvimento, Saúde e Segurança - SESP/MT, “existe um Programa direcionado aos servidores estaduais que estão prestes a se aposentar, e desde 2010 vem sendo realizado através da SESP/SEJUDH com o nome de “FeliZidade, Construindo novos Caminhos”

Em junho de 2011, foi publicada a lei estadual nº 9.571, onde se lê:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, promover e estimular a realização e manutenção de Programas de Preparação para a Aposentadoria - P.P.A. de servidores de órgãos e entidades públicas e particulares, com antecedência mínima de 02 (dois) anos antes do afastamento de servidor, estatutário ou celetista, de suas atividades.

Art. 2º Os P.P.A. serão incentivados e implementados de forma a condicionar a aposentadoria, respeitando sempre a dignidade dos servidores e a garantia plena de seus direitos.

§ 1º O desenvolvimento do programa dar-se-á através da realização de workshop, palestras, seminários e oficinas socioeducativas, visando despertar no futuro aposentado seus potenciais, preparando-o para uma nova etapa de vida.

§ 2º Os servidores e trabalhadores serão dispensados de suas atividades durante a semana, em dias e horas compatibilizadas, a fim de participarem do P.P.A.

Segundo a citada gerência, há 03 anos são realizadas palestras informativas e *Workshops* de Sensibilização junto aos órgãos pertencentes a SESP, orientando no que diz respeito à Preparação para Aposentadoria com o foco na Qualidade de Vida. Essas preleções geralmente ocorrem durante uma semana, com um ciclo de no mínimo 03 dias de treinamentos. Contudo, ainda não é suficiente para atender toda a demanda existente.

Outro aspecto abordado durante essas entrevistas “*in loco*”, foi o fato de que nos ambientes militares os seus respectivos integrantes são obrigados a participarem dos ciclos educacionais. Logo, o efeito desejado não é alcançado. Considerando que o público alvo não se sente estimulado a participar das

capacitações de forma voluntária. Mesmo sabendo que o maior beneficiado é ele mesmo. Logo, é de suma importância à mudança de paradigmas no que diz respeito às gestões institucionais, para que assim, de forma estimulante e cativante, se consiga de fato um objetivo real e coerente.

Tabela 02: Participação do CBMMT nas palestras da SESP em 2013

DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE PREVISTA	QUANTIDADE REALIZADA	% DE META ATINGIDA
CBMMT	30	2	7,00%

Fonte: Relatório Geral do Programa de Orientação para Aposentadoria 2013/ Gerência de Aplicação, Desenvolvimento, Saúde e Segurança - SESP/MT

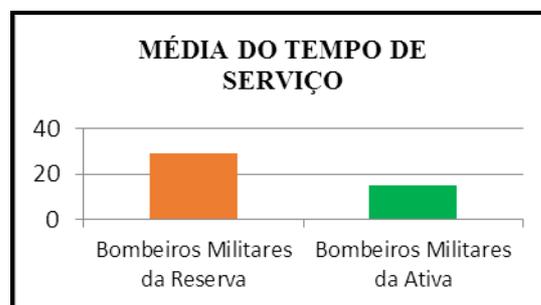
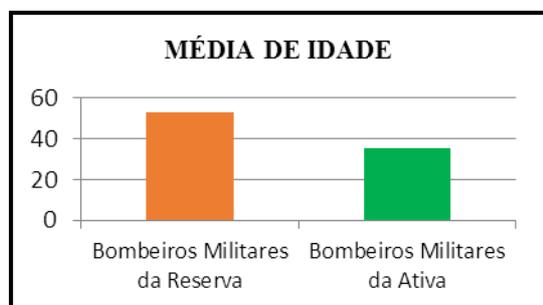
Tabela 03: Participação do CBMMT nas palestras da SESP /2014

DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE PREVISTA	QUANTIDADE REALIZADA	% DE META ATINGIDA
CBMMT	44	4	9,00%

Fonte: Relatório Geral do Programa de Orientação para Aposentadoria 2014/ Gerência de Aplicação, Desenvolvimento, Saúde e Segurança - SESP/MT

ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a finalidade de compreender como os bombeiros militares do Estado de Mato grosso estão sendo preparados para ingressarem na reserva remunerada, ou ainda, como aqueles que já entraram para esse quadro específico foram preparados para acessarem esse novo ciclo ao final de suas respectivas carreiras. Para tanto, com o propósito de subsidiar esse trabalho de pesquisa, e com a devida autorização da Diretoria Operacional através do Ofício nº 146/Dop 2014, foi realizada uma pesquisa de campo utilizando questionários com perguntas objetivas, aplicadas de forma aleatória a 5% do efetivo atual (15 bombeiros militares reservistas e 33 da ativa).



Fonte: Pesquisa realizada em outubro de 2014 - CBMMT (Autorizada através do Of. nº 146/Dop/2014)

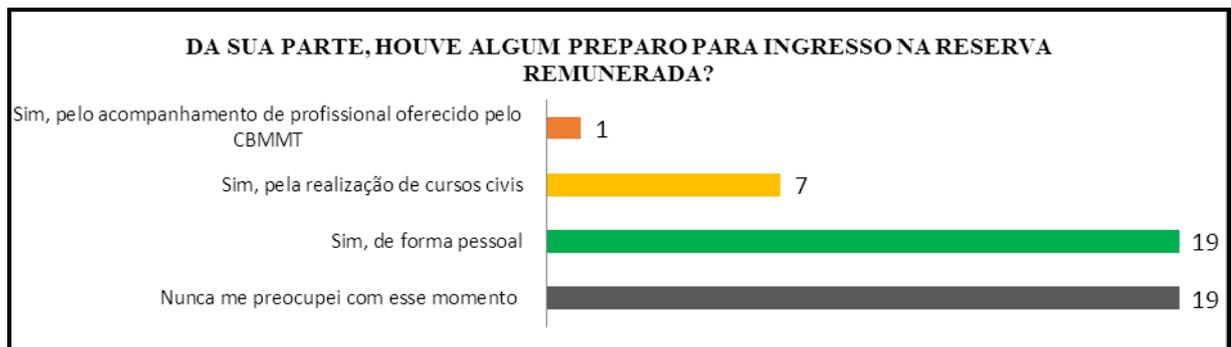
Figura - 05

Figura - 06

Para tanto, nota-se na figura - 05, que a média de idade dos bombeiros militares da reserva e da ativa é de 52 e 35 anos, respectivamente. Demonstrando claramente que em ambos os casos, considerando que a expectativa de vida da população brasileira aumentou segundo o IBGE, essas pessoas aparentam estar bem distribuídas em seus ciclos. Enquanto um grupo está finalizando a fase da juventude, o outro, está iniciando a chamada meia-idade.

Conforme a figura - 06, a média do tempo de serviço dos entrevistados da reserva remunerada é de aproximadamente 29 anos. Entende-se assim, que muitos militares estão indo pra “casa” antes de completarem os 30 anos integrais. Isso porque existe a possibilidade legal de solicitar a reserva com 25 anos de trabalho. Contudo, existem, aqueles que por motivos outros, desejam permanecer. Para esses, está previsto 35 anos de limite.

Com relação aos militares da ativa, a média de tempo de serviço é de aproximadamente 15 anos. Logo, nota-se que esse grupo possui no mínimo 10 anos de trajetória dentro do CBMMT. Do questionário proposto, surgiu a seguinte indagação:



Fonte: Pesquisa realizada em outubro de 2014 - CBMMT (Autorizada através do Of. nº 146/Dop/2014)

Figura - 07

Nesse quadro, é possível destacar que dentre os 48 entrevistados, aproximadamente 39,5% não tiveram nenhum preparo para ingressarem na reserva remunerada. Enquanto que 54,1% prepararam-se de algum modo. Todavia, em ambos os casos, praticamente o CBMMT esteve ausente. Contudo, não implica dizer, que a Corporação simplesmente não quis preparar seus integrantes para acesso a

reserva. Ocorre que desde o princípio de sua criação, a Instituição procurou realizar e cumprir o seu papel constitucional.

Talvez, devido à sobrecarga de trabalhos, e baixo numeral o militar, passou a seguir uma rotina laboral onde praticamente inexistia essa preocupação ou capacitação. É como se o tempo passasse sem que isso fosse notado. Quiçá, sejam esses alguns dos motivos contribuidores, para a aparente inércia institucional, relacionada a essa temática.

Observa-se na figura-08, que 62% dos entrevistados imaginavam (imaginam) como seriam as suas respectivas vidas na reserva remunerada. Possivelmente, esse percentual superior a 50%, advenha do fato já identificado anteriormente na figura-06. Sabe-se que o tempo estimado para acessar a reserva remunerada é definido por cada militar. Desde que se cumpram os pré-requisitos mínimos. Contudo, para que isso ocorra coerentemente, seria interessante que a Corporação oferecesse um atrativo ou alguma forma de estímulo.



Figura - 08



Figura - 09

Fonte: Pesquisa realizada em outubro de 2014 - CBMMT (Autorizada através do Of. nº 146/Dop/2014)

Na figura - 09, dos 48 entrevistados, 94% disseram que a Instituição praticamente não oferece nenhum programa preparatório específico, voltado para o preparo para a reserva.

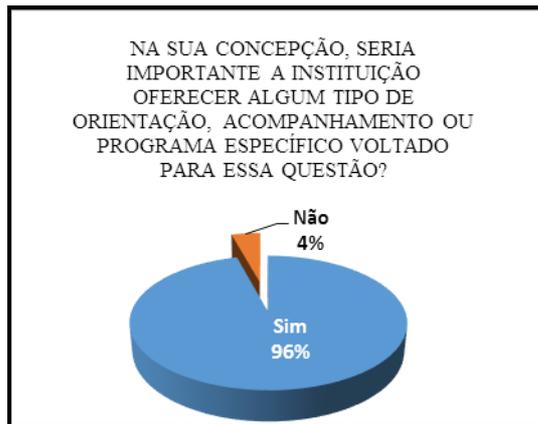


Figura - 10

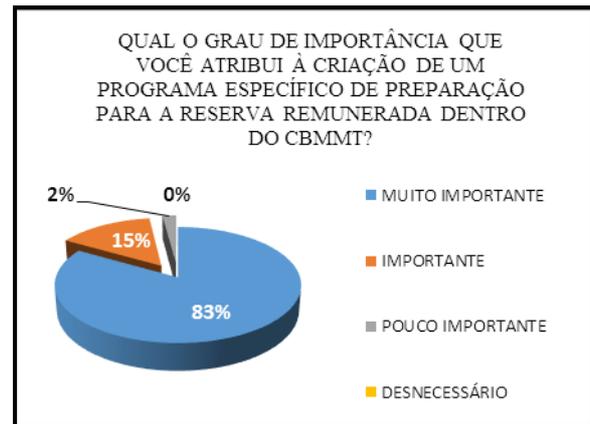


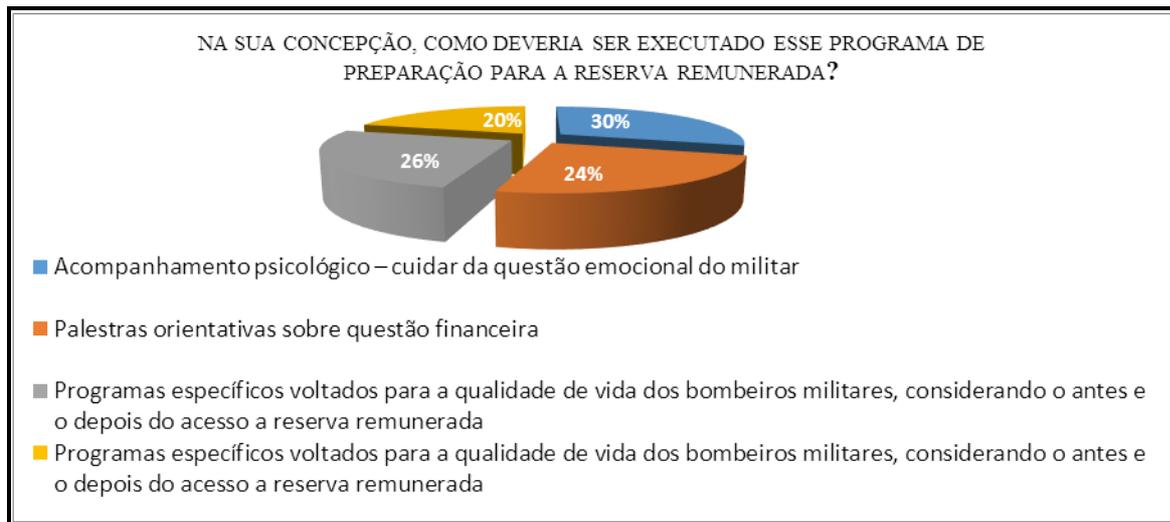
Figura - 11

Fonte: Pesquisa realizada em outubro de 2014 - CBMMT (Autorizada através do Of. nº 146/Dop/2014)

Em uma sucinta análise da problemática dessa pesquisa, e considerando que em questões anteriores demonstrou-se que praticamente não existem planejamentos exclusivos ou treinamentos específicos voltados para a questão da capacitação. Percebe-se, que 96% dos entrevistados gostariam que a instituição oferecesse esses serviços característicos. Até porque, através dessas ações é possível demonstrar o reconhecimento e a valorização do profissional que durante toda sua carreira dedicou-se em prol da Corporação. Isso faz com que seus partícipes sintam-se encorajados e amparados para enfrentar o novo momento.

Contudo, é relevante que se faça a seguinte reflexão. Ao verificar-se que um grande percentual disse sim, qual a real importância atribuída a esse tema? Desta maneira, após a visualização da figura - 11, é possível dizer que 83 % dos 48 bombeiros militares pesquisados, consideraram como sendo “muito importante” que o CBMMT crie e estabeleça um programa exclusivo para essa necessidade.

Contudo, ainda se faz necessário alguns questionamentos. Tais como: “No que diz respeito a esse programa preparatório, como o mesmo poderia ser instituído?” É muito relevante que se possa ao menos poder fornecer algumas recomendações alusivas a essa ideia de gestão de pessoas. Por isso, observaram-se algumas opiniões registradas na figura-12:



Fonte: Pesquisa realizada em outubro de 2014 - CBMMT (Autorizada através do Of. nº 146/Dop/2014)

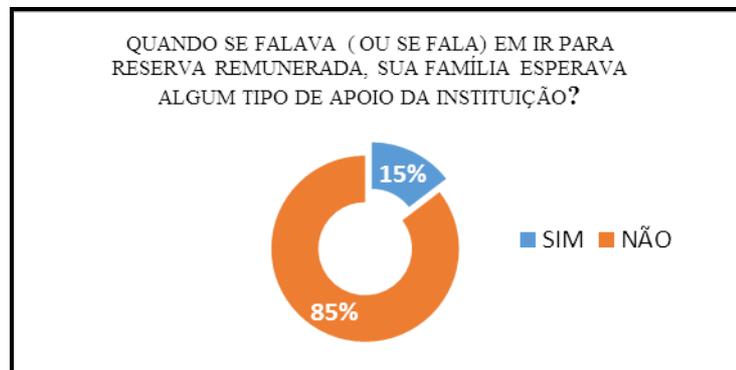
Figura - 12

Da análise das propostas fornecidas na figura acima, as que mais se destacaram foram os quesitos do “acompanhamento psicológico” e da “qualidade de vida” dos bombeiros militares.” Ambos com 30% e 26% de indicações. É imprescindível citar que esse assunto foi evidenciado por um dos colaboradores pesquisados, uma vez que no questionário havia um espaço previsto para sugestões. Então, ele escreveu a seguinte frase: “Muitos bombeiros militares, por não haver um acompanhamento específico, entram em depressão e começam a ingerir bebidas alcoólicas, dentre muitas outras coisas erradas.” (frase de um dos colaboradores dessa pesquisa).

Com relação à preparação, surge mais uma preocupação. Trata-se da família do bombeiro militar. Sabe-se que, o apoio familiar é a base, é a pedra angular e o respaldo para que o indivíduo possa superar os percalços da vida. É onde militar se estabelece e se fortalece. Logo, os familiares também precisam ser devidamente assistidos. Segundo cita Carvalho; Almeida (2003):

A família é apontada como elemento-chave não apenas para a "sobrevivência" dos indivíduos, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade

do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações (CARVALHO; ALMEIDA, 2003, p. 1).



Fonte: Pesquisa realizada em outubro de 2014 - CBMMT (Autorizada através do Of. nº 146/Dop/2014)

Figura - 13

Sobretudo, conforme a figura - 13, em se tratando do tão esperado apoio institucional, verifica-se que os próprios familiares dos bombeiros militares, em 85% dos casos, não esperam nada da Corporação. Portanto, é determinante que se dê o devido valor ao fortalecimento da Instituição junto à família do bombeiro militar.



Fonte: Pesquisa realizada em outubro de 2014 - CBMMT (Autorizada através do Of. nº 146/Dop/2014)

Figura - 14

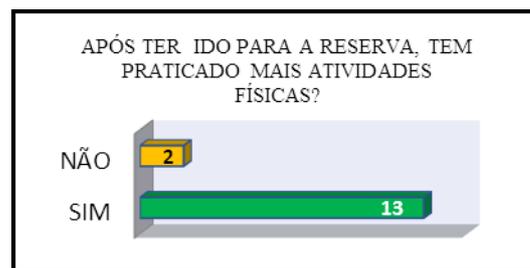
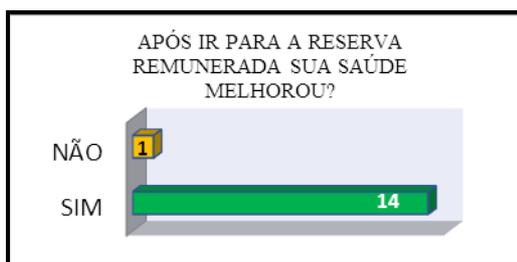


Figura - 15

Em ambas as figuras, mais de 50% dos entrevistados reconhecem que esse período de suas vidas são (ou serão) os momentos de aproveitar a vida e a família. Consideram ainda, que existe sim um sentimento de liberdade e conquista individual. "O ócio com dignidade abre espaço para a pessoa dedicar-se a outros valores,

ainda que seja o lazer simples de jogar dominó com os colegas na sombra de uma árvore frondosa no verão.” (OLIVEIRA - 2009, p.24)

Dando sequência ao trabalho de pesquisa, **definiu-se que seriam feitas algumas perguntas exclusivas aos 15 bombeiros militares colaboradores.** O intuito, dessa atividade peculiar é identificar no grupo que já está na reserva remunerada como tem sido as suas respectivas vidas e anseios.



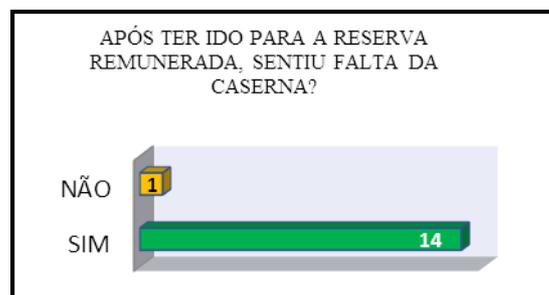
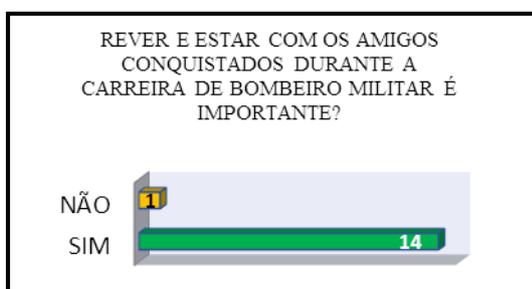
Fonte: Pesquisa realizada em outubro de 2014 - CBMMT (Autorizada através do Of. nº 146/Dop/2014)

Figura - 16

Figura - 17

Analisando-se as informações contidas nas figuras 16 e 17, observa-se que 86,6% dos casos, os entrevistados afirmaram dedicar mais tempo de suas vidas na execução de atividades físicas. Essa informação é muito valiosa, uma vez que a prática de exercícios físicos regulares pode ser diretamente associada a uma melhor qualidade de vida.

Nota-se também, que 93,3% dos participantes, disseram que sua saúde melhorou após irem para a reserva remunerada. Tudo isso, é de vital importância para que se possa manter uma boa saúde mental, a capacidade funcional além do convívio social.

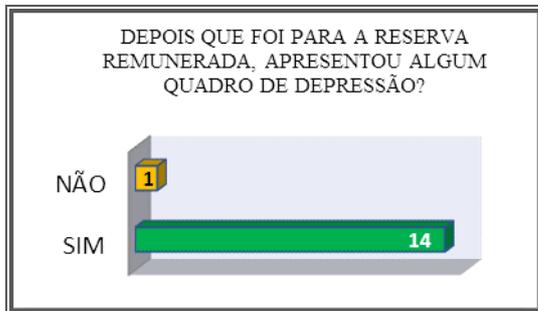


Fonte: Pesquisa realizada em outubro de 2014 - CBMMT (Autorizada através do Of. nº 146/Dop/2014)

Figura - 18

Figura - 19

Ainda, percebe-se de forma muito clara que 93,3% dos bombeiros militares gostam de rever e estar com os amigos conquistados durante o período que estiveram na “ativa.” Por conseguinte, no mesmo percentual, eles demonstraram que sentem falta da “caserna”. Isso é o que se verificou nas figuras 18 e 19.



Fonte: Pesquisa realizada em outubro de 2014 - CBMMT (Autorizada através do Of. nº 146/Dop/2014)

Figura - 20

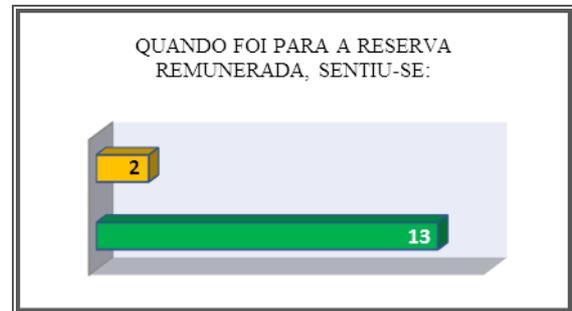


Figura - 21

Um fator muito significativo, e ao mesmo tempo curioso, conferido na figura - 20, é o fato de que 14 dos 15 entrevistados alegaram, não ter apresentado nenhum sintoma depressivo. A curiosidade reflete na constatação dessa pesquisa, onde aponta para a não existência de treinamento e acompanhamento profissional. Mesmo assim, em sentido oposto a lógica desse contexto, é possível dizer que 93,3% do grupo suplantou esse primeiro momento, do pós- reserva sem maiores complicações psicossocial. Pelo que parece, cada um, segundo o seu próprio entendimento, realizou o que lhe foi conveniente para superar essa etapa.

Por outro lado, a figura -21 exterioriza uma dura realidade, pois 86,6% dos bombeiros militares da reserva alegaram sentirem-se esquecidos pela Instituição. No questionário de pesquisa, na parte destinada a sugestões, houve relatos bastante expressivos referentes a essa situação, onde descreveram o seguinte: “O bombeiro militar só é valorizado quando está na ativa.” (frase de um dos colaboradores dessa pesquisa).

Certa época, eu ainda estava na ativa, e perguntei para um superior que tinha ido para a reserva remunerada: como era estar na inatividade? E a resposta dele para mim foi está: “bombeiro, quando você está na reserva nem vento bate na sua costa!” Este ditado é antigo. Todavia é muito verdadeiro, pois agora estou sentindo na pele o que aquele superior me disse no passado! Durante todo o meu tempo na ativa, eu me dediquei à instituição que tanto primei. Entretanto, quando fui para reserva, minha ligação formal com a corporação parece que tinha acabado ali. Ou seja, o CBMMT ou as pessoas que ali ficaram parece que não fazem questão de lembrar-se de quem foi para reserva, e

esquecem que é um ciclo e logo também eles poderão ser esquecidos. (frase de um dos colaboradores dessa pesquisa).

Atualmente estamos esquecidos pela instituição, sem nenhum programa social direcionado aos bombeiros militares da reserva. Muito raramente, se vê a presença de militares da reserva remunerada em solenidades da corporação. Talvez por falta de incentivos, convites, estímulos, etc. Hoje não possuímos a parte social que existia, onde se realizava as confraternizações, congraçamentos, etc. Muitas vezes, ficamos sabendo de notícias de bombeiros militares após morrerem, tudo por falta de um departamento de comunicação social que seja atuante. O fato de estar na reserva, não nos faz deixar de sermos bombeiros militares. Porém, não temos nem estímulo para visitar a caserna, pois muitas vezes somos tratados com indiferenças quando visitamos as unidades e não sendo reconhecido pelos nossos serviços prestados... (frase de um dos colaboradores dessa pesquisa).

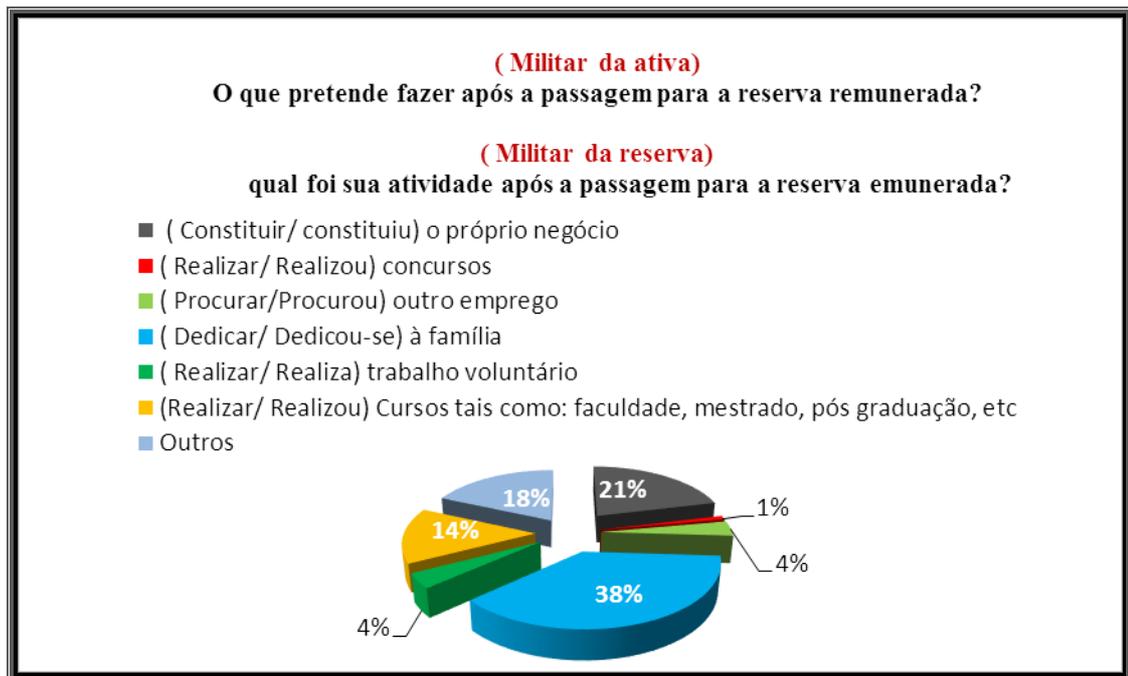
Hoje, o bombeiro da reserva quando vai na caserna os “modernos” mesmo sabendo quem você é, não te cumprimenta ou nem te olha. Muita falta de consideração com os “antigos”. Na minha concepção, a Corporação não tá nem aí pra nós da reserva, principalmente se tratando de praças. Esse é meu comentário, espero ter ajudado. (frase de um dos colaboradores dessa pesquisa)

Após essas tocantes narrativas, é pertinente que se faça a seguinte reflexão: dos bombeiros militares que se expressaram, nota-se que a falta de atenção, reconhecimento e valorização devida a esses profissionais que tanto dedicaram às causas institucionais, são os principais motivos que os deixam entristecidos. Vale pensar o seguinte: quem não gosta de ser bem tratado, recebido e considerado por seus feitos? É certo que fatos esses, somados a aparente inércia institucional com relação a essa realidade, faz com que esses bombeiros militares se sintam preteridos, excluídos e esquecidos entre a tropa da ativa e seus pares.

Outra circunstância que provavelmente dificulta a vida desse militar quando vai para a reserva, é a dificuldade de se estabelecer em novos grupos sociais e assim formar outras amizades ou até mesmo praticar atividades diferentes das de costume. Essa situação é praticamente comum ocorrer nos primeiros anos da inatividade.

Talvez isso ocorra, devido o período em que esteve trabalhando na ativa, obteve mais contatos com seus companheiros de farda, formando um ciclo restrito de amigos de profissão. Em alguns casos, isso ocorre até mesmo em sua própria casa. Uma vez que antes, devido a sua ocupação cotidiana no quartel, não lhe possibilitava inserir-se na rotina doméstica. De início tudo se torna mais complicado. Logo, é pertinente e salutar que se busque a manutenção do equilíbrio familiar.

Por fim, e não menos importante, nesse último quadro de atividades apresentadas na figura-22, verificaram-se os seguintes aspectos: 38% dos entrevistados dedicam ou querem dedicar-se as suas respectivas famílias. Por outro lado, 21%, ocupam (querem ocupar) seu tempo constituindo negócio próprio, buscando dessa forma uma nova atividade funcional.



Fonte: Pesquisa realizada em outubro de 2014 - CBMMT (Autorizada através do Of. nº 146/Dop/2014)

Figura - 22

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa, identificou-se a existência de uma lacuna assistencial dentro do Corpo de Bombeiros Militar de Estado de Mato Grosso. Logo, a ideia central desse artigo é justamente evidenciar essa necessidade Institucional. Até porque, em se tratando de reserva remunerada, há de se pensar sobre a magnitude e a importância de estar devidamente preparado para enfrentar esse novo ciclo inerente a qualquer profissional. Vale ressaltar, que é incabível o pensamento de que esse momento singular só acontece com o “outro”.

Contudo, frente às expectativas e incertezas do futuro comum a maioria desses profissionais, é mais que aceitável que se faça ou promova alguma ação regular exclusiva, para que bombeiro militar possa sentir-se abrigado, protegido e amparado para enfrentamento dessa nova realidade de vida.

Sendo assim, diante do que foi possível identificar nos resultados desse estudo, como proposta para essa situação, a maneira mais envolvente, associativa e dinâmica pelo qual a Corporação poderá tratar essa questão de gestão de pessoas, seria criar um programa específico adequando para esse caso exposto.

Dessa forma, esses militares receberão todo acompanhamento e o aporte necessário para que possam ingressar nessa nova etapa. Além disso, mesmo depois de estarem na reserva, poderão auferir de todo o suporte e assistência fornecidos através desse projeto essencial. Possibilitando dessa maneira, uma realidade menos traumática, em detrimento de já receberem a devida orientação psicológica, financeira, familiar e social que lhe são devidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNHOEFT, R. **Valores do executivo e seu despreparo para a aposentadoria.** In: DORSEY, Allan et al. *Disfunções do comportamento na organização e como tratá-las.* São Paulo: IBECON, 1987. p. 49-83.
- CARVALHO, Inaiá Maria de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Família e proteção social.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>>. Acessado em: 13 de Novembro de 2014.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei n. 429,** de 29 de abril de 1937 (Estende o montepio militar do Exército à Polícia Militar Federal e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal)
- ESTADO DE MATO GROSSO. **Lei nº 9.571,** de 29 de junho de 2011 (Institui, promove e estimula a realização de Programas de Preparação para a Aposentadoria – P.P.A. de Servidores de Entidades Públicas e Particulares no âmbito do Estado de Mato Grosso).
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista.** 8ª. ed. ver. São Paulo: Cortez, 2000.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.** [s.l.: IBGE], 2010, p. 191.
- JÚNIOR, A.; BRÊTAS, A. **O envelhecimento para militares que serviram no exército brasileiro.** São Paulo: Acta Paul Enferm, 2011.
- KEGLER, P. **A travessia do si mesmo na passagem para a reserva: enclaves entre trabalho e narcisismo.** 2011.96 f. Tese (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.
- MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. **Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário.** *Ciência & Saúde Coletiva.* Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000, p. 7-18.
- OLIVEIRA, Oris de. **Trabalho, Não Trabalho. Aposentadoria.** Preparação para a aposentadoria: você já pensou sobre isso? / Juliana Presotto Pereira Netto (organizadora). Vários autores. São Paulo: LTr, 2009.
- SCHEIN, E. **Psicologia organizacional.** Rio de Janeiro: Pretence-Hall do Brasil, 1982.
- SOUZA, Luciana Virgília Amorim de. **A Previdência Social no Brasil: uma longa história para contar.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 15 maio 2013. Disponível em: <

<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.43403&seo=1>
>.Acesso em: 10/11/14.

SOUZA, J. A. M. **Ainda há tempo-de boa.** Disponível em < http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_63384/artigo_sobre_ainda_h%C3%81_tempo_-_de_boa > Acesso em: 10/11/14

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão de debate.** 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003

TSUTSUI, Mário. **Qualidade de vida e preparação do policial militar para a reserva remunerada** - artigo - Universidade Estadual de Maringá -2009

VERAS, R. P.; & CAMARGO JUNIOR, K. R. (1995). **Idosos e universidade: parceria para a qualidade de vida.** Em: R. P. Veras (Org.). Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro (pp. 11-27). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; SOARES, D. H. P. **Orientação para aposentadoria nas organizações do trabalho: construção de projetos para o pós-carreira.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZANELLI, J. C.Silva, N. **Programa de preparação para a aposentadoria.** Florianópolis: insular. 1996.

UTILIZAÇÃO DE CÃES COMO FERRAMENTA ALTERNATIVA PARA AUXILIAR NAS BUSCAS DE CADÁVER EM OPERAÇÕES SUBAQUÁTICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Jusciery Rodrigues Marques Costa¹

RESUMO

Este artigo apresenta a utilização do cão como ferramenta no auxílio às equipes de mergulho durante a realização de buscas a cadáveres. A partir da observação dos fatores, tempo elevado de conclusão de ocorrência e riscos aos mergulhadores de resgate, percebeu-se a importância realizar um estudo com o objetivo de elucidar a seguinte questão: O uso do cão como ferramenta alternativa influencia de que maneira nas atividades de busca subaquáticas? O presente artigo tem como objetivo verificar a eficiência do uso do cão nas buscas de cadáver em ambientes aquáticos e avaliar as possibilidades de contribuição dessa ferramenta nas atividades de busca e resgate em operações subaquáticas. Os dados e informações deste trabalho foram obtidos através de sites, artigos científicos, livros, revistas científicas, monografias e trabalhos acadêmicos. Foi feita uma pesquisa de campo e foi aplicado um questionário a todos os Corpos de Bombeiros do Brasil. O cão indica a área onde o odor da vítima atinge a superfície da água, após esse sinal o mergulhador começa a realizar a varredura subaquática. Isso faz com que o tempo das operações subaquáticas seja menor, conseqüentemente diminui o tempo de exposição e os riscos dos mergulhadores.

Palavras-chave: *Operações Subaquáticas – Cães – Busca – Cadáveres.*

ABSTRACT

This article presents the use of the dog as a tool in helping the dive teams while conducting searches of corpses. From the observation of factors, high completion time of occurrence and risk to rescue divers, realized the importance carry out a study to elucidate the following question: Dog use as an alternative tool influence how the search activities underwater? This article aims to verify the dog's use efficiency in cadaver searches in aquatic environments and evaluate the contribution of possibilities of this tool in the search and rescue activities in underwater operations. The data and information in this study were obtained through websites, scientific articles, books, journals, monographs and academic papers. A field survey was conducted and a questionnaire was applied to all Fire Stations in Brazil. The dog indicates the area where the odor from the victim reaches the water surface, the diver after this signal starts to perform the scanning underwater. This causes the time the underwater operations is shorter, consequently decreases the exposure time and risks of divers.

Keywords: *Underwater Operations – Dogs – Search – Corpses.*

¹ Capitão Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso, Graduada em Gestão de Riscos Coletivos pelo Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará - IESP, Pós Graduada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pela APMCV, Mergulhadora de Resgate do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso através do Curso de Mergulho Autônomo tem formado mergulhadores capazes de atuar na busca e resgate de patrimônios e corpos em locais de águas profundas com pouca ou nenhuma visibilidade, característica comum dos rios da região mato-grossense.

O Mergulho de Resgate segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) está no ranking das atividades mais perigosas do mundo devido ao seu alto grau de complexidade. O estado de Mato Grosso possui uma grande extensão territorial onde apresenta rios, lagoas, lagos e represas que possuem por sua vez diversos tipos de sedimentos, tornando uma armadilha para o mergulhador de resgate. Essas características são preponderantes para que o tempo de conclusão de ocorrência seja elevado. Aliado ao fator da periculosidade, o Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso enfrenta o problema com efetivo reduzido.

A partir da observação desses fatores, tempo elevado de conclusão de ocorrência e riscos aos mergulhadores de resgate, percebeu-se como é importante realizar um estudo com objetivo de elucidar a seguinte questão: O uso do cão como ferramenta alternativa influencia de que maneira nas atividades de buscas subaquáticas?

Disto posto, o presente trabalho tem como objetivo verificar a eficiência do uso do cão nas buscas de cadáver em ambientes aquáticos e avaliar as possibilidades de contribuição dessa ferramenta nas atividades de busca e resgate em operações subaquáticas.

ATIVIDADE DE MERGULHO DE RESGATE E SEUS RISCOS

Sabe-se que o mergulho de resgate é uma das atividades mais perigosas do mundo devido ao seu alto grau de complexidade. O estado de Mato Grosso possui a terceira maior extensão territorial do Brasil. Segundo pesquisadores é um

dos locais que possui o maior volume de água doce no mundo. Devido ao grande número de aquíferos, rios e nascentes é conhecido como a “caixa-d'água” do Brasil.

Na operação de mergulho existem situações que podem fazer com que o risco à vida do mergulhador seja elevado, o que dependerá do local da busca. Mato Grosso possui rios, lagos, lagoas e represas que apresentam diversos tipos de sedimentos, troncos de árvores e rochas, podendo tornar-se uma armadilha. Ainda, pode-se citar a atividade de pescadores que deixam ao longo do rio anzóis e redes, que por sua vez acabam se enroscando no mergulhador de resgate. A grande maioria das ocorrências possui um tempo elevado para sua conclusão, tendo em vista a má visibilidade e as grandes extensões dos rios. As ocorrências podem durar 2 horas ou até mesmo semanas.

Outro fator que torna a atividade de mergulho de alto risco são os efeitos da pressão que os mergulhadores são acometidos por estarem trabalhando diretamente em ambientes subaquáticos. Nas Condições Normais de Temperatura e Pressão - CNTP a pressão atmosférica na superfície da Terra é de 1,033 Kg/cm². Para cada 10 metros de profundidade no meio líquido, acrescenta-se outra pressão atmosférica às preexistentes.

A fisiologia humana não foi desenvolvida para realizar atividades subaquáticas, isso faz com que o corpo humano confronte-se com condições adversas. Para superar os limites fisiológicos subaquáticos, o homem criou equipamentos com a finalidade de mantê-lo submerso por um período de tempo maior. Apesar de existir inúmeros tipos de tecnologias na área, o homem não fica isento aos problemas que a pressão pode ocasionar.

O manual de operações de mergulho do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do estado de São Paulo relata que no ser humano os efeitos da pressão podem ser diretos ou indiretos. Os efeitos diretos são ocasionados pela ação mecânica da pressão nos espaços corporais e nas células. Como consequência, tem-se o barotrauma e a embolia traumática pelo ar. Já os efeitos indiretos acarretam alterações fisiológicas causadas pelo resultado das pressões parciais dos gases absorvidos pelo organismo, sendo biofísicos e bioquímicos, um exemplo são as doenças descompressivas.

Ainda em relação aos efeitos da pressão sobre o mergulhador, conforme o Manual de Operações de Mergulho do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2006) existem outras alterações da fisiologia humana que podem ocorrer durante a atividade de mergulho, entre elas: alterações urinárias, hipotermia (a temperatura do corpo de um indivíduo cai além dos limites normais) e hipertermia (falha do mecanismo de compensação do calor e aumento da temperatura do corpo).

Ao contrário do mergulho de recreação, no mergulho de resgate o mergulhador irá trabalhar muitas vezes em águas sem visibilidade, poderá até se deparar com ambientes favoráveis a infecção por agentes químicos ou biológicos. Os agentes químicos podem ocasionar: queimaduras, ulcerações e irritações na pele, desmaios, podendo chegar a casos mais graves, como parada respiratória, asfixia, desgaste de órgãos e parada cardíaco-respiratória. Entre as doenças acarretadas por agentes biológicos estão a febre tifoide, hepatite, cólera, esquistossomose, paratifoide, entre outras.

Além dos riscos mencionados Shiroma (2012) diz que “os mergulhadores, durante a execução da atividade, estão sujeitos aos ataques de animais que habitam o ambiente aquático, seja nos rios, lagos, lagoas, represas ou similares”. Os ataques de peixes e répteis podem ocasionar ferimentos lácero-contusos. O Manual de Medicina Submarina (2006) traz que as lesões causadas por toxinas “são responsáveis pela inoculação de toxinas das águas-vivas, caravelas, corais, ouriços do mar, arraias, mangangá, alguns caramujos e alguns polvos”.

A Marinha do Brasil é a instituição reguladora das atividades de Mergulho Autônomo. Conforme o que preceitua as normas da autoridade marítima para as atividades subaquáticas - NORMAM 15 as empresas comerciais e as instituições ou órgãos públicos que executam atividades de mergulho recreativo ou profissional devem seguir as normas da Marinha. Com o escopo de oferecer segurança aos profissionais da área, a NORMAM 15 fala que os trabalhos submersos executados com a profundidade de até 30 metros, deverão ser compostos com uma equipe mínima de quatro mergulhadores: um mergulhador raso para supervisão, para a execução da atividade um mergulhador raso, para casos de emergência um

mergulhador raso pronto para intervir e para auxiliar os trabalhos na superfície um mergulhador raso.

O Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso possui no seu quadro de efetivo 43 mergulhadores distribuídos em 17 Unidades Bombeiro Militar. Os militares do serviço operacional concorrem a uma escala de 24h de trabalho por 48h de descanso. Ao analisar o efetivo de mergulhadores, quantidade de Unidades Bombeiro Militar e escala de serviço, constata-se que o efetivo máximo de mergulhadores de serviço diário em cada UBM não chega a 02 militares.

Portanto, o efetivo existente para o emprego nas operações de mergulho no CBMMT é insuficiente segundo os parâmetros da NORMAM - 15. Fato esse que leva, por muitas vezes, os profissionais extrapolarem os limites de segurança para atender ocorrências que podem durar semanas.

OS CÃES DE BUSCA E RESGATE

Foi durante a segunda Guerra Mundial, mais precisamente na Inglaterra, que se deu início o emprego de cães de resgate na localização de pessoas em estruturas colapsadas. Além da Inglaterra, na década de 50 nos países Estados Unidos, Alemanha e Suíça foram criados os primeiros centros de formação de cães para serem utilizados no salvamento.

No mundo, periodicamente são relatadas pelos noticiários diversas catástrofes as quais o emprego do cão é imprescindível na busca de pessoas, trazendo celeridade e eficiência na solução do incidente. Siqueira e Nicácio (2010) apud Shiroma (2012) destacam a utilização de cães não só nas guerras, bem como em grandes calamidades mundiais, dentre as quais se destacam em 1972 no túnel de Vierzy, em 1977 na Romênia, em 1983 na Turquia Oriental, em 1989 em São Francisco nos Estados Unidos, em 1995 a explosão no prédio da polícia federal em Oklahoma - EUA e em 2001 no *World Trade Center* nos Estados Unidos.

Um dos fatos históricos mais marcantes no mundo foi o ataque às torres gêmeas do *World Trade Center* no dia 11 de setembro de 2001 - Estados Unidos, mais de 3.000 pessoas morreram nessa tragédia. Nesta operação de busca e resgate em estruturas colapsadas os cães foram usados de forma efetiva na localização de

vítimas com ou sem vida. Devido ao alto grau de complexidade do resgate, a intervenção com cães nessa catástrofe foi avaliada como um marco histórico nesse tipo de atividade. Sobre o atentado às torres gêmeas, o *Daily Mail* (2012) destaca o serviço do cão e discorre que "mesmo que os cães não pudessem encontrar as pessoas ainda vivas, eles ainda assim podiam proporcionar conforto para os bravos bombeiros e para as equipes de resgate dos serviços de emergência".

Os cães atuam em diversas atividades de socorro, uma vez que, por ano ocorrem um milhão de abalos sísmicos no mundo que ocasionam diversos tipos de desastres, como incêndios, explosões, desabamentos, incidentes em obras em construção. De forma extraordinária, os cães com sua habilidade em farejar auxiliam os bombeiros nos trabalhos de busca e salvamento, complementando a tecnologia de equipamentos utilizados nas operações, muitas das vezes, superando-os.

Nas buscas em estruturas colapsadas, os equipamentos utilizados apenas conseguem captar e amplificar a emissão de voz, gemidos ou o som do coração de vítimas que têm consciência. Já o cão, devido ao seu olfato apurado, pode encontrar vítimas estando elas com ou sem vida em ambientes inóspitos, por exemplo, em escombros, locais de fumaça ou ruído e ainda em locais completamente escuros. Assim, conforme especialistas na área, sem o emprego do cão, para encontrar uma pessoa soterrada em local de ampla profundidade, eram necessárias cerca de 20 pessoas para trabalhar durante uma hora.

As vantagens de se utilizar o cão em operações de busca e salvamento são inúmeras, tendo em vista que é uma ferramenta que possui um custo relativamente baixo com benefícios excelentes, exprimindo menos custos, uma vez que há uma redução na quantidade de equipamentos, homens e estruturas, sem falar que as equipes reduzirão a exposição aos riscos, já que o cão ficará mais exposto aos riscos.

Os cães de busca e resgate conseguem chegar a local de difícil acesso que o ser humano possuiria dificuldade em se locomover, como ribanceiras, escombros instáveis com risco iminente de desmoronamento e localizar um corpo sob a água. O cão de busca e resgate rastreia a vítima através do odor humano. Através do cheiro o cão consegue localizar a área que a vítima se encontra, estando ela com vida ou não.

Para Layton (2008) um cão consegue realizar o trabalho de busca que 20 a 30 homens levariam para realizar. O olfato é o sentido mais desenvolvido do cão, assim sendo, ele é utilizado como ferramenta para localização de vítimas por meio do faro, que funciona como mecanismo sensorial.

Ao analisar o olfato do homem e do cão, existe uma ampla diferença na quantidade de células sensoriais olfativas nessa área. Segundo Alcarria (2000) “quase uma oitava parte do cérebro do cão e mais de 50% do nariz interior estão dedicados ao olfato, ao passo que os lóbulos olfativos humanos são muito mais pequenos e na superfície de células olfativas é tão só de uns 6 cm²”. O olfato humano mede cerca de 5 cm² chegando a ter aproximadamente 5 milhões de células olfativas, ao passo que o olfato de um pastor alemão, por exemplo, possui uma área 150 cm² com cerca de 225 milhões de células olfativas. Além do faro apurado, o cão possui a audição e a visão noturna acentuada que podem auxiliar nas buscas.

Conforme a Associação de Busca e Resgate com Cães do Brasil – ABRESC (2012) “no Brasil percebe-se um uso ainda muito sensível dos cães por parte dos Corpos de Bombeiros. Acredita-se que por desconhecimento das diversas funções que os cães podem executar”.

São inúmeras as atividades de salvamento em que o cão pode ser empregado como ferramenta para dar celeridade à conclusão do incidente, dentre as quais se destacam as buscas: em estruturas colapsadas, de pessoas desaparecidas em áreas rurais, em deslizamentos, em avalanches, de cadáveres submergidos e de restos mortais. O fato de não possuir áreas de riscos naturais, elevadas montanhas, montanhas com neve e terremotos, Parizotto (2010) descreve como agente preponderante ao retardo na aplicação do cão nas atividades de bombeiros no Brasil.

Para driblar os problemas encontrados nas diversas áreas de bombeiros, como complexidade de ocorrências, alto custo de materiais e equipamentos, efetivo insuficiente, os Corpos de Bombeiros vêm implementando como ferramenta alternativa o emprego de cães nas suas atividades.

BREVE HISTÓRIA DOS CÃES DE RESGATE NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MATO GROSSO

No Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso, o Comando Regional VII, instalou o primeiro canil para busca e salvamento do Estado, na 12ª Companhia Independente de Bombeiros Militar localizada no município de Colíder - MT, tendo como idealizador do projeto, o Comandante da Unidade o Cap BM Rafael Ribeiro Marcondes.

De maneira simples a idéia da efetivação do serviço de busca e resgate no Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso começou a se concretizar em julho de 2012, quando a 12ª CIBM conseguiu através de doação a aquisição de dois filhotes da raça labrador. Em setembro do mesmo ano o Comando Regional VII promoveu uma capacitação para os militares e a 12ª CIBM adquiriu mais dois filhotes. Daí por diante iniciou-se a construção da estrutura física do Canil e o treinamento dos animais.

No dia 15 de julho de 2012 uma ocorrência deixou em evidência a necessidade e a importância do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso dispor de um serviço de busca e resgate com cães. Marcondes (2012) relata que:

Um trabalhador do canteiro de obras da Usina Hidroelétrica Colíder, localizada no Município de Nova Canaã do Norte-MT, foi soterrado, quando um imenso talude de terra cedeu, soterrando parcialmente mais três caminhões e outro trabalhador. A guarnição da 12ª CIBM (Colíder-MT) foi acionada e ao chegar no local se deparou com uma área de quase 500.000m² e mais de 12m de altura de terra, que cedeu, três caminhões que foram arremessados a mais de 20 metros de distância um do outro. Diante do cenário a guarnição sentiu dificuldade por onde começar as buscas. Após três dias de buscas sem sucesso o comandante da guarnição, o então 1º SGT Martins solicitou ao comandante da 12ª CIBM a possibilidade requisitar o apoio de cães farejadores de outras instituições.



Fonte: 12ª CIBM/ Assessoria de Comunicação
Figura 01: Obras da Usina Hidroelétrica Colíder

A 12ª CIBM tornou-se referência em treinamento de Cães e é a única unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso a dispor deste serviço especializado. O canil da 12ª CIBM possui capacidade de alojar quatro cães e ainda possui uma pista de obstáculos para treinamento dos animais.

Atualmente com um plantel de quatro cães, a 12ª CIBM promove treinamentos contínuos e já empregou alguns dos cães em operações reais. Segundo o Marcondes (2014), o auxílio dos cães é imprescindível para o sucesso das operações de busca e salvamento, eles são capazes de localizar vítimas e cadáveres em escombros, na mata, em meio a toneladas de terra e até mesmo no meio líquido, nos casos de vítimas de afogamento.

Dentre as diversas ocorrências atendidas destacam a busca a um senhor de 55 anos que se perdeu em uma área de floresta, na cidade de Paranaíta - MT. Conforme Marcondes (2014):

O Comando Regional - VII do Corpo de Bombeiros Militar acionou a equipe especializada de busca, resgate e salvamento com cães da 12ª Companhia Independente, para localizar e resgatar J. F., 55, que havia se perdido em uma área de floresta, a cerca de 70 km de Paranaíta, na última quinta-feira (27-03). Após aproximadamente uma hora e meia de busca o homem foi encontrado com a ajuda dos cães "O trabalho dos cães foi primordial para o sucesso desta operação, tendo em vista a rapidez com que realizaram a localização da vítima. Devido ao seu debilitado estado de saúde a vítima talvez não suportasse passar mais tempo na mata sem alimentos", afirmou o comandante da operação 1º Tenente BM Rafael Ribeiro Marcondes.



Fonte: 12ª CIBM/Assessoria de Comunicação

Figura 02: Equipe de busca, resgate e salvamento com cães da 12ª Companhia Independente

Para o ano de 2014 está prevista a construção de uma pista de treinamento para resgate em escombros, meta prevista no planejamento do Comando Regional VII. Os cães da 12ª CIBM desempenham ainda um papel social muito importante com a Zooterapia auxiliando jovens e crianças da APAE de Colíder no seu desenvolvimento.

Neste ano de 2014, diante dos bons resultados apresentados pelo Canil da 12ª CIBM e ciente da importância deste serviço o Comando do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso passou a incentivar a atividade e enviou dois militares para realizar capacitação técnica em outros estados da Federação. O CAP BM Rafael Ribeiro Marcondes foi para o estado do Rio de Janeiro juntamente com sua cadela de resgate Sheron para participar do 7º Curso de Busca, Resgate e Salvamento com Cães do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Rio de Janeiro (CBMERJ).

Reconhecendo a qualidade do treinamento desenvolvido no estado de Mato Grosso e avaliando o desempenho da cadela Sheron, o canil do CBMERJ solicitou o Binômio do CBMMT para apoiar uma ocorrência real de busca de cadáver no município de Itaperuna-RJ. A cadela Sheron foi um dos três cães selecionados dentro de um plantel de vinte cães para atuar nesta busca. Os cães realizaram varredura em toda a área de aproximadamente 3 km², descartando a possibilidade de o corpo estar naquela localidade, direcionando assim as investigações realizadas pela Polícia Judiciária Civil - RJ (MARCONDES, 2014).

O EMPREGO DO CÃO PARA AUXILIAR MERGULHADORES NA BUSCA DE CADÁVER

Sabe-se que a busca subaquática é uma atividade de alto risco devido a sua complexidade. Alguns Corpos de Bombeiros estão utilizando o cão como ferramenta alternativa para auxiliar os mergulhadores na busca de cadáveres. Para prosseguir com o estudo do emprego do cão nessas atividades é de suma importância conhecer o processo de decomposição do cadáver na água.

O primeiro estágio começa após a morte do indivíduo, os micro-organismos dão início ao seu processo, liberando dentro do corpo gases. A temperatura da água vai influenciar na velocidade e volume de gases produzidos.

Em águas rasas, até 30 metros de profundidade, a pressão não terá influência na velocidade de produção de gases. Entretanto, acima de 30 metros, em águas profundas a pressão reduz a quantidade de gases. Para o corpo emergir faz-se necessário uma produção maior desses gases e quando a vítima encontra-se com o estômago cheio, a decomposição se torna mais rápida (REBMANN; DAVID E SORG, 2000).

No estágio dois, por conta do volume de gases, o corpo irá emergir até a superfície passando a boiar. Em alguns casos, dependendo dos sedimentos da água, o cadáver poderá ficar preso em galhos de árvores, redes de pesca e entulhos. A temperatura da água em torno do corpo influenciará no tempo para ele possa flutuar, em regra, leva de 24 a 72 horas se a água for mais quente ou meses em água gelada. Caso a temperatura da água seja abaixo de 2º Celsius, o volume de gases produzido pelo cadáver pode ser insuficiente para que ele suba até a superfície (REBMANN; DAVID E SORG, 2000).

No último estágio, com o corpo na superfície, ele pode flutuar até ser encontrado ou se desintegrar totalmente não deixando resíduo (REBMANN; DAVID E SORG, 2000).

Além da temperatura da água influenciar no tempo de submersão do corpo, outros fatores também são relevantes. Segundo Rebmann, David e Sorg (2000):

A submersão dependerá do tipo de afogamento. No afogamento molhado, a submersão poderá ser simultaneamente à morte, isso dependerá da quantidade de água engolida ou inalada pela vítima. Diante do afogamento seco, a exemplo do espasmo de glote, o corpo tende a submergir de maneira mais lenta, pois a concentração de ar no pulmão é maior do que a de água.

A composição muscular e óssea, o tipo de roupa usada e a etnia da vítima podem influenciar ainda no tempo de submersão do corpo (ALCARRIA, 2000).

Em situação normal, após a liberação de gases, o corpo retorna à superfície. No entanto, há criminosos que para ocultar o cadáver de um crime utilizam meios para mantê-lo debaixo d'água com a finalidade de não ser encontrado por ninguém. Também existem situações que o corpo fica preso em galhos de árvores, rochas e outros locais. Disto posto, Hardy apud Alcarria (2000) descreve um relato de ocorrência em que o cão foi imprescindível para encontrar o cadáver:

O corpo estava tão firmemente preso dentro de uma caverna nas rochas, que teve que ser liberado com alavancas. O mergulhador declarou que, como o corpo não se encontrava no fundo, ele não poderia tê-lo encontrado (passado por ele sem perceber), não fosse pelo alerta do cão.

Após entender como funciona o processo de decomposição do corpo humano na água e os fatores preponderantes que influenciam no tempo de submersão do corpo, faz-se necessário abordar como é realizada a busca de cadáveres com o emprego de cães em ambientes aquáticos. A busca subaquática é uma atividade de resgate complexa, tendo em vista que a área de varredura na maioria das vezes é extensa e os mergulhadores não conseguem varrer toda a área, podendo a operação perdurar por vários dias.

O emprego de cães pelos Corpos de Bombeiros do Brasil em busca subaquática ainda é recente. Existem relatos da década de 70 sobre a utilização de cães para localizar corpos submersos em alguns países. O especialista Andy Rebmann documentou atividades de busca realizadas pelo seu cão, o qual farejava objetos de cheiro até corpos na água. Segundo Rebmann, David e Sorg (2000) “por uma mudança corporal, cada cão indicava o final do rastro. Baseado nas ações dos cães, os mergulhadores buscaram e acharam os corpos na água”.

O cão é uma realidade em alguns Corpos de Bombeiros do Brasil e se tornou uma ferramenta formidável no auxílio das operações de mergulho. Implementado em 2002 no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, os cães de busca já participaram em aproximadamente 60 ocorrências nos mais diversos ambientes aquáticos. Em Santa Catarina o cão e seu condutor acompanham os mergulhadores nas operações de buscas de cadáveres em água doce.

Já foi citado que quando em decomposição, o corpo sob a água libera gases e partículas da pele, que sobem à superfície. Por meio da linguagem corporal, o cão irá advertir o local onde o odor do cadáver é mais intenso, ainda que ele esteja totalmente submerso. A equipe de mergulhadores utiliza o ponto indicado de alerta para realizar a descida, tendo maior facilidade para localizar a vítima.

Além de considerar o local indicado pelo cão onde existe maior probabilidade de encontrar o corpo, há necessidade de analisar o movimento das correntes de água e a direção do vento, para estimar o local mais provável do corpo (PARIZOTTO, 2010).

Uma das técnicas utilizadas na busca de cadáver é realizá-la próximo às margens do ambiente aquático. Caso não haja essa possibilidade, o condutor e seu cão efetuarão a busca por meio de uma embarcação. Deve ser utilizada uma embarcação mais baixa possível, pois existe mais odor à superfície da água. Os cães frequentemente “provam” a água a procura do odor e alguns gostam de nadar para adquirir o cheiro do objeto. Durante a busca aquática, a velocidade da embarcação precisa ser lenta, deve-se levar em consideração o tipo de motor (REBMANN; DAVID E SORG, 2000).

É de suma importância que a caracterização do ambiente onde o cão é treinado seja o mais próximo do que pode ser encontrado em uma ocorrência real. Para isso, são utilizadas fontes de odor, que possuem dois tipos de classes: sintéticas e naturais.

Existem no comércio diversas fontes sintéticas, que são substâncias para simular o cheiro do cadáver humano. Determinados materiais simulam até os diferentes estágios de decomposição do corpo humano. As substâncias mais conhecidas são Putrescina e a Cadaverina descritas por Rebmann, David e Sorg (2000):

Putrescina e cadaverina são substâncias químicas que proveem um conveniente veículo pelo imprimir o reforço de cães de busca de cadáver. Elas são combinações de di-aminos, semelhante a esses criados durante o processo de decomposição de assunto orgânico no que permanece no ambiente para um período significativo de tempo. Só requer uma pequena quantidade destas substâncias químicas (1-5 gotas) para uma fonte de cheiro válida.

Quanto às fontes naturais, segundo Rebmann, David e Sorg (2000), o ideal seria realizar treinamento canino com a carne do ser humano. Entretanto, em alguns locais existem os impedimentos legislativos vedando o uso desse tipo de material nos treinamentos com cão.

Assim, há uma vasta gama de possibilidades de treinamento para que o cão alcance os objetivos traçados pelo seu condutor. Para a realização de busca de cadáver em ambientes aquáticos não existe uma raça específica, os melhores cães

para essa atividade são Border Collies, Labradores, Pastores Alemães e mestiços, pois são comumente utilizados principalmente devido a seu vigor e energia. Para trabalhar nesta área, um cão deve ser obediente, muito sociável e amigável.

METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS

Na confecção do presente artigo científico utilizou-se o método dedutivo de abordagem, com pesquisas quantitativa e qualitativa. A pesquisa foi realizada com o intuito de saber quais corporações empregam o cão como ferramenta para auxiliar os mergulhadores nas buscas subaquáticas.

Para isso foi aplicado um questionário contendo 07 questões discursivas aos condutores de cão dos Corpos de Bombeiros do Brasil, que buscou saber se a instituição utiliza o cão como ferramenta para auxiliar nas buscas subaquáticas. Ainda, para as instituições que usam o cão nessas atividades, foi perguntada qual a importância da utilização de cães nessas operações, os aspectos positivos e negativos do seu emprego, e se em relação ao custo-benefício sua utilização nas buscas subaquáticas é viável.

Dessa forma, para embasar o artigo científico utilizou-se como fonte de pesquisa para o tema sites, artigos científicos, livros, revistas científicas, monografias e trabalhos acadêmicos. Também foram utilizadas matérias publicadas em sites que abordavam sobre a temática, relatórios de ocorrências de condutores de cão e de mergulhadores de algumas instituições que empregaram o cão nas atividades de busca aquática.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O questionário para a coleta de dados foi enviado por e-mail para os Corpos de Bombeiros de todos dos estados e Distrito Federal. Bombeiros de 77,78 % dos estados encaminharam suas respostas, também por e-mail.

Os dados do primeiro questionamento apontaram que 66,67 % dos Corpos de Bombeiros utilizam o cão como ferramenta para auxiliar nas atividades de

bombeiro. As naturezas das ocorrências mais citadas foram buscas por pessoas desaparecidas em matas e florestas, em escombros e/ou edificações colapsadas, cadáveres, vítimas de afogamento e buscas em cenários de desastres naturais.

Nota-se que mais de 50 % dos Corpos de Bombeiros do Brasil empregam o cão nos mais diversos tipos ocorrências.

A segunda questão apontou que 19,04 % das corporações utilizam o cão nas operações de mergulho como ferramenta para auxiliar nas buscas de cadáver. Foi relatado que o emprego do cão nas atividades de buscas em meio aquático se dá após um minucioso e árduo treinamento, que é iniciado com o uso de odores que se aproximam de vísceras humanas. Em seguida é solicitado o auxílio de mergulhadores que submergem com um tubo impregnado com o odor. Os cães são empregados em situações com elevado grau de dificuldade e/ou grande abrangência de área de atuação, ele funciona como indicativo da presença de produtos da decomposição humana, indicando o local mais próximo de onde se encontra o corpo submerso.

Ainda sobre a segunda questão, 9,5 % dos entrevistados informaram que já utilizaram o cão nas operações de mergulho como ferramenta para auxiliar nas buscas de cadáver, que é utilizado efetivamente pelo fato do cão não estar preparado para esse tipo de serviço. E 9,5% dos estados disseram que estão preparando cães para serem empregados em buscas de cadáver humano em ambientes aquáticos.

Isso mostra que as instituições reconhecem que o cão é uma ferramenta importante nesse tipo de atividade.

A terceira questão teve como objetivo conhecer de que maneira a utilização do cão como ferramenta alternativa influencia nas atividades de busca e resgate aquáticos da corporação, 100% dos entrevistados foram unânimes em dizer que diminui o tempo das operações subaquáticas, conseqüentemente minimiza a exposição e os riscos aos mergulhadores. O cão é capacitado para dar uma indicação da posição em que o odor da vítima atinge a superfície da água, traduzindo assim que o corpo da vítima encontra-se na região. A falta de indicação do cão traduz que a vítima não se encontra nesta área, evitando assim que sejam empenhadas equipes de mergulho de forma desnecessária principalmente em áreas de risco e em águas

contaminadas. Também foi apontado que o cão é efetivo nas primeiras horas pós-morte e em rios com fortes corredeiras.

Dessa forma, fica evidente que a utilização do cão como ferramenta alternativa irá influenciar positivamente nas atividades de busca de cadáveres em ambientes aquáticos. O cão indica a área onde o odor da vítima atinge a superfície da água, após esse sinal o mergulhador começa a realizar a varredura subaquática. Isso faz com que o tempo das operações subaquáticas seja menor, conseqüentemente reduz o tempo de exposição e os riscos dos mergulhadores, além de diminuir o tempo de espera da família que aguarda o corpo do ente querido às margens do local.

A questão quatro teve como foco saber quais os custos aproximados para a implantação de um canil e os custos mensais para se manter um cão. Fez-se uma média dos custos informados nos questionários e para a construção de um canil contendo quatro baias, depósito e sala para administração, tem se um custo aproximado de vinte mil reais. A manutenção de um cão incluindo as vacinas obrigatórias, medicamentos, consultas veterinárias, alimentação, acessórios para treinamento, materiais de higienização gira em torno de trezentos reais por mês.

Analisando os dados, nota-se que os custos para a implantação de um canil e manutenção de um cão são relativamente baixos ao compararmos com os custos de investimentos em tecnologias.

A quinta questão foi elaborada para fazer uma análise se em relação ao custo-benefício, a utilização do cão nas atividades subaquáticas é viável para a corporação e 100 % dos entrevistados disseram que é viável, tendo em vista que minimizam riscos, é mais eficiente, barato e seguro que a maioria dos equipamentos utilizados para esse fim. Foi enfatizado que o cão é uma ferramenta de inquestionável importância.

Assim, observa-se que o cão além de proporcionar agilidade nas operações subaquáticas, a sua utilização diminui riscos e proporciona maior segurança aos mergulhadores. Otimiza recursos através do descarte de áreas, o que traz uma economia significativa para a corporação e possui um custo muito baixo.

O sexto questionamento teve a finalidade de saber o grau de importância na visão da corporação em relação à utilização do cão nas operações de mergulho como ferramenta para auxiliar nas buscas de cadáver. Para isso, as opções do grau de importância foram atribuídas da seguinte forma: não é importante, pouco importante, importante, muito importante e não há opinião formada. Na visão dos entrevistados, 83,33 % responderam que é muito importante e apenas 16,67 % que é importante.

Os dados relatam claramente que 83,33% dos entrevistados concordam que a utilização do cão no auxílio às buscas subaquáticas é muito importante. Assim, conclui-se que a corporação reconhece a eficiência canina nessas atividades.

Na última questão foi solicitado aos entrevistados para relatar ocorrências em que o emprego do cão foi de extrema relevância na localização da vítima, auxiliando os mergulhadores na operação subaquática. Dessa forma, as seções seguintes é uma exposição das principais ocorrências atendidas pelos Corpos de Bombeiros que já utilizam o cão nessa atividade.

Ocorrências com o emprego do cão no auxílio às operações subaquáticas.

Na Bahia

Ocorrência atendida pelas equipes do Grupamento Marítimo e 10º Grupamento Bombeiro Militar da Bahia. Foi relatado por Guanais (2008), que o cão Apolo em apenas 15 minutos indicou o local onde estavam os corpos dos adolescentes:

No dia 15 de Novembro 2008 foram resgatados, do fundo da Lagoa do Paraíso no bairro do Cabula, a quase 12 metros de profundidade, os corpos de dois adolescentes. Os garotos nadavam juntos quando um deles se afogou, o outro adolescente teria tentado salvá-lo. Bombeiros Militares do Grupamento Marítimo e o 1º Ten BM Guanais, do 10º GBM - Bahia, com o cão Apolo, treinado para encontrar cadáveres, trabalharam cerca de três horas, até localizá-los.

Vale salientar que o trabalho do cão Apolo na ocorrência ajudou a diminuir a dor da família, o tempo de desgaste dos mergulhadores, e também os materiais de mergulho, haja vista ter indicado o local exato dos corpos em apenas 15 minutos, facilitando o trabalho e diminuindo a área de busca dos mergulhadores.



Fonte: Foto cedida pelo Cap BM Andrade Junior

Figura 03: Equipe de Mergulho e o Cão Apolo



Fonte: Foto cedida pelo Ten BM Guanais

Figura 04: Cão Apolo na busca dos adolescentes

Em Santa Catarina

Trecho do relatório de ocorrência encaminhado pelo Coordenador do serviço de Busca, Resgate e Salvamento com cães em Rio do Sul – SC, onde foi obtido êxito nas buscas a cadáver com o cão Astra no rio Itajaí – SC, conforme relata Souza (2007):

Ao chegar ao local, por volta das 08:00hs, a GU do AR-04 e ATP-06 (Equipe G.O.B.S.) iniciou os procedimentos para a busca sub aquática do masculino G.P. de 18 anos que, segundo testemunhas oculares, banhava-se no rio Itajaí do Sul, na localidade de São Wendolino, município de Alfredo Wagner, onde submergiu após tentar por três vezes o retorno à superfície. Foi utilizado o cão Astra para indicar o local do início das buscas. Após ser apontado através do latido, iniciaram-se as buscas subaquáticas pela área indicada pelo cão. Utilizando-se de poitas, bóias de arrinque e cabo "de fundo" sendo que às 12:40 hs, a aproximadamente 4 metros da indicação, foi encontrado a vítima, sem sinais vitais.

*data e hora do ocorrido - 30/09/07 por volta das 16:00 hs

*data e hora da localização - 01/10/07 as 12:0 hs

Gu, sgt. Sabino, sd. Gastaldi, sd. Dirksen, sd. Flavio, sd. Ademir, sd. Mancilla.



Fonte: Foto cedida pelo 1º Ten Jefferson Souza

Figura 05: Cão Astra no auxílio das buscas

Em Goiás

Equipe do Corpo de Bombeiros de Goiás realizaram buscas no Rio Araguaia no município de Bandeirantes - GO e contaram com o apoio de um cão na ocorrência. A matéria foi divulgada pelo Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (2011):

As equipes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás que buscavam o corpo do empresário desaparecido no Rio Araguaia desde sábado, dia 23, contaram até com o apoio de cães farejadores. Há mais de um ano, a Corpo de Bombeiros Militar mantém treinamento constante de quatro cães de busca para localizar vítimas de afogamento. O responsável pelo trabalho é o 3º Batalhão Bombeiro Militar (3º BBM), de Anápolis. O uso dos cães de resgate serve para agilizar as operações, já que eles são capazes de farejar uma vítima mesmo que ela esteja submersa. As equipes que faziam a busca localizaram a vítima há alguns quilômetros, rio abaixo, do local do acidente que matou o empresário, ocorrido a cerca de um quilômetro do Porto de Bandeirantes.

Em Mato Grosso

Segundo matéria divulgada no site do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso, o então 1º Ten BM Marcondes da 12ª Companhia Independente de Colíder - MT empregou o cão pela primeira vez em buscas de cadáver em ambientes aquáticos. Marcondes (2013) salientou que o cão foi utilizado nessa ocorrência para auxiliar os mergulhadores e que Zeus ainda não estava preparado para este tipo de ocorrência:

Pela primeira vez, o Corpo de Bombeiros utiliza cães para auxiliar na busca de vítima submersa em águas fluviais. A 12ª Companhia de Colíder fez o emprego do Zeus, um animal da raça labrador de onze meses, nas buscas pelo corpo de um rapaz de 21 anos que teria sido morto e jogado no Rio Teles Pires, no fim do mês de fevereiro.

O cão recebe treinamento específico para este tipo de ocorrência. Segundo o comandante da Unidade, tenente Rafael Marcondes, outros cinco animais da mesma raça recebem adestramento e devem levar mais um ano para que fiquem em plenas condições de atuação.

Na fase de treinamento, Zeus, apresenta resultados positivos, pois durante as buscas pelo rapaz, apesar do corpo não ter sido encontrado pelos mergulhadores, a resposta do animal foi satisfatória na percepção. "seu emprego serviu para que pudéssemos avaliá-lo e condicionar as equipes de mergulhadores ao trabalho mútuo", explica Marcondes.



Fonte: <http://www.cbm.mt.gov.br/?f=noticia&id=1733>

Figura 07: Zeus auxilia mergulhadores em buscas por corpo

No Distrito Federal

Ocorrência em 2011 no Distrito Federal, onde houve grande repercussão quando um barco naufragou no Lago Paranoá com aproximadamente 122 pessoas a bordo. Segundo Tavares (2011), os cães foram empregados na ocorrência com a finalidade de agilizar o resgate:

No dia 22 de maio de 2011, o barco de festas *Imagination* naufragou no Lago Paranoá com aproximadamente 122 pessoas a bordo. A tragédia tirou a vida de nove pessoas, entre elas a de um bebê de sete meses. Após três dias de buscas foram resgatados oito cadáveres submersos. Como já havia 72h de submersão, já era esperado que o corpo boiasse, pelo acúmulo de gases da decomposição. Os cães foram empregados a fim de encontrar com maior brevidade a última vítima. Foram realizadas rondas no Lago Paranoá, com um cão dentro da embarcação. Na manhã do quarto dia, a última vítima foi encontrada, após o cão sinalizar local.



Fonte: Foto cedida pelo Cap BM Tavares

Figura 08: Buscas no Lago Paranoá

No Espírito Santo

Segundo notícia divulgada pelo site do Governo do Espírito Santo (2014), o Corpo de Bombeiros Militar está preparando cães para localizar vítimas de afogamento:

O Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo está preparando três cadelas para localizar vítimas de afogamento. As filhotes Beck e Bruma, da raça Pastor Alemão, e a Pastor Belga de Malinois, Bliss, com seis e quatro meses respectivamente, aprendem técnicas de como localizar cadáver na água.

De acordo com o Tenente Coronel Meriguetti o treinamento está sendo feito na praia. As cadelas são apresentadas aos mais diversos ambientes, onde tudo é diferente para um animal que sempre esteve preparado para agir em matas, escombros e lamas.

O treinamento de localização de cadáver submerso dura em torno de três meses e é aplicado depois dos 18 meses de vida. Para que o cão inicie o treino de localização de cadáver, ele deverá estar apto a localizar pessoas com vida perdidas ou soterradas. Aos dois anos de vida os cães deverão já atuar na localização de pessoas com vida e cadáveres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As operações subaquáticas são consideradas uma das atividades mais perigosas devido a sua complexidade. O efetivo atual de mergulhadores é de 111 militares, número aquém do necessário conforme a NORMAM 15. Os mergulhadores são expostos a diversos riscos, estão sujeitos a ataque de animais, podem se deparar com ambientes favoráveis a infecção por agentes químicos ou biológicos e sofrer alterações fisiológicas ocasionadas pelo efeito da pressão, como as doenças descompressivas.

Desse modo, os riscos dessa atividade podem ser mitigados com a utilização de uma ferramenta alternativa. Ficou evidente com este trabalho que o cão, se empenhado com conhecimento e técnica torna-se um instrumento fundamental e imprescindível no auxílio às operações subaquáticas durante as buscas de cadáveres do Corpo de Bombeiros. Os gases liberados pelo corpo sobem para a superfície da água, assim o cão consegue indicar o local mais provável onde a vítima está localizada. Após a equipe ser advertida pelo cão, inicia-se as atividades de varredura pelos mergulhadores. Isso faz com que o tempo das operações subaquáticas seja

menor, conseqüentemente diminui o tempo de exposição e os riscos dos mergulhadores.

Além das vantagens citadas, com maior rapidez na localização do corpo, têm-se a possibilidade de diminuir o sofrimento da família da vítima, que fica às margens do local à espera do resgate do seu ente querido, trazendo a eles o mínimo de conforto.

A pesquisa realizada demonstrou que a grande maioria dos estados brasileiros empregam os cães nas mais diversas atividades de bombeiro. Alguns estados já utilizam o cão em embarcações para auxiliar nas buscas a cadáver humano em ambientes aquáticos, e outros Estados estão implantando essa ferramenta para atender esse tipo de ocorrência.

Observou-se que o cão além de proporcionar agilidade nas operações subaquáticas, a sua utilização diminui riscos e proporciona maior segurança aos mergulhadores. Em relação ao custo-benefício é viável, pois possui um custo muito baixo, além de otimizar recursos através do descarte de áreas, o que traz uma economia significativa para a corporação.

No Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso, o Comando Regional VII, instalou o primeiro e único canil para busca e salvamento do Estado, na 12ª Companhia Independente de Bombeiros Militar localizada no município de Colíder - MT. Os cães da Companhia ainda não estão preparados para executar buscas em ambientes aquáticos.

Por fim, de forma ampla, sugere-se que o serviço de cães para auxiliar a equipe de mergulhadores durante as buscas de cadáver seja implantado no Corpo de Bombeiros Militar do estado de Mato Grosso, tendo em vista que a instituição apresenta condições favoráveis para a sua implantação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCARRIA, Claudemir Mauro. **O emprego dos cães nas operações de salvamento do Corpo de Bombeiros**. 2000. 118 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, São Paulo, 2000.
- ASSOCIAÇÃO DE BUSCA, RESGATE E SALVAMENTO COM CÃES DO BRASIL. Disponível em: < <http://www.abrescbrasil.com/?p=noticias> >. Acesso em: 11 de out. 2014.
- BOMBEIROS. **Mergulho livre**. 2012. Disponível em: < http://www.bombeiros.com.br/br/esportes/mergulho_livre.php >. Acesso em: 12 de out. 2014.
- BRAGA, Marcus Davis Machado e FREITAS, Francisco Ronald Silva de Freitas. **Doenças de transmissão hídrica que afetam os mergulhadores do Núcleo de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará**. 2011. Disponível em: < <http://www.sbpnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/780.htm> >. Acesso em: 16 de out. 2014.
- BRASIL. Marinha. **Manual de medicina submarina**. Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché, 2006.
- _____. Marinha. **Normas da autoridade marítima para atividades subaquáticas**. Normam-15/DPC, 2011.
- CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de Operações de Mergulho**. 1. ed. n. 27. São Paulo, 2006.
- CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em < <http://www.bombeiros.go.gov.br/noticias/equipe-de-busca-e-salvamento-com-caes.html> > Acesso em: 9 de nov. 2014.
- CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO. Disponível em < <http://www.cbm.mt.gov.br/?f=noticia&id=1733> > Acesso em: 9 de nov. 2014.
- DAILY MAIL. **The 9/11 rescue dogs: Portraits of the last surviving animals who scoured Ground Zero one decade on**. Disponível em: < <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2033628/Surviving-9-11-rescue-dogs-scoured-Ground-Zero-bodies-commemorated-decade-difficult-mission.html> >. Acesso em: 16 out. 2014.

GOVERNO DOS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em <
<http://www.es.gov.br:81/Lists/Notcias/DispForm.aspx?ID=167953> >
Acesso em: 10 de nov. 2014.

JUNIOR, José Raimundo Andrade. **Permissão para utilização de dados**. Mensagem recebida por <jusciery@cbm.mt.gov.br> em 14 de novembro de 2014.

JÚNIOR. Silva Mendonça Lima. **A importância do uso de cães de resgate pelo Corpo de Bombeiros Militar**. 2010. Projeto. (Especialista em Gerenciamento de Crises – Emergências e Desastres). Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, Itajaí, 2010. Disponível em: <
<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABag0AI/a-importancia-uso-caes-resgate-pelo-corpo-bombeiros-militar> > Acesso em: 9 de nov. 2014.

LAYTON, Julia. **Como funcionam os cães de busca e resgate**. 2008. Disponível em <
<http://pessoas.hsw.uol.com.br/caes-de-resgate.htm> > Acesso em: 24 de out. 2014.

MARCONDES, Rafael Ribeiro. **Permissão para utilização de dados**. Mensagem recebida por <jusciery@cbm.mt.gov.br> em 07 de novembro de 2014

PARIZOTTO, Walter. **O Uso de Cães no Corpo pelos Corpos de Bombeiros**. 2010. Abresc Brasil. Disponível em: <
<http://www.abrescbrasil.com/files/artigos/senabom> > Acesso em: 9 nov. 2014.

REBMANN, Andrew; DAVID, Edward; SORG, Marcella H. **Cadaverdog Handbook: Forensic Training and Tactics for the recovery of Human**. Tradução de Marcelo Coruso. 2000. Disponível em: <
sardog.org/index.php?option=com_docman&task=doc...gid=19 >. Acesso em: 24 out. 2014.

SHIROMA, Victor Heidy. **A importância do uso de cães como ferramenta na busca de cadáveres humanos em água doce no Estado de Santa Catarina**. Monografia. 2012. 57 f. Monografia (Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina). Centro de Ensino Bombeiro Militar, Florianópolis, 2012.

SIQUEIRA, Tainá Paiva e NICÁCIO, Wenzel Sousa. **Proposta de implantação do uso de cães nas atividades de busca e resgate do Corpo de Bombeiros do Maranhão**. 2010. 97 f. Monografia (Bacharelado em Segurança Pública e do Trabalho). Universidade Estadual do Maranhão, Maranhão, 2010.

SOUZA, Jefferson. **Permissão para utilização de dados**. Mensagem recebida por <jusciery@cbm.mt.gov.br> em 07 de novembro de 2014.

TAVARES, Sergio Augusto Santana. **Permissão para utilização de dados**. Mensagem recebida por <jusciery@cbm.mt.gov.br> em 11 de novembro de 2014.

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



Resenhas

RESENHA

O OLHO DA UNIVERSIDADE

DERRIDA, Jacques. **O Olho da Universidade**. Trad. Ricardo Iuri Canko e Ignácio Antônio Neis. 157p. São Paulo: Estação Liberdade. 1999.

Fernanda Leonel Machado¹

RESUMO

Trata da compilação de duas conferências proferidas pelo filósofo da desconstrução, sendo a primeira na Universidade de Columbia no ano de 1980 e a segunda na Universidade de Cornell no ano de 1983, ambas nos Estados Unidos da América. Uma abordagem crítica sobre o ensino na Universidade e sua atividade finalística e econômica em detrimento do conhecimento.

Palavras-chave: *Universidade – Responsabilidade - Polícia Militar.*

ABSTRACT

This compilation of two conferences given by philosopher of deconstruction, the first at Columbia University in 1980 and the second at the University of Cornell in 1983, both in the United States. A critical approach to teaching at the University and their end and economic activity to the detriment of knowledge.

Keywords: *University – Responsibility - Military Police.*

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGE), do Instituto de Educação (IE), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), fernandaleonelmachado@hotmail.com

Credenciais do Autor

Jacques Derrida (1930 - 2004) é autor de vasta obra, grande parte dela é decorrente dos diversos cursos, seminários e conferências que proferiu. No final dos anos 60 foi professor convidado das mais prestigiadas universidades europeias e norte-americanas, bem como recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* de diversas delas. Lecionou na Sorbonne e na Escola Normal Superior de Paris, foi Diretor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris e membro fundador e diretor do Colégio Internacional de Filosofia de Paris.

Considerado pós-estruturalista - título que nunca assumiu - sua filosofia nos legou a desconstrução. É fundamental não confundir tal conceito com destruição, mas uma decomposição dos elementos da escrita, possibilitando enxergar as lacunas e os elementos indizíveis nos textos, aqueles que os compõem ideologicamente. Trata-se da possibilidade de ultrapassar o significado tradicional de um texto, criando novos contextos, novas leituras².

Exposição do Conteúdo

O Olho da Universidade reúne duas conferências de Jacques Derrida. Ordinariamente, pode-se dizer que a primeira trata do conflito das faculdades e a segunda do princípio da razão e a idéia da Universidade. Em ambos os textos, Derrida busca em Kant o mote para a discussão sobre a responsabilidade na universidade.

Primeira Conferência:

Mochlos ou o Conflito das Faculdades

"Mochlos ou o Conflito das Faculdades" foi apresentado em uma conferência no ano de 1980, na Universidade de Colúmbia em Nova York, em comemoração ao centenário da fundação, bem como pela outorga do título de Doutor *Honoris Causa* a Jacques Derrida.

Como conferencista, Derrida inicia suas palavras questionando sobre a responsabilidade universitária. A necessidade de responder a quesitos mínimos

² Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Jacques_Derrida > Acessado em 10 de abril de 2016.

sobre que fim se encerra a responsabilidade na universidade é para o autor o primeiro rastro de responsabilidade. Calando-se, respondendo formalmente ou a própria não-resposta estão imbuídas desta responsabilidade. O apelo a responsabilidade antecede a própria resposta.

Após o apelo, busca compreender o sentido das palavras postas à definição: responsabilidade e universidade.

Derrida propõe um diálogo com a filosofia Kantiana para tratar sobre a universidade. Encontra em "O conflito das faculdades" o discurso "pré-inaugural" do modelo de Universidade moderna. De tal efeito, a criação da Universidade de Berlim tem suas fundações no texto de Kant. Esta serve de inspiração a todas as grandes universidades ocidentais criadas ou re-instituídas entre 1800 e 1850.

Em 1798 Kant dissertou em "O Conflito das Faculdades" sobre a idéia moderna de Universidade, sendo os problemas e as questões apontadas uma realidade ainda hoje vigentes e, por conseguinte, a eterna questão: o que é a Universidade? Duzentos anos depois, em 1987, Jacques Derrida atua desconstruindo o que Kant referendou. Aborda a responsabilidade e a definição dos limites da Universidade, estes definidos pelos seus conflitos internos e pelas relações com o exterior.

Em Kant, Derrida anuncia que a universidade recebe autoridade legítima de um poder que não é seu. Esta autorização condiz na criação de títulos, através de um poder autônomo, da divisão de saberes codificados nas diversas faculdades e no engendramento do saber que interessa ao poder estatal. Assim, a universidade representa a sociedade, é igual ao sistema social que está inserida.

Para Kant, a autonomia deste poder reside simplesmente no fato de que somente sábios podem julgar sábios, a legitimação de saberes. Porém, se o objetivo é criar efeitos públicos destes títulos, a universidade não autoriza nada. Ao contrário, é autorizada pelo Estado, vez que os efeitos políticos desta legitimação são vigiados por um poder exterior a universidade. Um duplo constante, onde a liberdade científica é "controlada" pelos desejos do Estado, a eles devem servir.

Ilustrando, Derrida narra o episódio em que Kant é admoestado publicamente pelo Rei da Prússia, concitando-o a corrigir certos posicionamentos

decorrentes da "má utilização de sua filosofia, deformando e rebaixando certos dogmas em seu texto "Da religião nos limites da simples razão" e isto é feito pugnando pelo reconhecimento de sua dupla responsabilidade: uma consigo mesmo, enquanto professor, e outra com seu soberano.

Derrida questiona se na Universidade contemporânea há a possibilidade de se discutir esta responsabilidade. Pergunta-se sobre a possibilidade de dizer "nós" para designar uma comunidade que partilha uma linguagem comum, na qual seja possível debater as formas de responsabilidade da Universidade. Não há, hoje, um código a que se pode seguir para definir tal responsabilidade e isso causa um mal-estar na universidade.

Isso passa por uma renovação de compromisso, uma autoafirmação sobre a responsabilidade, como no discurso de Heidegger sobre *A autoafirmação da Universidade alemã*. Aqui concitava ao fato de que a Universidade devesse se medir por uma responsabilidade mais essencial, que antes de responder a um saber ou um poder ou um sujeito determinado, responda primeiramente ao ser.

E qual conceito deve regular a palavra responsabilidade na Universidade?

Para Derrida a Universidade é ainda muito jovem, "um constructum ou um artefato muito recente", e já o sentimos findado, acabado.

O discurso sobre a responsabilidade se vale muito das instancias do direito, da razão pura e do dever de responder a alguma instancia. Este conceito prático pode ser diluído pela análise essencial do subjetivo, da consciência. A responsabilidade pode ser atingida descentralizando o sujeito, tendo por perspectiva a responsabilidade e a liberdade de consciência subjetiva e a pureza de intencionalidade. Por outro lado, seria possível pensar a responsabilidade sem passar pelo ego, pela intenção, o sujeito e todo o ideal reinante?

Para Derrida é importante oportunizar o pensamento sobre o que tem representado a responsabilidade universitária até o momento. Haverá um novo tipo de responsabilidade? E o filosofo diz que a própria forma de questionar é ainda um protocolo clássico de Kant. Questionando, se coloca como guardião da responsabilidade e depositário da responsabilidade tradicional.

Para o autor é incerto falar sobre a responsabilidade universitária, atribui a

Kant "o rigor de um plano ou de uma estrutura através das brechas de um edifício inabitável e do qual não é possível decidir se está em ruínas ou se simplesmente jamais existiu, visto jamais ter podido abrigar senão o discurso de seu inacabamento".

Ainda assim, acredita em um novo discurso sobre a responsabilidade universitária que se mensure pela novidade, algo que desconhece com clareza, mas um porvir. Fala assumindo uma dupla responsabilidade: a de professor acadêmico e de não-universitário, porém sensível ao fato de que a Universidade não pode transformar-se em uma de suas representações. Ela é superior.

O desconstrutor propõe traduzir *O conflito das faculdades*, tentando alcançar os lugares de "intraduzibilidade", tudo o que ainda vige, mas não nos serve mais.

Relata que o texto kantiano busca, ainda, reconhecer o conflito no interior da Universidade e declara sua unidade e os seus limites territoriais, a fronteira entre o interior e o exterior. Mas como definir esta fronteira?

A pesquisa não é mais de seu único domínio, existem academias ou sociedades científicas especializadas que não pertencem a Universidade, às quais o Estado confia certas pesquisas, porque a Universidade não tem estruturação adequada. Aqui o professor acadêmico perde a representação de guardião ou depositário do saber. Os limites fronteiraços são apenas de origem material e não são suficientes para impedir uma simbiose, pois os membros de tais associações científicas se comunicam com membros da Universidade e isto é feito por atos de linguagem.

Universidade comporta contradições internas e, para isso, Kant estabelece a existência de duas classes de faculdades bem distintas: as superiores e as inferiores. A classe das Faculdades superiores é formada pelas Faculdades de Teologia, Direito e Medicina. A Faculdade inferior é a Faculdade de Filosofia.

Derrida afirma que todo o problema formulado por Kant resume-se na forma de influência sobre o povo. Assim, as Faculdades superiores formariam os homens de negócio que mantêm relação de dominação direta sobre o povo. Uma perspectiva de que conhecimento é poder. Na filosofia kantiana percebe-se seu singular esforço de guardar o que é precioso à Universidade, o saber. Queria traçar

uma linha entre os sábios da Universidade e os homens de negócio, entre o interior e o exterior.

Para Derrida, esta linha não apenas contorna a Universidade, ela atravessa as Faculdades, está aí o conflito. Ainda que hoje em dia não seja possível estabelecer quais são as ditas Faculdades superiores, estas podem entendidas como aquelas que formam os instrumentos do Governo e permitem a influência sobre o povo. Assim, estas Faculdades servem ao Governo, suas políticas marcam a dominação e a submissão.

Em contrapartida, a Faculdade inferior não recebe qualquer traço de dominação do Governo e deve servir como fonte eterna de esclarecimento a todos. A Faculdade de Filosofia deve se guiar por seu interesse pela verdade. Em sua visão otimista, Kant afirma que o Governo deve proteger e garantir a busca pela verdade, todavia esta verdade é uma palavra intra-universitária, não deve, de forma alguma, constituir qualquer rastro de poder ou dominação

Sendo a Faculdade de Filosofia a guardiã da verdade, ajuizada pela autonomia, não haverá Universidade sem um Departamento de Filosofia. Há uma contradição nesta afirmação: como uma Faculdade que reproduz o âmago da Universidade pode estar sujeita ao poderio político das Faculdades ditas superiores e do próprio Governo? Somente é concebível se o Governo se inspira na verdade e na razão!!!

Kant encontra as duas espécies de Faculdades sempre em conflito, questionando constantemente aquilo que ele busca tanto conservar, estabelecendo um eterno antagonismo. Remediando esta problemática, estipula um posicionamento imaginário, onde que as Faculdades superiores ocupam o lado direito do parlamento da ciência - defendendo os estatutos do Governo, enquanto a Faculdade inferior se posiciona no lado esquerdo - atribuindo razão às decisões do Governo, devido seu monopólio eterno da verdade.

Mesmo estipulando regras práticas sobre os deveres de cada Faculdade, o conflito persiste, pois, as Faculdades superiores jamais renunciarão ao direito de deter o poder.

Derrida sugere a fundação de um novo direito universitário, através de

uma responsabilidade fundadora. Tal direito não deve romper de imediato com a tradição, deve negociar um acordo, onde receberá o apoio para a transição – saltar de um solo fundador para outro lugar fundador. Metaforicamente aduz sobre o procedimento para saltar, o impulso que se faz necessário para a mudança de posição e o apoio para este ato, a alavanca. Em grego, o *mochlos* – uma barra em que se apoia para forçar um deslocamento. O *mochlos* é, então, o instrumento necessário a este impulso de mudança. A ação que moverá a mudança.

Quando Kant fala sobre a oposição das Faculdades, a direita e a esquerda, concita também que andem juntas, pois o bom caminhar necessita dos dois pés, onde um apoia o outro para que possam avançar. Derrida encerra sua conferência mais uma vez citando Kant quando este discursa sobre a necessidade que ambas partes do corpo sejam exercitadas para a plena saúde, ainda sobre maior desenvolvimento de um braço sobre o outro, quando em treinamento com espadas. Apropriadamente comenta sobre o fato de que o ser humano busca sempre se apoiar no pé esquerdo quando da necessidade de saltar, fazendo deste uma espécie de *hypomochlium* (alavanca). A Filosofia pode ser encarada como o *mochlos* para este impulso, sem dúvida.

Segunda Conferência:

As Pupilas da Universidade

O Princípio de Razão e a Idéia da Universidade

Este texto foi apresentado em uma aula inaugural para a cadeira “Andrew D. White Professor-at-large” à Universidade de Cornell, em Nova York, no ano de 1983.

Derrida inicia o texto com uma pergunta negativa: “Como não falar, hoje, da Universidade?”. Busca o exercício de uma reflexão sobre as condições político-institucionais na Universidade, como não se deveria falar da Universidade, quais riscos típicos devem ser evitados.

Questiona sobre a razão de ser da Universidade, aquilo que justifica sua existência, sua destinação, sua fundação. Intimamente ligado ao Princípio da Razão de Leibniz, questiona "por que a Universidade?", mais especificamente "em vista de que?". Aquilo que se vê desde a universidade, em seu interior, a seu redor, em suas fronteiras, sua vista.

Retoma a metafísica aristotélica, associando a vista ao saber e o saber ao saber-aprender e saber-ensinar. E assim fala Aristóteles: "todos os homens têm, por natureza, o desejo de saber." Este saber é feito pela vista com mais valor que os outros sentidos, preferimos sentir pelos olhos, por observar as diferenças.

Ver não é o bastante, é preciso saber ouvir, escutar aquilo que ressoa. Deve-se fechar os olhos para escutar melhor, aprender a saber. A Universidade tem se guiado pelo olhar, buscando o alcance daquilo que se faz necessário para ensinar. É chegado o tempo em que deve encerrar a vista para escutar e aprender melhor.

Ainda em Aristóteles, Derrida encontra a distinção do homem dos "animais de olhos duros e secos", aqueles que não possuem pálpebra, a membrana que protege o olho e permite o fechar dos olhos, por conseguinte, a capacidade de aprender melhor. Neste exercício, a Universidade tem fechado os olhos para aprender?

A questão da vista também era latente em Cornell, conta a história que esta poderia sido transferida para mais próximo da cidade, porém o responsável foi deliberadamente convencido pela vista do local. Também a polêmica sobre a construção de cercas sobre a ponte que a liga a cidade e principia um abismo, esta também foi indeferida sob o palio de manutenção da vista, para não destruir a "essência da Universidade".

A essência da Universidade é a razão. O Princípio da Razão diz que a razão deve ser dada. É um imperativo categórico no sentido kantiano. Palavra dirigida, não é vista, mas escutada e concita a agir pela razão. Uma questão de responsabilidade e não há como pensar a Universidade moderna sem o princípio da razão.

O princípio de razão como fundamento da Universidade é comumente questionado, sendo palco de grande debate sobre a política de pesquisa e ensino e o

papel da Universidade nestas pesquisas, seu posicionamento.

O interesse do mundo político e comercial nas pesquisas propicia o debate sobre o que as principais Universidades têm chamado de "pesquisa finalizada", aquela programada e orientada em vista de sua utilização, principalmente onde as pesquisas demandam de estruturas estatais. Muito mais em relação a sua rentabilidade ou "repercussão" técnico-econômicas, médica ou militar, do que sua aplicabilidade.

Em oposição a este conceito encontramos a "pesquisa fundamental", aquela desinteressada, em vista daquilo que não se promete antecipadamente uma finalidade utilitária. Sua única preocupação é com o conhecimento, a verdade, um pleno exercício do princípio de razão.

Atualmente parece ser impossível dissociar a pesquisa finalizada da pesquisa fundamental, pois este desejo de razão opera na pesquisa científica em todas as modalidades. É impossível separar a razão da técnica. Para Derrida, é impossível distinguir entre programas ditos nobres ou destrutivos para a humanidade. Lembra que a pesquisa fundamental se vê engajada em pesquisas finalizadas com objetivos militares, o conceitual e o técnico.

Assim, o departamento de Filosofia não possui a autonomia para exercer o conhecimento apenas, fugindo a toda forma de poder. Tudo ali produzido pode servir à técnica, ao discurso e a ideologia.

O Estado em tudo detém o poder sobre a pesquisa. Não há necessidade da velha censura a uma pesquisa que não lhe interesse, é o bastante reduzir os meios, os financiamentos para a entidade pesquisadora. Tais instâncias proibitivas passam por diversos posicionamentos, a não aprovação de uma pesquisa, a falta de ressonância de uma pesquisa é declarada em condições avaliativas, que estão carregadas de toda uma responsabilidade acadêmica. O autor destaca a influência de poderes extra-universitários definindo esta responsabilidade, a tecnologia da informação tem especial papel.

Trata-se de uma nova responsabilidade, onde as fronteiras entre as pesquisas, finalizada e fundamental, não estão protegidas. Passa pelo questionamento sobre a essência da razão nas pesquisas atuais e todos seus

desdobramentos. Saber que uma pesquisa aparentemente desinteressada pode ser "reapropriada" para um fim distinto.

Derrida nos alerta sobre as pesquisas que apenas formulam questões, independente de sua origem (filosófica, sociologia, histórica, etc). Elas não buscam o questionamento fundamental sobre esta normatividade científica, sobre o que está posto desde a criação da Universidade. Segue seu caminho metodológico e científico, às vezes rígidas demais, para um fim que não se encerra. A pesquisa deve preocupar-se em transformar em consequência aquilo que produz, assegurando a competência profissional e a tradição da Universidade, através do apelo a esta nova responsabilidade.

Mais do que nunca, o pensamento corre o risco de ser expropriado para fins sociopolíticos. A Universidade deve "manter os olhos bem abertos" sobre tal possibilidade. Derrida entende que esta nova responsabilidade deve vir acompanhada de uma "rejeição" à profissionalização da Universidade, sob o aspecto de produção de competências eminentemente técnicas para o mercado de trabalho.

Derrida retoma os renomados Kant, Schelling, Nietzsche, Heidegger para afirmar que: "o essencial da responsabilidade acadêmica não deve ser a formação profissional (e o núcleo puro da autonomia acadêmica, a essência da Universidade, encontra-se situado na Faculdade de Filosofia, segundo Kant)".

É preciso uma reflexão e, tendo esta novidade com um novo aparelho ótico, ver a vista para além da paisagem. Fechar os olhos para ver em seu sentido essencial e ouvir o inaudível.

Algo elementar não pode escapar a nossos olhos neste momento, a responsabilidade Universitária e sua curadoria pela verdade e pela razão. Em toda sua relação com o exterior, o cuidado deve ser o guardião do pensamento: "*Cuidado com os abismos e gargantas, mas cuidado também com as pontes e as barreiras. Cuidado com o que abre a Universidade para o exterior e para o sem-fundo, mas cuidado também com o que, fechando-a em si mesma, não criaria senão um fantasma de cercado, a colocaria à mercê de qualquer interesse ou tornaria perfeitamente inútil. Cuidado com as finalidades, mas o que seria uma Universidade sem finalidade?*"

O Olho da Universidade e o Ensino Policial Militar

Como elemento crítico desta resenha e sendo ela pública em uma revista policial militar, forço-me a analisar o texto a luz do ensino policial militar. Volto o olhar para o Curso de Formação de Oficiais da PMMT para, ao modo desconstrucionista derridiano, questioná-lo. Neste norte, o Curso de Formação de Oficiais se assemelha a uma faculdade superior ou inferior? Ou comporta em sua própria estrutura um pouco de ambas? É possível falar em autonomia no ensino policial militar em Mato Grosso? Em que se manifesta o poder "extra universitário" quando se fala em Curso de Formação de Oficiais?

Quando se tem que a faculdade serve ao que determina o Estado sobre a necessidade de reprodução de títulos, encontramos que a legitimação de saberes no ensino policial militar é autorizada pelo Estado à luz daquilo que ele mesmo quer, não ao que deseja a Polícia Militar. Tal conflito explicita que a liberdade científica é "controlada" pelos desejos do Estado, a eles devem servir. É preciso, pois, perceber as instâncias proibitivas do próprio sistema, estes que configuram um poder além dos muros institucionais, qual seja a reapropriação das normas militares mais para a dominação do que para a condução de tropas.

Onde não se fala em autonomia, tampouco se fala em responsabilidade. Esta é pressuposto daquela. Então, em que se funda a responsabilidade no ensino policial militar? Esta disposição passa por uma renovação de compromisso, uma autoafirmação sobre a responsabilidade e autonomia na Polícia Militar.

E qual conceito deve regular a palavra responsabilidade na Academia de Polícia Militar? Talvez o próprio questionamento de sua possibilidade, não como gregários à forma tradicional de assumir a *mea culpa* pelo que se apresenta, mas o questionamento puro e sem intencionalidade, aquele que desperta os pontos que não querem se sobrepor e se interessa pela própria ocultação, perscrutar – eis a palavra! Abalo da tradição, uma responsabilidade fundadora, esta que servirá de *mochlos* de um terreno fundador para um outro solo fundador.

Entender que para tal mudança é necessário um novo aparelho ótico – algo que permita à Instituição enxergar além do que lhe é permitido enxergar. O

essencial bater de pálpebras que tanto faz falta, algo que possibilite ultrapassar limites e o cárcere. Derrida, ao passo que nos apresenta a novidade, nos pede cuidado com o que abre a Instituição para o sem fim e com o que a aprisiona em si mesma. É possível quando se fala em ensino policial militar? E, em Derrida, questiono: temos fechado os olhos para aprender?

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



Entrevistas

ENTREVISTA



Cel BM Giovani Eggers

*Entrevistado por Anderson Przybyszewski Silva e
Enzi Cerqueira de Almeida Junior*

RESUMO BIOGRÁFICO

Especialista em Gerenciamento Operacional nas Organizações - Universidade Estácio de Sá - RJ - 2001. Especialista em Gestão Organizacional de Segurança Pública - UNEMAT - MT - 2011. Bacharel em Ciências Contábeis - UNICEN - 2006 - Primavera do Leste - MT. Curso de Especialização de Oficial Bombeiro Militar (CEO) - CBM/MT - 1995. Curso Superior de Polícia - CSP - PM/MT - 2011. Atual Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa do CBM/MT. Foi promovido ao atual posto de Cel BM em 02 de dezembro de 2012.

RHM: No que se refere à estrutura organizacional, quais as atribuições do Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso?

Temos várias atribuições e, gostaria de destacar algumas previstas no regulamento geral do Corpo de Bombeiros Militar. São elas: planejar, organizar e orientar às coordenadorias e as unidades de ensino e instrução subordinadas à diretoria, homologar toda a documentação de ensino da instituição, promover medidas visando à motivação e desenvolvimento de ensino no âmbito do CBMMT, desenvolver o planejamento estratégico da diretoria, expedir instruções técnicas de ensino, aprimorar as metodologias através de comissões de pesquisa e assessoria específica, incentivar os integrantes da corporação a participarem dos cursos diversos, publicar trabalhos acadêmicos de interesse da corporação, estabelecer padrões para avaliação do corpo docente e discente e estabelecer padrão para avaliação. Essas são as principais atribuições do Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa do Corpo de Bombeiros Militar.

RHM - Em se tratando da área de ensino na instituição, quais são os maiores desafios da corporação?

É fato que o ensino possui relevante importância, não apenas nas instituições militares, mas em todo contexto social global, Aristóteles dizia que “a educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces”, já Sêneca escreveu que “a educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida”, Derek Bok escreveu que “se você acha que educação é cara, experimente a ignorância”. Trazendo as afirmativas para o contexto do ensino dentro do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso é verdadeiro afirmar que o maior desafio Institucional é a valorização do ensino, sabe-se que as atividades de ensino geram ônus financeiro, entretanto, são essenciais as atividades profissionais, fácil observar que cada integrante da Corporação já no seu ingresso necessita de formação profissional, fins de aprender o exercício de suas atribuições, essa formação é essencial e torna-se a base do profissional de segurança pública que deverá prestar

um serviço de qualidade e eficiência a sociedade mato-grossense. Então, considero como maior desafio vencer este obstáculo, de modo que o ensino dentro da Corporação tenha seu real valor.

RHM - Em uma visão panorâmica, partindo da área de ensino quais são as perspectivas sobre as políticas públicas de segurança pública para instituição Corpo de bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso?

As perspectivas relativas às políticas de segurança pública são as melhores possíveis, mesmo diante de um momento crítico na atual conjuntura brasileira e do Estado de Mato Grosso, esse diretor de ensino possui inteira confiança de que os obstáculos serão vencidos e que o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso avançará de maneira significativa. Reformulamos toda a grade curricular dos nossos cursos de formação de acordo com a matriz curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública, perfazendo um total de mil e seiscentas (1.600 h/a) horas aulas. Recentemente, já utilizando dessa nova grade curricular, formamos duzentos e noventa e oito novos Bombeiros Militares que já estão atendendo a população mato-grossense em todo Estado e, ainda se encontram em formação mais cento e dez alunos a soldado.

RHM- Em relação ao planejamento de cursos internamente, quais são as próximas ações da Diretoria de Ensino do CBM-MT?

Nesse aspecto o Corpo de Bombeiros, possui os cursos de progressão de carreira, bem como os cursos operacionais, especialização ou capacitação. Ao longo do ano de 2016, diversos cursos e estágios já foram realizados e alguns em andamento. Cito o curso de busca e resgate em estruturas colapsadas, curso de segurança contra incêndio e pânico, curso de perícia em incêndio florestal, curso de prevenção e combate a incêndio florestal, curso de capacitação de socorristas, curso de geoprocessamento, curso já concluído de formação de soldados, bem como o curso de formação ainda em andamento de mais cento e dez novos militares que irão se formar no dia dois de dezembro próximo. De maneira especial, resalto a Pós-

Graduação “Lato Sensu” em Prevenção, Controle e Combate a Incêndios Florestais, que está em andamento. É necessário destacar que essa é a primeira pós-graduação presencial na área de incêndios florestais no Brasil e na Amazônia legal, sendo este um projeto piloto executado em nível de especialização que conta com novecentas horas aulas e está sendo realizada em parceria com a Escola de Governo de Mato Grosso com a previsão de encerramento em fevereiro de 2017. Lembrando ainda que esta pós-graduação faz parte da parceria do CBMMT como contrapartida do Estado no projeto do Fundo da Amazônia junto ao BNDS. Além de bombeiros militares, foram disponibilizadas vagas para profissionais de engenharia que possuíam graduação em nível superior nas áreas de ciências ambientais e agrárias de diversos órgãos e instituições tais como IBAMA, SEMA, ICMBio, Prefeituras Municipais, etc. Destaco também a realização do Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, que teve início no dia quatro de julho do corrente ano com a matrícula de quarenta e sete alunos, carga horária de mil e seiscentas horas aulas e previsão de término com a promoção ao primeiro posto do oficialato no dia dois de dezembro de 2016.

Com relação aos cursos de Formação de oficiais e cursos de progressão na carreira, estes são realizados através de parcerias com Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e outros Corpos de Bombeiros Militares de outros Estados. Recentemente tivemos a formatura de nove (09) militares no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos e de sete (07) oficiais, capitães, no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na nossa coirmã, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. O Curso de Formação de Oficiais acontece atualmente no Corpo de Bombeiro Militar de Goiás, onde seis (06) cadetes frequentam o segundo ano de formação.

RHM - No que tange a estrutura dispensada a área de ensino na instituição para realização de cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização, quais os maiores desafios para instituição?

Conquistar um espaço físico específico para a formação e capacitações, ou seja, o Centro de Ensino e Instrução Bombeiro Militar, bem como fortalecer e capacitar o quadro de militares que atuam na área de ensino.

RHM - Recentemente a PMMT, teve sua Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - ESFAP, reconhecida pela Secretaria do estado de Ciências e Tecnologia - SECITEC, como instituição de Ensino Superior - IES, momento a partir do qual a PMMT reconhecidamente passa a ter a responsabilidade de ofertar o Curso Superior de Tecnólogo em Segurança Pública. Qual a perspectiva da área de ensino do CBM-MT, para que este reconhecimento seja estendido aos Bombeiros Militares de MT?

Nós estamos trabalhando nesse sentido, participamos recentemente de uma comissão de estudo, juntamente com outros oficiais superiores, a fim de elaborarmos todo o projeto político pedagógico de educação da instituição, o qual já foi aprovado e homologado pelo nosso comandante geral. Mas para que esse reconhecimento aconteça é necessária a estrutura física, sendo que já estamos em tratativas com o Governo do Estado através da secretaria de segurança Pública para efetivarmos a locação de uma estrutura física para instalarmos o nosso Centro de Ensino e Instrução do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

RHM - Como Diretor de Ensino da Instituição, qual a sua mensagem final para a sociedade mato-grossense e para os integrantes da instituição Corpo de Bombeiro Militar?

Diante da missão de formar e capacitar nossos bombeiros, lapidando virtudes e entregando profissionais que se dedicarão inteiramente a salvar vidas e patrimônios, garanto que a sociedade mato-grossense pode confiar no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, sobretudo porque o trabalho exercido pela instituição, em especial pela Diretoria de Ensino Instrução e Pesquisa, que vem diariamente de maneira exaustiva envidando esforços para bem formar e capacitar os nossos Bombeiros Militares. É preciso desmistificar estereótipos de bombeiros heróis e sim investir na formação e capacitação para termos um bombeiro técnico, preparado e qualificado para bem atender a nossa sociedade. Não existem ocorrências idênticas e isso significa que não podemos apostar em cursos de formação rígidos e engessados e sim em cursos cada vez mais técnicos e atualizados

e que realmente atendam às necessidades da população, demonstrando a excelência da preparação do nosso Bombeiro Militar.

RHM - *Muito obrigado pela entrevista!*